



MUNICÍPIO DE VALPAÇOS

COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS 2016-2020

Caderno II – Plano de Acção

1. Enquadramento do plano no âmbito do sistema de gestão territorial (SGT) e no sistema de defesa da floresta contra incêndios (SDFCI)	9
2. Modelos de combustíveis, cartografia de risco e prioridades de defesa contra incêndios florestais	11
2.1 Modelos de combustíveis florestais.....	11
2.2 Cartografia de risco de incêndio florestal	15
2.2.1. Perigosidade de incêndio florestal.....	17
2.2.2. Risco de incêndio florestal	19
2.3 Prioridades de defesa.....	21
3. Objetivos e metas do PMDFCI	22
3.1 Identificação da tipologia do concelho	23
3.2 Objetivos e metas do PMDFCI.....	23
4. Eixos Estratégicos	24
4.1 EIXO 1 - AUMENTO DA RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS.....	24
4.1.1. Levantamento da rede de defesa da floresta contra incêndios (RDFCI).....	25
4.1.1. Planeamento das ações referentes ao 1.º eixo estratégico.....	35
4.2 EIXO 2 - REDUÇÃO DA INCIDÊNCIA DE INCÊNDIOS	53
4.2.1. Avaliação	53
4.2.2. Planeamento de ações referentes ao 2.º eixo estratégico	55
4.3 EIXO 3 – MELHORIA DA EFICÁCIA DO ATAQUE E DA GESTÃO DOS INCÊNDIOS.....	62
4.3.1. Avaliação	62
4.3.2. Planeamento das ações referentes ao 3.º eixo estratégico.....	69
4.4 EIXO 4 – RECUPERAÇÃO E REABILITAÇÃO DOS ECOSISTEMAS.....	71
4.5 EIXO 5 – ADAPTAÇÃO DE UMA ESTRUTURA ORGÂNICA FUNCIONAL E EFICAZ	75
4.5.1. Avaliação	75
4.5.2. Planeamento das ações referentes ao 5.º eixo estratégico.....	75
5. Estimativa de orçamento para implementação do PMDFCI	82
6. Mapas anexos.....	86
7. Referencias Bibliográficas (CADERNOI, II).....	86
8. Lista de abreviaturas (CADERNOI, II)	89

1. Enquadramento do plano no âmbito do sistema de gestão territorial (SGT) e no sistema de defesa da floresta contra incêndios (SDFCI)

O plano municipal de defesa da floresta contra incêndios (PMDFCI) contém as medidas necessárias à defesa da floresta contra incêndios e, para além das medidas de prevenção, inclui a previsão e o planeamento integrado das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios. O PMDFCI é elaborado em consonância com o plano nacional de defesa da floresta contra incêndios, o plano regional de ordenamento florestal do Barroso e Padrela e o plano distrital defesa da floresta contra incêndios, sendo a sua estrutura tipo estabelecida pelo despacho nº 4345/2012 de 27 de Março de 2012 do gabinete do Secretário de Estado das florestas e, desenvolvimento rural.

Este Plano, com um período de vigência de 5 anos cumpre as normas contidas na legislação DFCI, em especial no Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro)

O plano municipal de defesa da floresta é apresentado à comissão municipal de defesa da floresta contra incêndios, que delibera, e é aprovado pelo instituto de conservação da natureza e das florestas. A coordenação e gestão do referido plano são da responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal.

O presente PMDFCI, constitui um plano de âmbito municipal, elaborado de acordo com o “Guia Técnico para Elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios”, editado pela Autoridade Florestal Nacional (AFN), actual Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), em Abril de 2012. Nele estão contidas as acções necessárias à defesa da floresta contra incêndios nomeadamente acções de prevenção, previsão e programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas, perante a eventual ocorrência de incêndios.

O PMDFCI para o concelho de Valpaços visa operacionalizar a nível municipal as seguintes orientações contidas no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 65/2006, de 26 de maio e no Plano Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Vila Real (PDDFCI-Vila Real).

Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios

O PNDFCI pretende contribuir a par de demais legislação para a definição de uma estratégia e

a articulação metódica e equilibrada de um conjunto de acções com vista a fomentar a gestão activa da floresta, criando condições propícias para a redução progressiva dos incêndios florestais. Para alcançar os seus objectivos e metas preconiza-se uma implementação articulada e estruturada em cinco eixos estratégicos de actuação:

- Aumentar a resiliência do território aos incêndios florestais
- Reduzir a incidência dos incêndios;
- Melhorar a eficácia e eficiência do ataque e da gestão dos incêndios;
- Recuperar e reabilitar os ecossistemas e comunidades;
- Adoptar uma estrutura orgânica e funcional eficaz.

O PNDFCI define ainda, como um dos objectivos primordiais, o reforço da organização de base municipal, onde serão consolidadas e integradas as diferentes acções de prevenção e protecção da floresta, através da elaboração e execução do PMDFCI, considerando-o como “um instrumento operacional de planeamento, programação, organização e execução de um conjunto de acções de prevenção, pré-supressão e reabilitação de áreas ardidas”. Os PMDFCI são elaborados pela Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra incêndio com o apoio dos Gabinetes Técnicos Florestais (GTF) e pelos Serviços Municipais de Protecção Civil e executados pelas diferentes entidades, produtores florestais e outros proprietários, envolvidos na gestão do território.

A operacionalização do PMDFCI, em particular para as acções de vigilância, detecção, fiscalização, 1ª Intervenção e combate, é concretizada através de um “Plano Operacional Municipal” (POM), que particulariza a execução destas acções de acordo com o previsto na carta de síntese e no programa operacional do PMDFCI.

- **Plano Distrital de Defesa da Floresta contra Incêndios de Vila Real**

O PDDFCI de Vila Real visa estabelecer a Estratégia Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI) através de medidas adequadas para o efeito e do planeamento integrado das intervenções das diferentes entidades, de acordo com os objectivos estratégicos decorrentes do PNDFCI em consonância com o PROFAC, conforme estabelecido no nº1 do artigo 3º-B do Decreto-Lei nº124/2006 de 28 Junho, com a nova redacção que lhe foi dada pelo DL nº 17/2009 de 14 de Janeiro,

O planeamento distrital desempenha uma função de escala intermédia entre o PNDFCI e o PMDFCI, que visa sistematizar e organizar as acções e os objectivos definidos no PNDFCI à

escala distrital.

Os principais objectivos do PMDFCI são:

- Descrever e quantificar o perigo de ocorrência de incêndios florestais, no concelho;
- Conhecer as causas estruturais e conjunturais mais relevantes na origem dos incêndios;
- Avaliar a eficácia dos meios de prevenção, detecção e combate existentes;
- Elaborar uma proposta de acções prática devidamente detalhada e quantificada que permita melhorar a situação actual em termos de prevenção, detecção e combate com vista à redução do número de incêndios e superfície de área ardida;
- Fornecimento de uma cartografia actualizada e detalhada, onde estejam representadas as infra-estruturas de extrema utilidade numa situação de emergência.

2. Análise do risco e das vulnerabilidades

2.1 Modelos de combustíveis florestais

O conhecimento das formações vegetais de um território constitui uma tarefa essencial no processo de avaliação do risco de incêndio e do comportamento e progressão de um incêndio.

Os modelos de combustível consistem num conjunto de parâmetros atribuídos a tipos de vegetação com características conhecidas, sendo que a atribuição de um modelo existente a uma determinada mancha de vegetação com características mais ou menos homogêneas, pode fazer-se com recurso a critérios pré-definidos, chaves dicotómicas e a chaves fotográficas.

A determinação do modelo de combustível, baseou-se em dois procedimentos; o primeiro resultou da análise estatística dos dados recolhidos no campo relativamente a este atributo em que se verificou em cada classe de ocupação do solo amostrada o modelo dominante, tendo sido atribuído à classe em questão esse mesmo modelo.

O outro procedimento, para as categorias não amostradas durante o trabalho de campo, baseou-se na atribuição dos modelos de combustível consultando a série fotográfica do ICONA, para a zona da Galiza e respectiva descrição.

MODELOS DE COMBUSTÍVEL*

- **Modelo 1:** Pasto contínuo, fino, seco e baixo, com altura abaixo do joelho. Os matos ou árvores cobrem menos de 1/3 da superfície. Os incêndios propagam-se com grande velocidade neste modelo. (As pastagens naturais com espécies anuais são exemplo típico).
- **Modelo 2:** Pasto contínuo, fino, seco e baixo, presença de matos ou árvores que cobrem entre 1/3 e 2/3 da superfície. Os combustíveis são formados pelo pasto seco, folhada e ramos caídos da vegetação lenhosa. O fogo propaga-se rapidamente pelo pasto. Acumulações dispersas de combustíveis podem incrementar a intensidade do incêndio.
- **Modelo 3:** Pasto contínuo, espesso, seco e alto, com cerca de 1 metro de altura. 1/3 ou mais do pasto deve estar seco. Os incêndios são os mais rápidos e de maior intensidade. (Searas antes da ceifa podem ser incluídas neste modelo).
- **Modelo 4:** Matos ou árvores jovens muito densos, com cerca de 2 metros de altura. Continuidade horizontal e vertical do combustível. Abundância de combustível lenhoso morto (ramos) sobre as plantas vivas. O fogo propaga-se rapidamente e com muita intensidade. A humidade dos combustíveis vivos tem grande influência no comportamento do fogo.
- **Modelo 5:** Mato denso mas baixo, com altura não superior a 0.6 metros. Apresenta cargas ligeiras de folhada do mesmo mato e de pasto, que contribui para propagar o fogo com ventos fracos. Fogo de intensidade moderada.
- **Modelo 6:** Mato mais velho do que no modelo 5, com alturas entre 0.6 e 1.2 metros. Os combustíveis vivos são mais escassos e dispersos. No conjunto é mais inflamável do que o modelo 5. O fogo propaga-se através do mato com ventos moderados a fortes.
- **Modelo 7:** Matos de espécies muito inflamáveis de 0.6 a 2 metros de altura, que propaga o fogo debaixo das árvores, em povoamentos de coníferas. O fogo desenvolve-se com teores mais altos de humidade do combustível morto do que nos outros modelos, devido à natureza mais inflamável dos combustíveis vivos.
- **Modelo 8:** Bosque denso de coníferas ou folhosas (sem mato), com solo coberto por uma camada compacta de folhada de pequenas dimensões (ex. *Pinus silvestris* e *Fagus sylvatica*). Os fogos são de fraca intensidade e avançam lentamente. Somente em condições meteorológicas desfavoráveis (altas temperaturas, baixa humidade relativa e ventos fortes), este modelo torna-se muito perigoso.

- **Modelo 9:** Bosque denso de coníferas ou folhosas, com o solo coberto por uma camada compacta de folhada de pequenas dimensões (ex. *Pinus pinaster*, *Quercus sp.* e *Castanea sativa*). Os fogos são mais rápidos e com chamas maiores do que no modelo 8.
- **Modelo 10:** Bosque com grande quantidade de lenha e árvores caídas, como consequência de ventos fortes, pragas intensas, etc.
- **Modelo 11:** Bosque pouco denso e com algumas herbáceas. Presença de resíduos de exploração ligeiros (diâmetros menor que 7.5cm) resultantes de tratamentos silvícolas recentes, formando uma camada pouco compacta e com cerca de 30cm de altura. A folhada e o mato existentes ajudam à propagação do fogo. Os incêndios terão intensidade elevada.
- **Modelo 12:** Resíduos de exploração, grossos, mais pesados do que o modelo 11, formando uma camada contínua de maior altura (até 60 cm). Mais de metade das folhas/agulhas estão ainda verdes e presas aos ramos. Os incêndios terão intensidades elevadas.
- **Modelo 13:** Grandes acumulações de resíduos de exploração, grossos, pesados e cobrindo todo o solo.

*Tradução da “Clave fotografica para la identificacion de modelos de combustible” do ICONA. Ministerio de Agricultura Pesca y Alimentacion (Espanha)

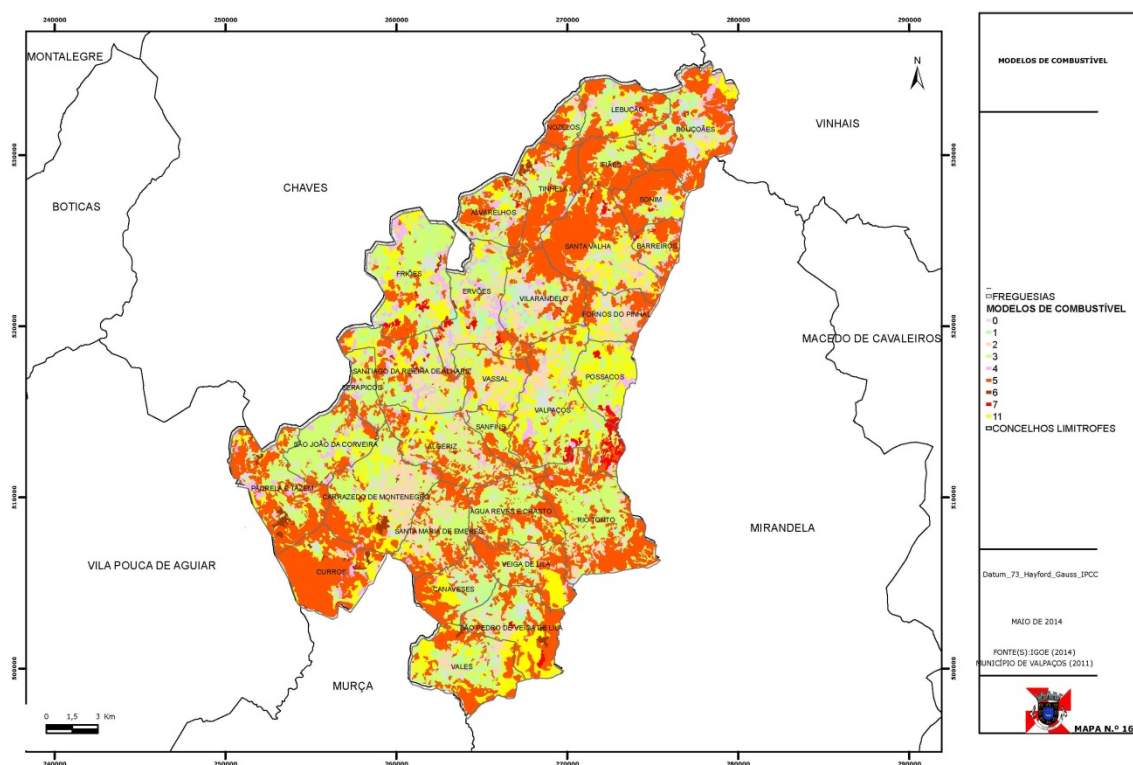


Figura 1 - Modelos de Combustíveis Florestais

A análise do mapa dos combustíveis florestais (Figura 1) que se encontra anexo, permite

evidenciar uma mistura predominante do modelo 3 com o modelo 7.

Os combustíveis dominantes são matos ou árvores jovens muito inflamáveis, com cerca de dois metros de altura, grande parte destas zonas têm sido fustigadas pelos incêndios e com ausência de boas práticas florestais.

2.2 Cartografia de risco de incêndio florestal

A cartografia de risco de incêndio florestal é representada pela probabilidade e susceptibilidade que um determinado território apresenta, acrescido dos valores de risco (vulnerabilidade e valor).

A aplicação do modelo de risco adoptado pelo ICNF origina dois mapas finais, o mapa de perigosidade de incêndio florestal e o mapa de risco de incêndio florestal sobre os quais assenta o planeamento das acções de prevenção e de supressão.

A aplicação desta metodologia origina diferentes mapas à medida que se adicionam componentes ao modelo de risco de acordo com o esquema seguinte:

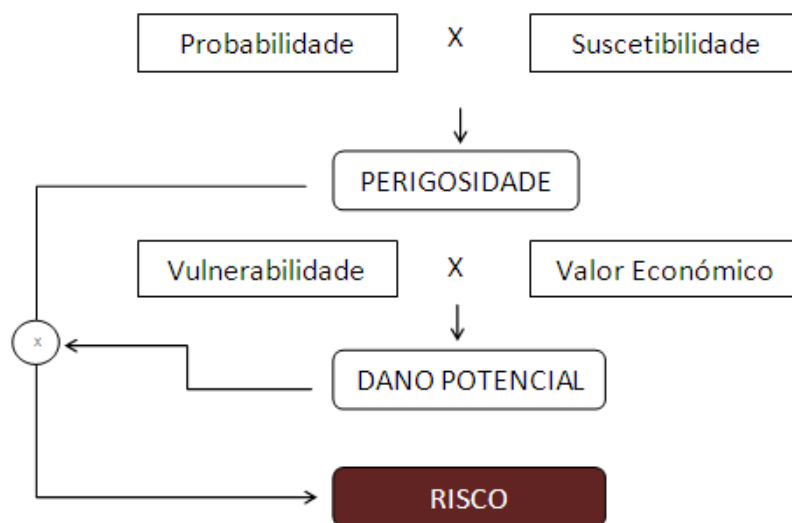


Figura 2 - Componentes do Modelo de Risco

A **probabilidade** de ocorrência anual de um incêndio num determinado local far-se-á traduzir pela ocorrência anual de um incêndio em determinado *pixel* de espaço florestal. A

probabilidade é calculada com base no histórico desse mesmo *pixel*, representando a percentagem média anual que permite avaliar a perigosidade no tempo.

A **suscetibilidade** de um território, ou de um *pixel*, expressa as condições que esse território apresenta para a ocorrência e potencial de um fenómeno danoso. A susceptibilidade de um território é determinada pela ocupação do solo e por variáveis lentas que decorrem da topografia, tal como o declive.

A **perigosidade** resulta do produto da probabilidade pela susceptibilidade e define-se como “*a probabilidade de ocorrência, num determinado intervalo de tempo e dentro de uma determinada área, de um fenómeno potencialmente danoso*” (Varnes, 1984)

A **vulnerabilidade** expressa o grau de perda a que um elemento em risco está sujeito. A vulnerabilidade corresponde à designação genérica para populações, bens, actividades económicas, expostos à perigosidade e deste modo em risco. Define-se como a capacidade que um elemento tem de resistir a um fenómeno danoso e de recuperar após o mesmo. Expressa-se numa escala de 0 a 1, em que zero (0) significa que o elemento não é afectado pelo fenómeno e um (1) que o elemento é totalmente destruído pelo mesmo. O valor económico permite quantificar o investimento necessário para recuperar um elemento em função da sua vulnerabilidade.

O **dano potencial** de um elemento é o produto do seu valor económico pela vulnerabilidade.

O **risco** é o produto da perigosidade pelo dano potencial. Define-se como o potencial de perda em função da perigosidade, vulnerabilidade e valor económico, se algum destes elementos subir ou descer, consequentemente o risco sobe ou desce respectivamente e quando uma as componentes é inexistente o risco é nulo.

2.2.1. Perigosidade de incêndio florestal

O mapa de Perigosidade é particularmente indicado para a definição de acções de prevenção, uma vez que reproduz a localização dos locais com maior carga combustível, isto é, permite identificar a perigosidade de um determinado local aos incêndios florestais, sendo considerado um valioso instrumento de apoio à decisão no ordenamento e gestão florestal sustentável. Em termos de planeamento municipal são as classes de perigosidade alta e muito alta deste mapa que devem ser transpostas para o Plano Director Municipal e constituir critério de condicionalismo à edificação.

As classes de perigosidade do Concelho de Valpaços (Figura 3) estão distribuídas (em termos quantitativos) de forma uniforme pelo território. Em termos percentuais, a classe dominante é a

Alta (26%), seguida pela Média (21,26%), Baixa (20,3%), Muito Baixa (19,3%) e Muito Alta (12%). As freguesias em que predominam a classe Muito Alta, são : Sonim e Barreiros, Santa Valha e Tinhela e Alvarelhos.

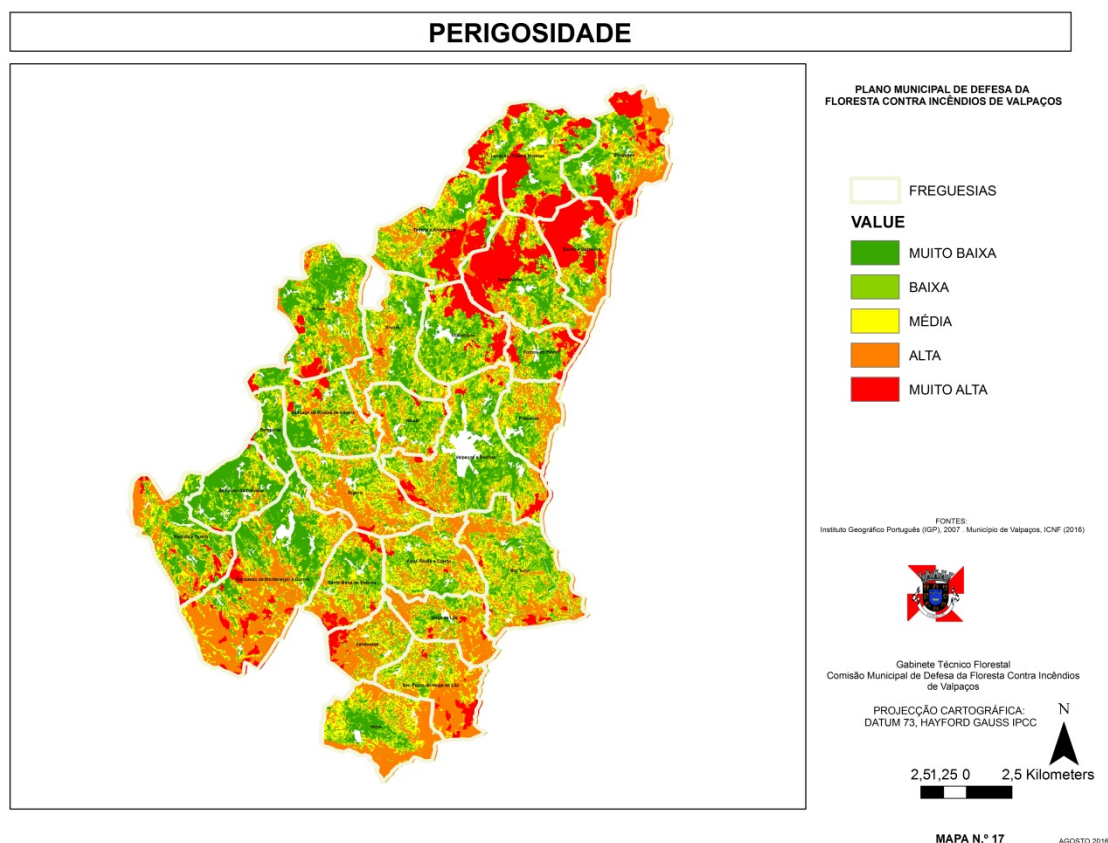


Figura 3 - Perigosidade de Incêndio Florestal

O mapa de perigosidade é equivalente ao que frequentemente se produz sob a designação de mapa de risco. Este é o mapa que tem aplicabilidade no conceito de “cartografia de risco de incêndio” constante no art.º 16, do DL 17/2009, de 14 de janeiro, uma vez que, de acordo com a definição, a perigosidade precede o perigo, sendo o risco a concretização de um perigo com a consequente perda de valor e/ou segurança.

Neste sentido apenas é válido evitar a colocação de valor em locais de reconhecido perigo promovendo deste modo a segurança de pessoas e bens, não permitindo que estas sejam expostas a um dano potencial.

2.2.2. Risco de incêndio florestal

O mapa de Risco de Incêndio Florestal combina as componentes do mapa de perigosidade (probabilidade e susceptibilidade) com as componentes do dano potencial (vulnerabilidade e valor). O Risco corresponde a um potencial de perda, existindo Risco sempre que exista Perigosidade, Vulnerabilidade e Valor associados. Basta não haver uma das componentes para que o Risco seja nulo.

O Concelho de Valpaços apresenta índices altos de risco de incêndio essencialmente na zona norte e nas zonas com maiores declives. Estas zonas são muito sensíveis à ignição e propagação do fogo, essencialmente, devido às características do terreno (relevo acentuado). Apresentam na sua maioria uma forte regeneração de pinheiro bravo, a qual se encontra densa e desordenada, contribuindo para uma elevada continuidade horizontal e vertical do combustível.

Na **Figura 4**, apresenta-se o mapa de risco de incêndio para o Concelho de Valpaços.

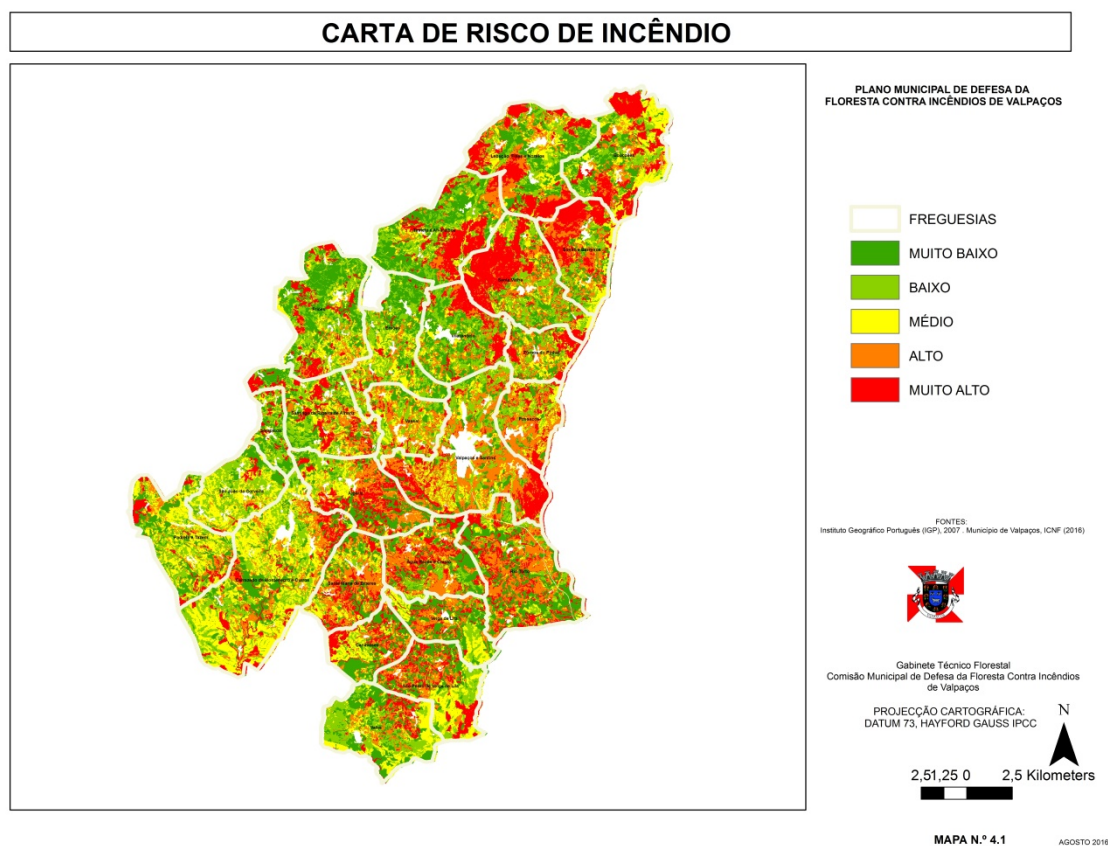


Figura 4 - Risco de Incêndio Florestal

De acordo com o modelo é na região Norte e no extremo Sul do município que se verificam as situações de maior perigo. Pode considerar-se as freguesias de Alvarelhos, Tinhela, Nozelos, Lebução, Fiães, Padrela e Tazém, Curros e no extremo Este de S. Pedro de Veiga de Lila como regiões de Médio e de Alto risco de incêndio.

Podemos verificar que grande parte da área do concelho apresenta um risco Médio/Alto, logo seguido, em quantidade de superfície, pelo risco Baixo/Médio. Verifica-se que a área de risco Alto é diminuta. Isto resulta do tratamento conjunto das variáveis consideradas em que factores como o declive, a inexistência de caminhos, as baixas densidades populacionais, as grandes extensões de uma só espécie, etc. têm um papel preponderante.

Para além disto, também a vegetação se apresenta com risco de incêndio considerável, sendo os incultos e os povoamentos de pinheiro os que apresentam índices mais elevados de risco. Os povoamentos mistos, as folhosas e os carvalhos são os que mais baixo risco apresentam, o que se compreende pela diversidade de espécies, já que esta é uma das formas de impedir a propagação do fogo.

No entanto os povoamentos agrícolas, apresentam também, em algumas circunstâncias, Médio e Médio-Alto risco de incêndio; neste caso, o perigo justifica-se pela ocupação de terrenos marginais com acentuado declive.

Os restantes elementos que compõem a carta são definidos pela Vulnerabilidade, que expressa o grau de perda desse elemento, e pelo Valor, que deve corresponder ao preço de mercado dos elementos em risco, permitindo deste modo quantificar o investimento necessário para recuperar um elemento, em função da sua vulnerabilidade, após destruição total ou parcial por exposição a um fenómeno danoso.

Os valores de referência adoptados para a vulnerabilidade, correspondem aos apresentados na Figura 2.1 do Guia técnico do PMDFCI.

O Valor económico foi atribuído com base nos valores de referência apresentados na Figura 2.1 do Guia técnico do PMDFCI.

Este mapa é indicado para acções de prevenção quando lido em conjunto com o mapa de perigosidade e para planeamento de acções de supressão.

2.3 Prioridades de defesa

O Mapa de Prioridades de Defesa, tem como objectivo identificar as áreas do Município de reconhecido valor social, cultural, ecológico ou ambiental, constituindo para este fim prioridades de defesa e consequentemente maior necessidade de vigilância contra os incêndios florestais.

Analisando o mapa de prioridades de defesa, destaca-se que as áreas que correspondem ao Risco de incêndio Muito Alto e Alto (zona edificada na interface rural/florestal e áreas com elevado valor ecológico, florestal e ambiental, o perímetro Florestal de Santa Comba.

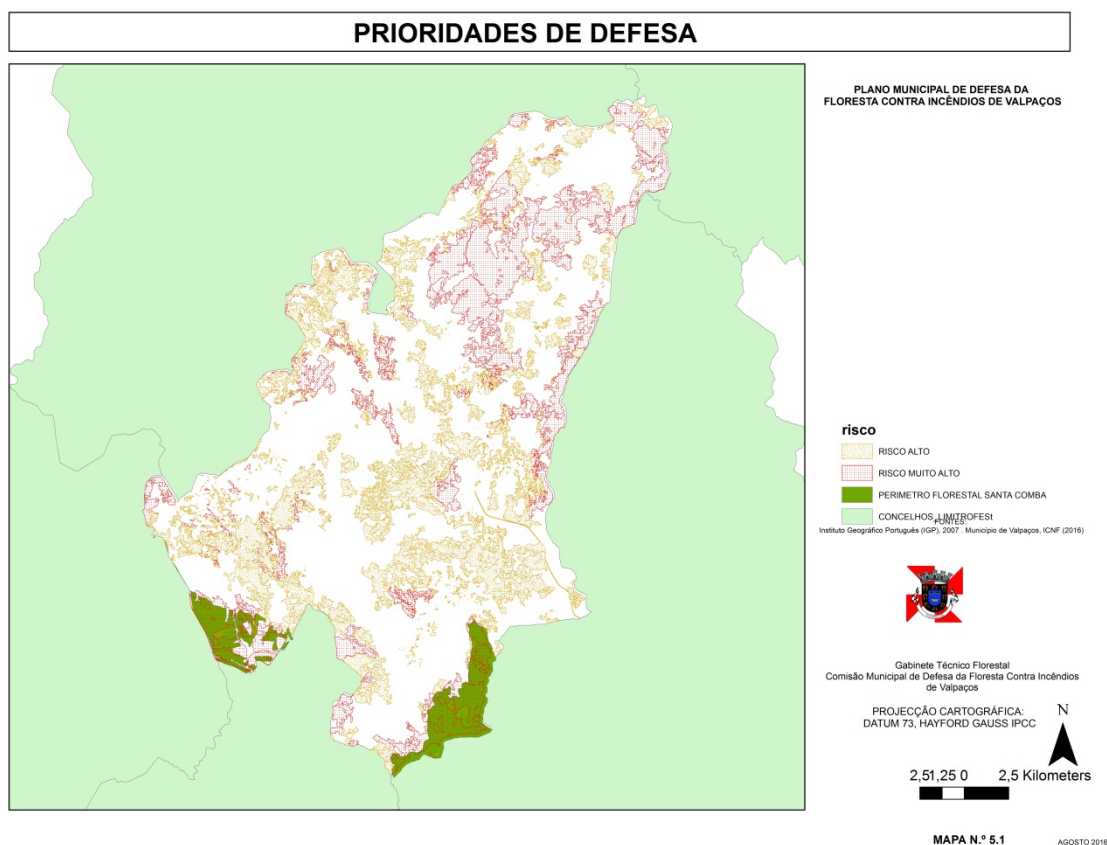


Figura 5 - Prioridades de defesa

3. Objetivos e metas do PMDFCI

Os objectivos e metas do PMDFCI para o horizonte temporal de acção deste tipo de plano (5 anos), serão estabelecidos neste capítulo, com base no diagnóstico do concelho efetuado no

Caderno I do plano, e no cumprimento dos objectivos preconizados em cada um dos 5 eixos estratégicos definidos no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), aprovado pela Resolução do Concelho de Ministros nº 65/2006, de 26 de maio, designadamente:

1º Eixo: Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais;

2º Eixo: Redução da incidência dos incêndios;

3º Eixo: Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios;

4º Eixo: Recuperar e reabilitar os ecossistemas;

5º Eixo: Adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz.

O concelho de Valpaços encontra-se integrado na Circunscrição Florestal Norte, mais concretamente no Núcleo Florestal Barroso Padrela. Relativamente à qualificação do concelho em termos de regiões homogéneas, de acordo com o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Barroso Padrela, já aprovado, sensivelmente 2/3 está inserido no Tua enquanto a restante parte está integrada na Padrela.

Objectivos específicos da sub-região homogénea Tua:

- Nesta sub-região homogénea visa-se a implementação e incrementação das funções de Protecção; Silvopastorícia, Caça e Pesca nas águas interiores e Produção.

Objectivos específicos da sub-região homogénea Padrela:

- Nesta sub-região homogénea visa-se a implementação e incrementação das funções de Produção; Silvopastorícia, Caça e Pesca nas águas interiores e Protecção.

3.1 Identificação da tipologia do concelho

A tipologia dos concelhos resulta da tipificação destes no território continental, definida pelo ICNF no que respeita às duas variáveis estruturantes: nº de ocorrências e área ardida de cada concelho, para assim distinguir os grandes tipos de problemas/soluções associados à incidência do fogo. De acordo com esta classificação o concelho de Valpaços insere-se, para o período compreendido entre 1997-2011, na tipologia **T4 (muitas ocorrências e muita área ardida)**, situando-se em 56.º lugar na NUT II Norte (80 Municípios).

Linhas de Acção Prioritária	Sub-Objectivos PNDFCI
• Identificação e resolução de problemas de gestão silvopastoril	• Implementar programa de redução de combustíveis • Educar e sensibilizar as populações
• Redução do tempo de intervenção e melhorar a organização para grandes incêndios	• Garantir uma 1.ª intervenção rápida e eficaz • Implementar um sistema de gestão de meios a mobilizar, em função do risco; • Melhorar as técnicas e tácticas de supressão

3.2 Objetivos e metas do PMDFCI

De acordo com o diagnóstico efectuado no Caderno I e tendo por base as metas do PNDFCI a atingir até 2012 e para além de 2012, foram definidos os seguintes objectivos e metas temporais a atingir nos próximos 5 anos de vigência do PMDFCI de Valpaços (2016-2020):

METAS	INDICADORES					
	ANUAL					QUINQUÉNIO
	2016	2017	2018	2019	2020	
REDUÇÃO DA ÁREA ARDIDA (média 2001-2015)	-	-	-	-	-	Média < 500ha/ano
REDUÇÃO DO Nº DE OCORRÊNCIAS (média 2001-2015)	<100	< 100	< 100	< 100	< 100	

4. Eixos Estratégicos

4.1 EIXO 1 - AUMENTO DA RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

Este eixo estratégico pretende diminuir tendencialmente a intensidade e área percorrida por grandes incêndios promovendo uma gestão activa do espaço florestal, aplicar sistemas de gestão de combustíveis e desenvolver processos que permitam aumentar o nível de segurança de pessoas e bens tornando os espaços florestais mais resilientes à acção do fogo.

Trata-se de um eixo directamente ligado ao ordenamento do território e planeamento florestal cujo objectivo é introduzir princípios de DFCI no uso, ocupação do solo, protecção de zonas de interface urbano/florestal, redução de combustíveis e na gestão multifuncional do espaço florestal do concelho, designadamente nas áreas estratégicas como, povoamentos florestais com elevado valor económico, áreas florestais de importante valor natural e paisagístico, habitats naturais de protecção e áreas de protecção especial.

Na definição das acções e metas que consubstanciam o primeiro eixo estratégico – aumento da resiliência do território aos incêndios florestais – teve-se em consideração a informação base relativa à caracterização física, caracterização da população, do uso e ocupação do solo e das zonas especiais. Foi ainda considerada a análise do histórico e causalidade dos incêndios (Caderno I) e também os mapas de combustíveis, de perigosidade e risco de incêndio e de prioridades de defesa (Caderno II).

De acordo com o diploma, no PMDFCI devem ainda no âmbito deste eixo estratégico ser definidas regras de implantação no terreno de novas edificações em espaço florestal, fora das áreas edificadas consolidadas.

OBJETIVOS ESTRATÉGICO	- Promover a gestão florestal e intervir preventivamente em áreas estratégicas
----------------------------------	--

OBJETIVOS OPERACIONAIS	- Proteger das zonas de interface urbano/florestal - Implementar programa de redução de combustíveis
-----------------------------------	---

ACÇÕES	- Criar e manter a rede de faixas de gestão de combustível, intervindo prioritariamente nas zonas de maior vulnerabilidade aos incêndios. - Implementar mosaicos de parcelas gestão de combustível. - Promover acções de silvicultura no âmbito da DFCI. - Promover acções de gestão de pastagens. - Criar e manter redes de infraestruturas (RVF e RPA). - Divulgar técnicas de ajardinamento com maior capacidade de resiliência aos incêndios florestais.
---------------	--

4.1.1. Levantamento da rede de defesa da floresta contra incêndios (RDFCI)

A RDFCI concretiza territorialmente, de forma coordenada, a infraestruturização dos espaços rurais decorrente da estratégia do planeamento de defesa da floresta contra incêndios e integra as seguintes componentes, de acordo com o artigo 12º do DL nº 17/2009, de 14 de Junho:

- a) **Redes de faixas de gestão de combustível;**
- b) **Mosaico de parcelas de gestão de combustível;**
- c) **Rede viária florestal;**
- d) **Rede de pontos de água;**
- e) **Rede de vigilância e detecção de incêndios;**
- f) **Rede de infraestruturas de apoio ao combate;**

A monitorização do desenvolvimento e da utilização das RDFCI incumbe ao Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas.

O acompanhamento da rede de pontos de água é da responsabilidade do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas em articulação com a Autoridade Nacional de Protecção Civil.

Relativamente a monitorização do desenvolvimento da rede de vigilância e respectiva utilização incumbe à Guarda Nacional Republicana em articulação com o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas e com a Autoridade Nacional de Protecção Civil. Quanto à Rede de Infra-estruturas de apoio ao combate a monitorização do desenvolvimento e da utilização é da responsabilidade da Autoridade Nacional de Protecção Civil em articulação com a Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas e a Guarda Nacional Republicana.

4.1.1.1. Rede de faixas de gestão de combustível (FGC) Mosaico de parcelas de gestão de combustível (MPGC)

A gestão dos combustíveis existentes nos espaços rurais é realizada através de faixas e de parcelas, situadas em locais estratégicos, onde se procede à modificação e à redução da quantidade de biomassa presente. Classificam-se em redes de faixas de gestão de combustíveis primárias, secundárias e terciárias, de acordo com as seguintes funções que podem desempenhar:

- Função de diminuição de superfície percorrida por grandes incêndios, permitindo e facilitando uma intervenção directa de combate ao fogo;
- Função de redução dos efeitos de passagem de incêndios, protegendo de forma

passiva vias de comunicação, infraestruturas e equipamentos sociais, zonas edificadas e povoamentos florestais de valor especial;

- Função de isolamento de potenciais focos de ignição de incêndio.

As redes primárias de faixas de gestão de combustíveis definidas no âmbito do planeamento distrital de DFCl, cumprem as funções enunciadas nas alíneas a), b) e c), mas o Plano Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios não define nenhuma para o concelho Valpaços.

As **redes secundárias de faixas de gestão de combustível**, de interesse municipal ou local, cumprem, no âmbito da protecção civil de populações, as funções de redução dos efeitos da passagem de incêndios e de isolamento de potenciais focos de ignição de incêndios e desenvolvem-se sobre:

- As redes viárias públicas;
- As linhas de transporte e distribuição de energia eléctrica;
- As envolventes aos aglomerados populacionais e a todas as edificações, aos parques de campismo, às infra-estruturas e parques de lazer e de recreio, aos parques industriais.

As **redes terciárias de faixas de gestão de combustível**, de interesse local, cumprem a função de isolamento de potenciais focos de incêndio e apoiam-se nas redes viária, eléctrica e divisional das unidades locais de gestão florestal ou agro-florestal, sendo definidas no âmbito dos instrumentos de gestão florestal.

As FGC definidas neste plano enquadram-se na Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível, a sua delimitação foi elaborada conforme o referido no Artigo 15º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, republicado pelo DL n.º 17/2009, de 14 de junho, a sua execução é da responsabilidade das seguintes entidades, proprietários, arrendatários ou usufrutuários e desenvolvem-se sobre as seguintes estruturas que se inserem ou confinam com os espaços florestais do concelho:

- **REDE VIÁRIA** – Foi delimitada uma faixa de **10 m** para cada lado das vias integrantes da rede viária fundamental que atravessa o concelho. A execução e manutenção destas faixas são da responsabilidade das respectivas entidades gestoras, correspondendo no caso das faixas desenvolvidas sobre vias da rede rodoviária nacional e regional à **EP - Estradas de Portugal**, e no caso das estradas e caminhos municipais, e estradas nacionais desclassificadas (cuja jurisdição tenha passado para a CMV) à **Câmara Municipal de Valpaços**.
- **REDE DAS LINHAS DE TRANSPORTE DE DISTRIBUIÇÃO ELÉTRICA DE MUITO ALTA TENSÃO**

- Foi delimitada uma faixa de gestão de combustível correspondente à projecção vertical dos cabos condutores exteriores, acrescidos de uma faixa de **10 m** para cada um dos lados, cuja entidade responsável é a **Rede Elétrica Nacional (REN)**.
- **REDE DAS LINHAS DE TRANSPORTE DE DISTRIBUIÇÃO ELÉTRICA DE MÉDIA E ALTA TENSÃO** – Foi delimitada uma faixa de gestão de combustível correspondente à projecção vertical dos cabos condutores exteriores acrescidos de uma faixa de **7 m** para cada um dos lados, cuja entidade responsável é a **EDP, Energias de Portugal**.
- **PARQUE DE CAMPISMO, E ZONA INDUSTRIAL** – Delimitou-se uma faixa de gestão de combustíveis com 100 metros de largura da responsabilidade das entidades gestoras.

Sempre que a delimitação das FGC confinantes com a rede viária e linhas de transporte de energia crie áreas de intersecção entre elas, resultam superfícies de gestão partilhada. A responsabilidade de gestão destas entidades prevalece quando as faixas envolventes destas infra-estruturas lineares intersectam as restantes FGC do concelho.

A responsabilidade da entidade gestora das faixas envolventes dos parques de campismo, infra-estruturas, equipamentos florestais de recreio parques e polígonos industriais e aterros sanitários prevalece no caso de intercepções com as restantes faixas a gestão.

Na RFGC delimitadas no PMDFCI, os responsáveis pelas mesmas, são obrigados à sua execução de acordo com os seguintes critérios de gestão de combustíveis no âmbito das redes secundárias de faixas gestão de combustíveis definidos no Anexo ao DL 124/2006, de 28 de junho, republicado pelo DL 17/2009, de 14 de janeiro.

- **CRITÉRIOS GERAIS** — nas faixas de gestão de combustíveis envolventes às edificações, aglomerados populacionais, equipamentos e infra -estruturas devem ser cumpridos cumulativamente os seguintes critérios:
 - 1 — No estrato arbóreo, a distância entre as copas das árvores deve ser no mínimo de 4 m e a desramação deve ser de 50 % da altura da árvore até que esta atinja os 8 m, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo 4 m acima do solo.
 - 2 — No estrato arbustivo e subarbustivo, o fitovolume total não pode exceder 2000 m³/ha, devendo simultaneamente ser cumpridas as seguintes condições:
 - o Deve ser garantida a descontinuidade horizontal dos combustíveis entre a infra -estrutura e o limite externo da faixa de gestão de combustíveis;
 - o A altura máxima admitida para a vegetação varia em função da percentagem

de cobertura do solo de acordo com a correspondência seguinte:

Coberto do solo <20 %-----	100 cm (Altura máxima da vegetação)
Coberto do solo > 20% e <50% -----	40 cm (Altura máxima da vegetação)
Coberto do solo > 50% -----	20 cm (Altura máxima da vegetação)

3 — Os estratos arbóreo, arbustivo e subarbustivo remanescentes devem ser organizados espacialmente por forma a evitar continuidade vertical.

4 — No caso de infraestruturas da rede viária às quais se associem alinhamentos arbóreos com especial valor patrimonial ou paisagístico, deve ser garantida a preservação do arvoredado aplicando os critérios anteriores numa faixa correspondente à projecção vertical dos limites das suas copas acrescida de uma faixa de largura não inferior a 10 m para cada um dos lados.

5 — No caso de faixas de gestão de combustível que abranjam arvoredado classificado de interesse público, zonas de protecção a edifícios e monumentos nacionais ou manchas de arvoredado com especial valor patrimonial ou paisagístico, tal como identificado em instrumento de gestão florestal, pode a comissão municipal de defesa da floresta aprovar critérios específicos de gestão de combustíveis.

- **CRITÉRIOS SUPLEMENTARES PARA AS FAIXAS ENVOLVENTES A EDIFICAÇÕES (HABITAÇÕES, ESTALEIROS, ARMAZÉNS, OFICINAS, FÁBRICAS E OUTROS EQUIPAMENTOS SOCIAIS E DE SERVIÇOS)** nestas faixas de gestão de combustíveis, para além do disposto nos critérios gerais, devem ainda ser cumpridos, cumulativamente, os seguintes critérios:

1 — As copas das árvores e dos arbustos devem estar distanciadas no mínimo 5 m da edificação, evitando-se ainda a sua projecção sobre a cobertura do edifício.

2 — Excepcionalmente, no caso de arvoredado de especial valor patrimonial ou paisagístico pode admitir-se uma distância inferior a 5 m, desde que seja reforçada a descontinuidade horizontal e vertical de combustíveis e garantida a ausência de acumulação de combustíveis na cobertura do edifício.

3 — Sempre que possível, deverá ser criada uma faixa pavimentada de 1 m a 2 m de largura, circundando todo o edifício.

4 — Não poderão ocorrer quaisquer acumulações de substâncias combustíveis, como lenha, madeira ou sobrantes de exploração florestal ou agrícola, bem como de outras substâncias altamente inflamáveis.

A rede de FGC definidas para o concelho, incluem faixas no interior ou confinantes com os

espaços florestais, assim como, faixas que envolvem infraestruturas e edificações que atravessam outros tipos de ocupação do solo nomeadamente em espaço agrícola e não apenas em povoamentos florestais, como refere a legislação. Esta opção relativa à delimitação de FGC, foi tomada em articulação com o ICNF dado que Valpaços é um concelho dominado por espaços de uso agrícola e agrosilvopastoril e grande parte das fontes de ignição são localizadas nestes tipos de ocupação. Da aplicação deste critério resultam:

- FGC definidas em Espaço Florestal para as quais o PMDFCI preconiza acções.
- FGC definidas para o restante território mas que não tem associada uma programação das intervenções a desenvolver, uma vez que, não existindo obrigatoriedade legal para a sua delimitação prevê-se que a gestão seja negociada anualmente com as entidades responsáveis.

Os mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis (MPGC), correspondem a um conjunto de parcelas de território no interior dos compartimentos definidos pelas redes primária e secundárias, onde, através de acções de silvicultura, se procede à gestão dos vários estratos de combustível e à diversificação da estrutura e composição das formações vegetais.

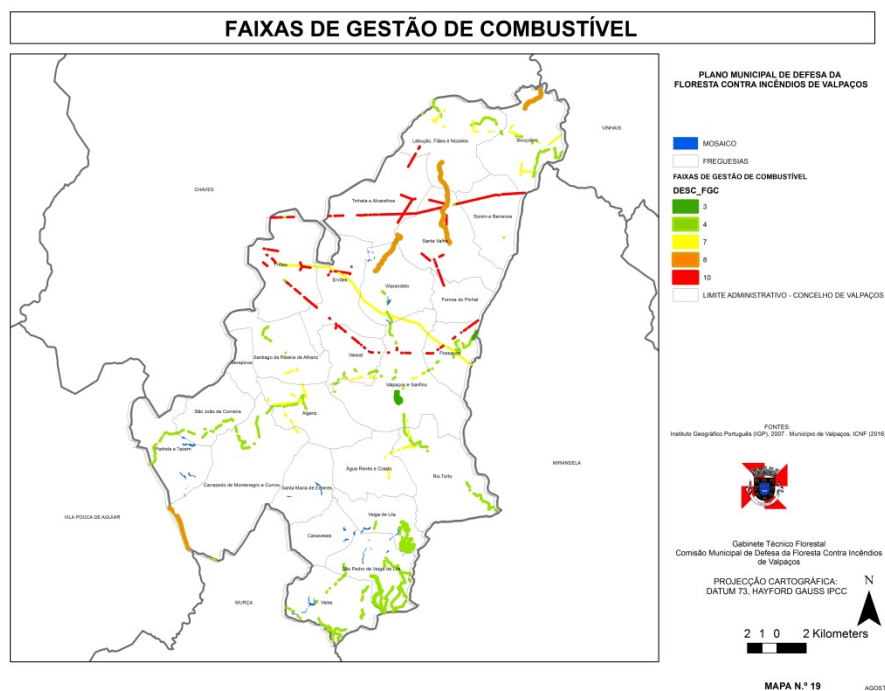


Figura 6 - Rede de FGC e MPGC

Município	Código da descrição da faixa/mosaico	Descrição da Faixa/Mosaico	Área (ha)	%
VALPAÇOS	003	Parques e polígonos industriais e outros	5,9	0,6
	004	Rede viária florestal	373	35,6
	007	Rede elétrica de muito alta tensão	56,2	5,4
	008	Rede Primária	214,1	20,4
	010	Rede elétrica de média tensão	284,8	27,1
	011	Mosaicos de parcelas de gestão de combustível – terrenos agrícolas	93,8	8,9
	013	Rede elétrica de alta tensão	21,2	2,0
TOTAL FGC/Mosaico			1049	100

Quadro 2 - Áreas afectas às faixas de combustível para o período 2016-2020

O mosaico de parcelas considerado no PMDFCI de Valpaços é composto por terrenos agrícolas (áreas de regadio) e superfícies aquáticas, que permitam criar descontinuidades nos espaços florestais.

A área total das FGC e MPGC definidas em espaço florestal perfaz 1049 ha representando 2,0% da área do concelho.

O quadro seguinte mostra a distribuição da área ocupada e a percentagem relativa por componentes da Rede Faixas de Gestão de Combustível e mosaicos de parcelas de gestão de combustível:

4.1.1.1. Rede viária florestal (RVF)

A rede viária florestal desempenha em solo rural uma multiplicidade de funções nomeadamente no acesso aos aglomerados e outras infra-estruturas, aos povoamentos, produtos florestais e recreio. O Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 17/2009, de 14 de janeiro, alarga o conceito da rede viária florestal essencial à DFCI para outras vias além das tradicionalmente tratadas pelo sector florestal, e determina a normalização da classificação e numeração dessa rede viária florestal “alargada”.

A rede viária florestal é um dos principais elementos na infraestruturação do território na defesa da floresta contra incêndio, tanto ao nível da prevenção como no apoio ao combate, cumprindo as seguintes funções:

- Possibilitar o acesso dos meios de combate às áreas onde deflagra o incêndio e aos pontos de reabastecimento de água, combustível, entre outros;
- Integrar a rede de faixas de gestão de combustível onde as equipas de luta encontram condições favoráveis para o combate do fogo, em segurança;
- Possibilitar a circulação de patrulhas de vigilância móvel terrestre, em complemento com a rede de vigilância fixa.

A rede viária florestal integra vias de comunicação que atravessam ou permitem o acesso ao espaço florestal do concelho, incluindo nomeadamente:

- Vias classificadas no Plano Rodoviário Nacional;
- Vias classificadas integrantes do Plano dos Caminhos Municipais;
- Outras vias de comunicação do domínio público;
- Vias do domínio privado, incluindo as vias do domínio do estado e as dos terrenos comunitários.



Rede viária florestal fundamental - Consiste na rede de maior importância para a DFCI uma vez que é aquela que garante o rápido acesso a todos os pontos dos maciços florestais, a ligação entre as principais infraestruturas de DFCI e o desenvolvimento das acções de protecção civil em situações de emergência, subdividindo-se de acordo com as características geométricas das categorias das vias em vias de **1ª ordem** e vias de **2ª ordem**.

A rede viária florestal apresenta uma extensão de **363,54 Km** no seu total, com a seguinte distribuição:

- 26

- Rede viária florestal complementar 130,79Km

A rede viária florestal do Município de Valpaços é composta, maioritariamente, por caminhos de domínio privado, como estradas e caminhos florestais, estradões e trilhos florestais, caminhos agrícolas e vias privadas de acesso, de terra batida com necessidades de manutenção permanentes, apresentando no entanto uma densidade suficiente para a DFCI. As vias de domínio público que constituem a rede viária fundamental, apresentam uma distribuição e conectividade satisfatória.

4.1.1.2. Rede de pontos de água (RPA)

A rede de pontos de água é constituída por um conjunto de estruturas de armazenamento de água, naturais ou artificiais acessíveis aos meios de combate ao fogo. As suas funções podem-se resumir-se a:

- Possibilitar o reabastecimento dos equipamentos de luta (meios terrestres e aéreos);
- Permitir o funcionamento de faixas de humedecimento.

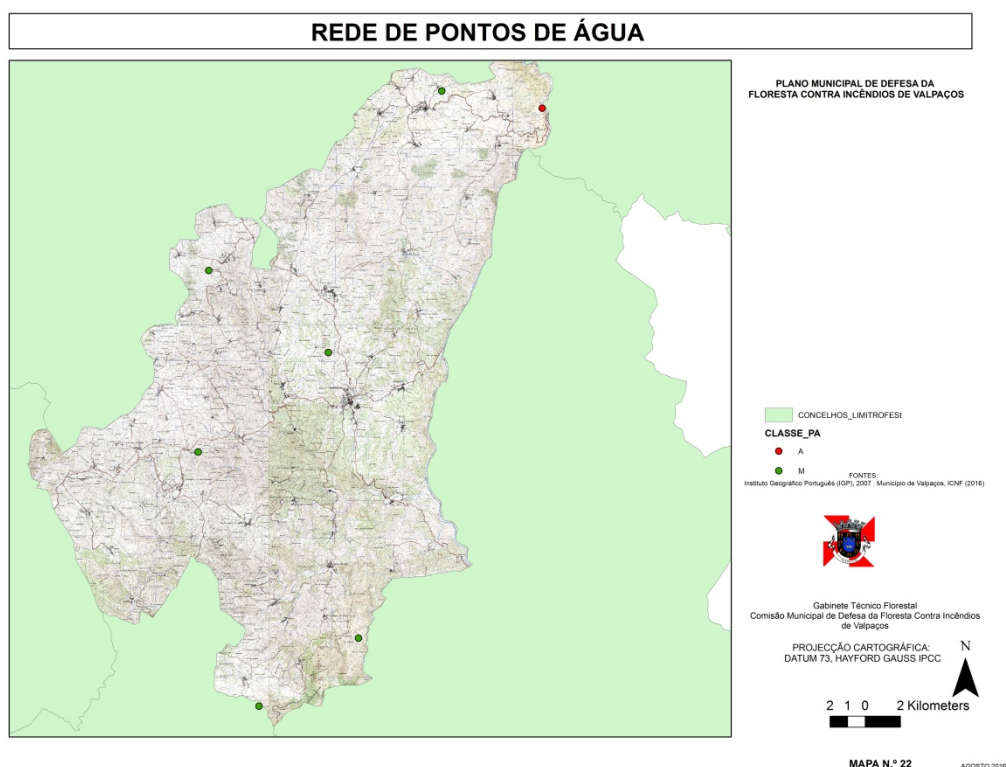


Figura 8 - Rede de Pontos de Água

A existência de pontos de água com boas condições de acesso para uso de meios aéreos e terrestres, é crucial nas acções de combate a incêndios. Desta forma, procura-se uma distribuição geográfica equilibrada dos pontos de água, permitindo uma resposta atempada dos meios. No concelho de Valpaços, podemos verificar que existe uma cobertura geográfica deficiente, estando em vias de ser colmatada devido à apresentação de uma candidatura no âmbito do PRODER, de construção de quatro pontos de água localizados nas freguesias de Lebução, Valpaços, Friões e Vales; no valor total de 178 293,42€. A candidatura transitou recentemente para o PDR2020, encontrando-se em fase de análise.

4.1.1. Planeamento das ações referentes ao 1.º eixo estratégico

Os trabalhos a efectuar ao longo deste período de tempo foram agrupados por prioridade de necessidade de intervenção, em função da perigosidade e risco de incêndio.

Os meios de intervenção na execução das FGC serão da responsabilidade dos proprietários, arrendatários, usufrutuários que a qualquer título detenham terrenos incluídos nas faixas delimitadas no presente plano.

As FGC associadas à rede viária florestal são da responsabilidade da CMV, EP e Juntas de Freguesia. A execução dos trabalhos de gestão das faixas pelas linhas de transporte de energia em muito alta tensão, média e alta tensão são da responsabilidade da REN e EDP, respectivamente.

As FGC seleccionadas constituem na sua totalidade faixas de redução de combustível (FRC), onde se procede à remoção parcial da biomassa florestal através da limpeza parcial do estrato arbustivo e herbáceo e à correcção da densidade do estrato arbóreo.

4.1.1.1. Ações de silvicultura preventiva no âmbito da defesa da floresta contra incêndio

A silvicultura no âmbito da defesa da floresta contra incêndios engloba o conjunto de medidas aplicadas aos povoamentos florestais, matos e outras formações espontâneas, ao nível da composição específica e do seu arranjo estrutural, com os objectivos de diminuir o perigo de incêndio e de garantir a máxima resistência da vegetação à passagem do fogo. Com base no actual conhecimento do território as operações de silvicultura preventiva a desenvolver no território do concelho estão associadas à Rede secundária de Faixas de Gestão de Combustível e aos mosaicos de parcelas de gestão de combustível, sobre as quais se propõe a execução de

acções, denominadas, na programação associada às FGC e MPGC, por “Gestão mecânica de combustível e alteração do coberto vegetal”, cuja a aplicação depende da avaliação de cada situação particular podendo corresponder à utilização das seguintes acções, executadas isoladamente ou em conjunto:

Correcção de densidades excessivas- Consiste no ordenamento da área florestal e numa descontinuidade horizontal do combustível florestal. São medidas implementadas através da eliminação de árvores com fraco desenvolvimento vegetativo ou fracas condições fitossanitárias.

Controlo de vegetação espontânea- Esta operação tem como objectivo reduzir o excesso de material combustível , evitando-se deste modo, o contacto do estrato arbustivo com as copas das árvores, reduzindo o risco de propagação quer de nível ascendente quer de nível horizontal.

Desramações- Têm como objectivo a promoção de descontinuidade vertical de combustível. Neste sentido, é recomendável a eliminação de ramos que estejam ao nível do estrato arbustivo e herbáceo de modo a evitar o contacto entre os diferentes estratos.

Podas- Em silvicultura a poda tem como finalidade obter árvores com fustes mais retos e com menos ramificações. De um modo geral a poda previne o risco de queda dos ramos e, por outro lado, controla o tamanho de árvores, cuja ramificação não permite um desenvolvimento completo.

4.1.2.1. Rede de FGC e MPGC

As faixas e mosaicos de gestão de combustível de limitadas no âmbito deste plano, deverão ser construídas e mantidas nos espaços florestais ou confinantes com estes. As intervenções de criação de FGC poderão ser efectuadas em qualquer altura do ano, excepto no período crítico. As acções definidas para as FGC incluem: gestão mecânica de combustível, gestão moto-manual de combustível e desramação, realizadas isoladamente ou em combinação. As intervenções de manutenção devem realizar-se entre 30 de outubro e 15 de Abril, de preferência concentradas no período de fevereiro a abril, de modo a diminuir a capacidade de regeneração da vegetação. São preconizadas as mesmas acções para anos alternados mas, a necessidade de intervenção deverá ser validada anualmente e alterada caso se justifique. A execução da rede de defesa da floresta contra incêndios é suportado financeiramente pelos responsáveis da gestão das FGC e MPGC isto é, pelas diferentes entidades públicas ou privadas e proprietários, arrendatários usufrutuários que possuam parcelas de terreno, inseridas nas faixas delimitadas no PMDFCI.

O Quadro 3 representa o planeamento anual para a totalidade da área das FGC com intervenção e sem intervenção.

Município De Valpaços	Código da descrição da faixa	Descrição da faixa	2016		2017		2018		2019		2020		TOTAL
			Área com intervenção (ha)	Área sem intervenção (ha)	Área com intervenção (ha)	Área sem intervenção (ha)	Área com intervenção (ha)	Área sem intervenção (ha)	Área com intervenção (ha)	Área sem intervenção (ha)	Área com intervenção (ha)	Área sem intervenção (ha)	Área com intervenção (ha)
	003	Parques e polígonos industriais e outros	2,2	3,7	3,7	2,2	0	0	3,7	2,2	2,2	3,2	5,9
	004	Rede viária florestal	46,66	323,34	147,71	225,29	199,73	173,27	118,55	254,45	83,34	289,66	373
	010	Rede elétrica de média tensão	42,86	241,94	99,54	185,26	42,89	241,11	86,6	197,4	12,66	271,34	284
	013	Rede elétrica de alta tensão	7,8	13,4	13,4	7,8	13,4	7,8	0	0	13,4	7,8	21,2
	07	Rede eléctrica mt alta tensão	56	0	0	0	56	0	0	0	56	0	56
	08	Rede Primária	25,16	188,92	75,84	138,26	29,72	184,38	42,6	171,5	40,76	173,34	214,1
	011	Mosaico	0	93,8	93,8	0	0	93,8	93,8	0	0	93,8	93,8
		TOTAL	180,68	865,1	433,99	558,81	142,01	700,36	345,25	625,55	208,36	889,14	1049

Quadro 3 - Intervenção nas faixas de combustível para o período 2016-2020

Nos termos do Art.º 16.º do DL 124/2006, de 28 de junho, com as alterações introduzidas pelo DL n.º 17/2009, de 14 de janeiro, a construção de novas edificações no espaço florestal para habitação, comércio, serviços e indústria fora das áreas edificadas consolidadas, são proibidas nos terrenos classificados no PMDFCI com perigosidade de incêndio Alta e Muito Alta, sem prejuízo das infraestruturas definidas nas RDFCI e não colidam com áreas percorridas por incêndios nos últimos 10 anos, de acordo com o DL n.º 55/2007, de 12 de março.

1 – Fora das áreas edificadas consolidadas, as novas edificações e obras de ampliação com aumento da área de implantação tem de garantir que, numa faixa de protecção de 50 metros em torno da edificação ou área a ampliar, medida a partir da alvenaria exterior, não existam espaços florestais (de acordo c/ o IFN ou floresta, matos ou pastagens) ou, no caso de se verificar a sua existência, deverão ser detidos pelo proprietário do terreno em que incide a pretensão de construção.

2 – Nas áreas de sobreposição da faixa de protecção referida no ponto anterior, com outras faixas da rede secundaria já asseguradas pelas edificações vizinhas, não se aplica o disposto no número anterior.

4.1.2.2. Rede Viária Florestal

O planeamento das acções a desenvolver na Rede Viária Florestal foi elaborado com base no levantamento das necessidades de beneficiação e manutenção da rede viária municipal da responsabilidade da CMV, ficando as restantes vias sujeitas a validação anual no âmbito do POM.

A execução das obras de manutenção destas vias municipais é financiada pela própria autarquia e realizada na sua maioria com meios próprios da autarquia.

Também está prevista uma candidatura ao POSEUR de beneficiação de vias de acesso a pontos de água , no Perímetro Florestal da Santa Comba, abrangendo 12.5Km.

4.1.2.3. Rede de Pontos de Água

A rede total de pontos de água do concelho de Valpaços está descrita no Quadro 5. Identificaram-se pontos de água, dos quais podem ser utilizados por meios aéreos e terrestres, apenas com acesso terrestre e 1 ponto de água por validar. Não se preconizaram acções para nenhum dos pontos de água identificados, nem para os que foram validados no campo, cuja intervenção não se considerou necessária, nem para os restantes. Saliente-se que a rede de pontos de água será revista anualmente através do Plano Operacional Municipal (POM).

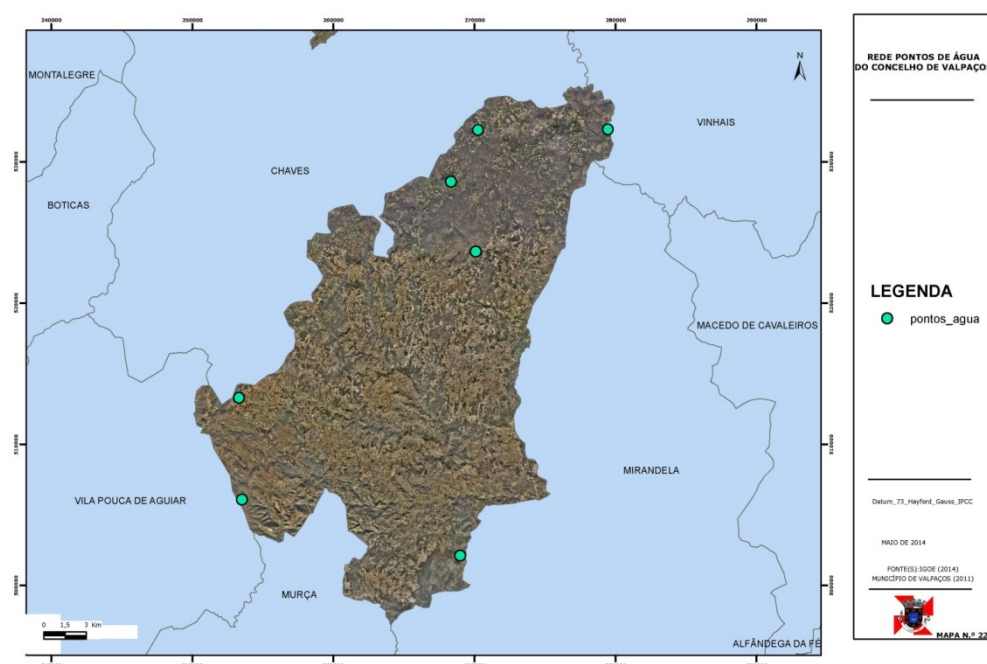


Figura 19 – Rede de pontos de água

PONTO DE ÁGUA	TIPO	VOL. MAX (m³)	INTERVENÇÃO PREVISTA POR ANO				
			2016	2017	2018	2019	2020
1	214	2400	CON				MAN
2	214	2400	CON				MAN
3	214	10000	CON				MAN
4	214	1600	CON				MAN
5	214	20000					MAN
6	114	2500					MAN
7	214	25000					MAN

2.1. Metas e indicadores

REDE DFCI	AÇÃO	META	UN	INDICADORES				
				2016	2017	2018	2019	2020
REDE DE FGC E MPGC	<u>Manutenção</u> de FGC confinantes com a rede viária em espaço florestal.	Totalidade das FGC em espaço florestal executadas no terreno.	ha	30	100	150	80	60
	<u>Manutenção</u> de FGC desenvolvidas ao longo da rede de linhas de transporte de distribuição elétrica de muito alta tensão em espaço florestal		ha	40	0	40	0	40
	<u>Manutenção</u> de FGC desenvolvidas ao longo da rede de linhas de transporte de distribuição elétrica de média tensão em espaço florestal		ha	30	80	25	70	10
	<u>Criar e desenvolver</u> em espaço florestal a rede de faixas de proteção na envolvente de infraestruturas, equipamentos florestais de recreio, parques e polígonos industriais.	Totalidade das FGC em espaço florestal executadas no terreno.	ha	1	2	0	2	1
	<u>Diagnosticar</u> anualmente no terreno as necessidades de intervenção nas FGC definidas fora do espaço florestal	FGC definidas até 2020	Km	20	20	20	20	20
RVF	<u>Manter</u> a Rede Viária Florestal	Intervenção de manutenção em cerca de 150Km da Rede Viária Florestal da responsabilidade da CMV.	Km	45	45	45	45	45
RPA	Rede de Pontos de água (construção)	Totalidade da rede de pontos de água em boas condições de utilização DFCI.	Un	4	0	0	0	0

Quadro 7 - Estimativa orçamental e responsáveis pela execução da Rede de defesa da Floresta contra incêndios, para o período 2017-2021

**Valores estimados com base nas tabelas CAOF 2013/2014*

***Valores a fornecer*

4

.

1

.

4.2 EIXO 2 - REDUÇÃO DA INCIDÊNCIA DE INCÊNDIOS

2

.

O
r
ç
a
m

REDE DFCI	AÇÃO	RESPONSÁVEIS	ORÇAMENTO (€)*				
			2016	2017	2018	2019	2020
REDE DE FGC E MPGC	REDE VIÁRIA	CMV	41994	132939	179424	106695	75006
		EP					
	REDE DAS LINHAS DE TRANSPORTE DE DISTRIBUIÇÃO ELÉTRICA DE ALTA TENSÃO	REN	50400	0	50400	0	50400
	REDE DAS LINHAS DE TRANSPORTE DE DISTRIBUIÇÃO ELÉTRICA DE MÉDIA TENSÃO	EDP	80568	222525	218025	184635	86400
	PARQUE DE CAMPISMO, INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS FLORESTAIS DE RECREIO, PARQUES E POLÍGONOS INDUSTRIAIS E ATERROS SANITÁRIOS	Entidades responsáveis	1980	3330	0	1980	3330
	REDE PRIMARIA	ICNF	78 867	77688	60795	50850	78867
	MOSAICOS DE PARCELAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL (MPGC)	CMV	22644	68256	26748	38340	36684
RPA	PONTO DE ÁGUA MISTOS (Construção)	CMV	147000	0	0	0	0
TOTAL			388479	383 859	188 604	277 155	266 391

e

n

t

o

e

OBJETIVOS ESTRATÉGICO		- Sensibilização e educação das populações - Melhoria do conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações
OBJETIVOS OPERACIONAIS		- Sensibilização da população - Fiscalização
AÇÕES		- Implementação de campanhas de sensibilização - Definição de prioridades de fiscalização tendo em consideração o valor dos espaços florestais, a suscetibilidade à ignição, os dias da semana e os períodos do dia de maior risco.

4.2.1. Avaliação

A maioria dos incêndios que ocorre no nosso país é causada pela acção humana (por causa intencional, negligente e outras indeterminadas) apenas uma pequena parte se deve a causas naturais.

No concelho de Valpaços, registaram-se no período de 2003-2012, um total de 2259 ocorrências para as quais, na sua maioria, não se dispõe de informação ou a origem é indeterminada, 244 de origem intencional e apenas 4 ocorrências são atribuídas a causas naturais.

Centrando a atenção na acção antropogénica, é fundamental desenvolver acções que promovam a mudança nos comportamentos da população, inculcando-se uma cultura de responsabilização e consciencialização da sua acção sobre o meio ambiente.

As entidades competentes na DFCI e na gestão do território, para além das acções que promovem de vigilância, detecção e fiscalização das áreas florestais, devem intensificar as acções de prevenção e educação ambiental junto dos diferentes segmentos da população, com o objectivo de minimizar os comportamentos de risco.

Neste sentido é fundamental promover acções que esclareçam a população, em particular os que no seu quotidiano desenvolvam actividades que possam por em perigo a floresta.

Para o efeito, apresenta-se nos pontos seguintes o diagnóstico da situação em termos de comportamentos de risco, permitindo desta forma definir quais os segmentos de população que devem merecer maior atenção nas acções de sensibilização e de fiscalização.

4.2.1.1. Identificação de comportamentos de risco associados aos pontos de início e dos grupos alvo

O papel fundamental da sensibilização da população pode ser decisivo no reconhecimento da floresta como um património colectivo, com valor económico, social e ambiental e consequentemente na diminuição dos comportamentos de risco. Neste sentido, a identificação das principais causas de início de incêndio deverão constituir a principal base para a definição de um programa de sensibilização.

GRUPO-ALVO	IDENTIFICAÇÃO DE COMPORTAMENTOS DE RISCO			
	O quê?	Como?	Onde?	Quando?
Proprietário Florestal	Realização de queima de sobrantes. Gestão de combustíveis.	Uso incorreto do fogo. Não efetuar a gestão dos combustíveis.	Área Rural	Período crítico de incêndios
Empresas de Exploração Florestal	Utilização de maquinaria e equipamento florestal.	Lançamento de faúlhas por ausência de retentores de faúlhas e tapa-chamas.	Serra Santa Comba	Período crítico de incêndios
Agricultor/ Operador de máquinas	Realização de queima de sobrantes. Utilização de máquinas agrícolas.	Uso incorreto do fogo. Não respeitar as medidas de segurança.	Área Rural	Período crítico de incêndios
Pastor	Realização de queimadas.	Uso incorreto do fogo, sem licenciamento da CMV e sem presença de técnico licenciado.	Área Rural	Período crítico de incêndios
Comissões de festas	Queima de artefactos pirotécnicos.	Queima de artefactos pirotécnicos sem licenciamento	Junto aos elementos patrimoniais em espaço rural	Período crítico de incêndios
Automobilista	Uso incorreto do fogo em espaços.	Lançamento de beatas.	Área Rural	Período crítico de incêndios

Quadro 8 - Identificação de comportamentos de risco associados aos pontos de início e dos grupos alvo

As acções de sensibilização no Município pretendem atingir 5 grupo-alvos principais, a população em geral, as escolas do município e grupos mais específicos como pastores, agricultores e comissões de festas.

Relativamente aos pastores, pretende-se com estas acções de sensibilização, também identificar áreas para renovação de pastagens, tentar-se-á um entendimento para a realização de Queimadas assistidas pelos BV, de acordo com o artigo 27º do DL 124/2006, rectificado pelo DL 17/2009.

4.2.1.2. Identificação das situações previstas na legislação passíveis de fiscalização na área do DFCI

A prevenção passa também pela fiscalização, sobretudo nas áreas com maior risco associado. O Quadro 9 identifica o número de autos levantados, processos instruídos, não enquadrados, de contraordenação e % do número de processos de contraordenação relativamente aos processos instruídos, por tipologia de situações previstas na legislação, para o período 2010-2013.

ANO	AUTOS LEVANTADOS	TIPOLOGIA (SITUAÇÕES PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO 2012)	PROCESSOS INSTRUIDOS	NÃO ENQUADRADOS	Nº DE CONTRA ORDENAÇÕES	% PROCESSOS DE CONTRAORDENAÇÕES/ PROCESSOS INSTRUIDOS
2010	2	FGC - Edificações	2	1	1	50%
2011	14	FGC - Edificações	14	1	13	93%
2012	5	FGC - Edificações	5	1	4	80%
2013	2	FGC - Edificações	2	0	2	100%

Quadro 9 - Ações de fiscalização realizadas no período 2010-2013

4.2.2. Planeamento de ações referentes ao 2.º eixo estratégico

Após identificação dos comportamentos e grupos de risco que mais preocupam as entidades com responsabilidades na DFCI, é fundamental definir um Plano de Acção com vista à sensibilização da população em geral e dos grupos identificados em particular, transmitindo-se a importância da floresta, nos seus múltiplos aspetos: património coletivo; o seu valor económico, social e ambiental; e estimular a compreensão pública para as consequências dos comportamentos de risco para as causas dos incêndios florestais.

4.2.2.1. Sensibilização

Todas as campanhas de sensibilização executadas no âmbito da defesa da floresta contra incêndios são coordenadas pelo ICNF independentemente da entidade que as realize. É da

competência do ICNF, das comissões municipais e distritais de defesa da floresta contra incêndios a promoção de campanhas de sensibilização e informação pública promovam o valor e a importância dos espaços florestais, informem sobre a conduta a adotar pelo cidadão na utilização dos espaços florestais e uma componente preventiva que informe sobre as técnicas e práticas aconselháveis e obrigatórias no correto uso do fogo.

A divulgação periódica do índice de risco temporal de incêndio é da competência da Autoridade Nacional de Protecção Civil.

A divulgação de medidas preventivas de condicionamento de acesso, de circulação ou permanência em determinadas zonas, de realização de queimadas ou queima de sobrantes e realização de fogueiras, de lançamento de foguetes e outras formas de fogo, é da competência do ICNF.

				ORÇAMENTO (€)					
	META	AÇÃO	RESP.	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
SENSIBILIZAÇÃO	Divulgar informação para adoção de medidas preventivas ao nível de fgc, início do P.C e comportamentos de risco	Avisos párocos	CMV						
		Ações de sensibilização população escolar	CMV	200	200	200	200	200	1.000
	Alertar para implicação do uso do fogo em festas e romarias	Avisar as comissões de festas	CMV						
FISCALIZAÇÃO	Execução de faixas de gestão de combustível	Ação de fiscalização para averiguar a execução de fgs	GNR						
	Diminuição do nº de ocorrências c/ causa associada a queimas/queimadas	Vigilância dissuasora na execução de queimas e queimadas	GNR	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	5.000
	Diminuição do nº de ocorrências c/ causa de incendiarismo	Vigilância dissuasora nos locais/horas indicados	GNR						

Quadro 10 - Ações de sensibilização, para o período 2016-2020

O Quadro 10 apresenta a calendarização das acções de sensibilização previstas para o período de vigência do

plano. As acções previstas incluem a distribuição de panfletos, colocação de *banner* e vídeos no site da CMV e publicações nos diversos meios de comunicação próprios da CMV, assim como a promoção de sessões de esclarecimento às populações rurais e urbanas. Serão desenvolvidas entre maio e setembro e dirigidas a grupos específicos da população, em função da informação sobre a causalidade dos incêndios.

4.2.2.1. Fiscalização

A fiscalização do estabelecido no DL n.º 124/2006, de 28 de junho, com as alterações introduzidas pelo DL n.º 17/2009, de 14 de janeiro, no município de Valpaços é da competência de:

- Guarda Nacional Republicana
- Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas
- Autoridade Nacional de Proteção Civil
- Câmaras Municipais

No cumprimento da legislação em vigor no âmbito da DFCI, nomeadamente na gestão das faixas de combustível, as acções de fiscalização devem ser reforçadas nas zonas onde existe um potencial mais elevado de ocorrência de incêndio e onde o risco é também mais elevado.

A fiscalização deverá ocorrer anualmente entre abril e setembro e ser direccionada para o cumprimento do disposto nos artigos 15.º, 16.º, 17.º, 19.º, 22.º, 26.º, 27.º, 28.º, 29.º, 30.º e 36.º do DL n.º 124/2006, de 28 de junho, com as alterações introduzidas pelo DL n.º 17/2009, de 14 de janeiro, isto é, a fiscalização deverá incidir sobre:

- Faixas de gestão combustível definidas no artigo 15.º em conjugação com o plano de gestão de FGC constante no Caderno II do PMDFCI 2013-2018, no que respeita à rede secundária de faixas de gestão de combustível;
- Depósito de madeiras e de outros produtos inflamáveis em faixas e mosaicos de gestão de combustíveis (artigo 19.º);
- Regras relativas à edificação em espaço rural (Artigo 16.º);
- Regras relativas a silvicultura, arborização e re-arborização (Artigo 17.º);
- Regras de condicionamento de acesso, de circulação e permanência durante o período crítico (artigo 22.º e respetivas exceções definidas no artigo 23.º);
- Regras de uso de fogo técnico (Artigo 26.º);
- Regras para a realização de queimadas (Artigo 27.º);
- Regras para a queima de sobantes e realização de fogueiras (Artigo 28.º);
- Regras para lançamento de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos (Artigo 29.º);
- Regras relacionadas com o uso de maquinaria e equipamento durante o período crítico em espaços rurais (artigo 30.º).

Dentro do período crítico a fiscalização deverá incidir nas áreas prioritárias definidas no mapa da Figura 20, sobretudo nos dias em que a distribuição semanal da área ardida apresenta os maiores valores médios - domingo, sexta e quarta-feira.

A fiscalização também deverá dar especial atenção ao uso de fogo nas freguesias que apresentam maior número de ocorrências nomeadamente, Lebução Fiães e Nozelos, Tinhela e Alvarelos, Friões, Ervões, Vales, São Pedro e Veiga do Lila.

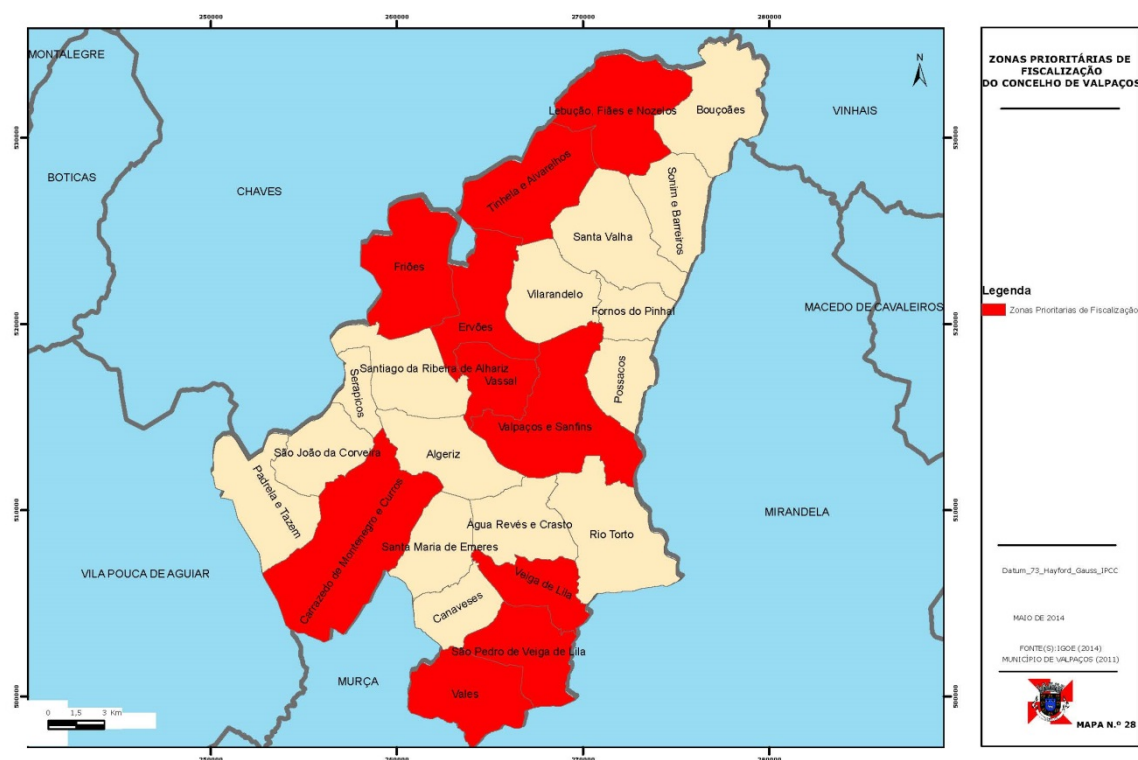


Figura 20 - Identificação das zonas prioritárias de fiscalização

4.2.2.2. Metas e indicadores

AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO	METAS	INDICADORES				
		2016	2017	2018	2019	2020
Distribuição de panfletos	Distribuição de panfletos por cerca de 20% da população das freguesias rurais.	Distribuição de 500 panfletos	Distribuição de 500 panfletos	Distribuição de 500 panfletos	Distribuição de 500 panfletos	Distribuição de 500 panfletos
Distribuição de panfletos	Distribuição de panfletos por cerca de 20% da população das freguesias rurais.	Distribuição de 500 panfletos	Distribuição de 500 panfletos	Distribuição de 500 panfletos	Distribuição de 500 panfletos	Distribuição de 500 panfletos
Colocação de banner e vídeos no site da CMV - Movimento Eco e publicações nos diversos meios de comunicação próprios da CMV	Utilização dos meios de comunicação habituais, digitais e/ou papel da CMV	Utilizar 80% dos meios de comunicação da CMV	Utilizar 80% dos meios de comunicação da CMV	Utilizar 80% dos meios de comunicação da CMV	Utilizar 80% dos meios de comunicação da CMV	Utilizar 80% dos meios de comunicação da CMV
Sessões de esclarecimento nas JF rurais e urbanas	Participação de 20% dos agentes sociais, culturais, económicos e educativos com sede na freguesia/povoação.	Realização de 1 sessão em cada povoação rural	Realização de 1 sessão em cada povoação rural	Realização de 1 sessão em cada povoação rural	Realização de 1 sessão em cada povoação rural	Realização de 1 sessão em cada povoação rural

Quadro 11 - Metas anuais para as ações de sensibilização (período 2017-2021)

Ações de Sensibilização a Desenvolver para o período de 2016-2020				
Grupo Alvo	Ações a Desenvolver	Produtos	Responsáveis	Calendarização
PÚBLICO	Página da Internet, secção do GTF	Atualização da Página do Município	CMV (GTF)	Todo o Ano
	Divulgação em Jornais	Medidas de Prevenção de Incêndios	ICNF	Anualmente
	Distribuição de Folhetos	Folhetos informativos de prevenção de incêndios	CMV (GTF)	Anualmente de Março a Outubro
Grupos Específicos	Caçadores, Agricultores, Proprietários Florestais	Apresentação do D.L 124/2006 alterado e republicado pelo 17/2009	CMV (GTF), GNR, ICNF, GNR	Anualmente de Junho a Outubro
População Escolar	Dia Mundial das Florestas	Vários	CMVR(GTF)	Anualmente dia 21 de Março
	Sessão sobre as Florestas	Sessões Temáticas sobre as Florestas	CMV (GTF)	De Setembro a Junho (2013-2018)

AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO	METAS	Unidades	INDICADORES				
			2016	2017	2018	2019	2020
<u>Fiscalizar</u> a manutenção das FGC desenvolvidas ao longo da rede viária, rede ferroviária, rede de linhas de transporte de distribuição elétrica de alta e média tensão.	O programa operacional definido para as FGC encontra-se cumprido.	% de FGC em incumprimento	<10%	<5%	<5%	<5%	<5%
<u>Fiscalizar</u> a criação e manutenção das faixas exteriores de proteção de aglomerados populacionais, infraestruturas, equipamentos florestais de recreio, parques e polígonos industriais e aterros sanitários, habitações, estaleiros, armazéns, oficinas fábricas ou outros equipamentos.	O programa operacional definido para as FGC encontra-se cumprido.	% de FGC em incumprimento					
<u>Percorrer</u> os espaços rurais durante a época crítica de modo a verificar que proprietários florestais agricultores ou pastores se encontram a cumprir as regras DFCI relativas regras para a realização de queimadas, queima de sobranes e realização de fogueiras, uso de maquinaria e equipamento e de depósito de madeiras ou outros produtos inflamáveis	Ausência de queimadas não autorizadas	Nº de autuações	0	0	0	0	0
	Ausência de queima de sobranes e realização de fogueiras em todos os espaços rurais durante o período crítico e fora do período crítico, quando o risco temporal de Incêndio é elevado e muito elevado. (considerando as devidas exceções da lei)	Nº de autuações	0	0	0	0	0
	Todas as máquinas de combustão interna (tratores, máquinas e veículos de transporte pesados) a realizar trabalhos em espaço rural estão dotados de dispositivo de retenção de faíscas ou faúlhas, tapa-chamas nos tubos de escape ou chaminés e equipados com extintores)	Nº de autuações	0	0	0	0	0
	Ausência de depósitos de madeira e outros produtos resultantes de exploração florestal ou agrícola, de outros materiais de origem vegetal e de produtos altamente inflamáveis nas redes de faixas e nos mosaicos de parcelas de gestão de combustível com exceção dos aprovados pela CMDFCI	Nº de autuações	0	0	0	0	0

Quadro 12 - Metas anuais para as ações de fiscalização (período 2016-2020)

4.2.2.3. Orçamento e responsáveis

AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO	ENTIDADES RESPONSÁVEIS	ESTIMATIVA ORÇAMENTAL				
		2016	2017	2018	2019	2020
Distribuição de panfletos / cerca de 20% da população das freguesias rurais.	CMV e JF	1.958 €	1.958 €	1.958 €	1.958 €	1.958 €
Distribuição de panfletos / cerca de 20% da população das freguesias rurais.	CMV e JF	1.958 €	1.958 €	1.958 €	1.958 €	1.958 €
Colocação de banner e videos no site da CMV - Movimento Eco e publicações nos diversos meios de comunicação próprios da CMV	CMV	150 €	150 €	150 €	150 €	150 €
Sessões de esclarecimento nas JF das povoações rurais e urbanas	Serviço Municipal de Protecção Civil / GNR/SEPNA/ICNF	390 €	390 €	390 €	390 €	390 €

Quadro 13 - Estimativa orçamental anual e entidade responsável pelas acções de sensibilização definidas

AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO	ENTIDADES RESPONSÁVEIS	ESTIMATIVA ORÇAMENTAL				
		2016	2017	2018	2019	2020
<u>Fiscalizar</u> a manutenção das FGC desenvolvidas ao longo da rede viária, rede ferroviária, rede de linhas de transporte de distribuição eléctrica de alta e média tensão.	GNR	5 000€***	5 000€***	5 000€***	5 000€***	5 000€***
<u>Fiscalizar</u> a criação e manutenção das faixas exteriores de protecção de aglomerados populacionais, infra-estruturas, equipamentos florestais de recreio, parques e polígonos industriais e aterros sanitários, habitações, estaleiros, armazéns, oficinas fábricas ou outros equipamentos.	GNR	5 000€***	5 000€***	5 000€***	5 000€***	5 000€***
Percorrer os espaços rurais durante a época crítica de modo a verificar que proprietários florestais agricultores ou pastores se encontram a cumprir as regras DFCL relativas regras para a realização de queimadas, queima de sobantes e realização de fogueiras, uso de maquinaria e equipamento e de depósito de madeiras ou outros produtos inflamáveis	GNR	5 000€***	5 000€***	5 000€***	5 000€***	5 000€***

Quadro 14 - Estimativa orçamental anual e entidade responsável pelas acções de fiscalização definidas

***Inclui apenas o orçamento da GNR

4.3 EIXO 3 – MELHORIA DA EFICÁCIA DO ATAQUE E DA GESTÃO DOS INCÊNDIOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO	- Articular os sistemas de vigilância e detecção com os meios de 1.ª intervenção; - Adequar a capacidade de 1.ª intervenção; - Melhorar a eficácia do rescaldo e vigilância pós incêndio
OBJETIVOS OPERACIONAIS	- Estruturar e gerir a vigilância e a detecção como um sistema integrado; - Estruturar o nível municipal de 1.ª intervenção; - Garantir a correta e eficaz execução do rescaldo e da vigilância pós incêndio; - Integrar e melhorar os meios de planeamento, previsão e apoio à decisão.
AÇÕES	- <i>Executar a inventariação dos meios e recursos existentes;</i> - <i>Definir os sectores territoriais DFCI e locais estratégicos de estacionamento (LEE) para as acções de vigilância e detecção, 1.ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância após incêndio;</i> - <i>Identificar todos os sistemas de vigilância e detecção</i> - <i>Identificar os elementos do território relevantes para apoio à decisão</i>

4.3.1. Avaliação

A eficiência do ataque e da gestão de incêndios depende da organização de um dispositivo que coordene a mobilização preventiva de meios tendo em conta os recursos disponíveis e garanta a detecção e extinção rápidas dos incêndios, antes que eles assumam grandes proporções.

Neste sentido, pretende-se apresentar no âmbito deste eixo a definição prévia de canais de comunicação, formas de actuação, levantamento de responsabilidades e competências das várias forças e entidades presentes, para uma mais eficaz resposta de todos à problemática dos incêndios florestais.

Vigilância e detecção: Foi atribuída à GNR a competência para a coordenação das ações de vigilância levadas a cabo pelas diversas entidades que realizem vigilância. Apesar da solicitação não nos foi apresentada nenhuma ação concreta, estas passaram em aumentar o efetivo (se possível) na vigilância móvel, de forma a cobrir uma maior área num menor espaço de tempo.

1ª Intervenção: Estão atribuídas ao GIPS/GNR e aos Bombeiros Voluntários e as ações passam por uma afetação de meios, através de uma triangulação das corporações dos BV mais próximas da ocorrência, diminuindo o mais possível o tempo de 1ª intervenção com os meios e organização descritas na Diretiva Operacional (DON) de publicação anual, subsidiária da DON n.º 1 – Dispositivo Integrado das Operações de Proteção e Socorro (DIOPS) da ANPC.

Rescaldo e vigilância pós incêndio: Atribuído aos Bombeiros Voluntários . As ações passam por uma maior afetação de meios, percorrendo todo o perímetros do incêndio e se possível a afetação de um buldózer de forma a eliminar “zonas de pontos quentes” seguindo também as diretrizes operacionais e descritas na Diretiva Operacional (DON) de publicação anual, subsidiária da DON n.º 1 – Dispositivo Integrado das Operações de Proteção e Socorro (DIOPS) da ANPC.

4.3.1.1. Vigilância e detecção nas diferentes fases de perigo

A vigilância do espaço rural do concelho visa contribuir para a redução do número de ocorrências de incêndios florestais, identificando potenciais agentes causadores e dissuadindo comportamentos que propiciem a ocorrência de incêndios.

Esta função é assegurada por uma rede de postos de vigia cujo objectivo é a detecção imediata do foco de incêndio, a sua localização e a comunicação rápida da ocorrência, às entidades responsáveis pela 1ª intervenção.

O município de Valpaços possui dois posto de vigia, designadamente:

- Posto de Vigia da Santa Comba (freguesia de Vales)
- Posto de Vigia de Vilarandelo (freguesia de Vilarandelo)

A rede de vigilância fixa é complementada por um lado com a obrigatoriedade, que qualquer pessoa tem, de alertar as entidades competentes sempre que detecte um incêndio e por outro pela vigilância terrestre móvel, que cumpre funções de dissuasão, identificação de agentes causadores ou suspeitos de incêndios e na detecção de incêndios em zonas sombra dos postos de vigia.

O sistema de vigilância móvel é desenhado de acordo com as áreas de intervenção preferencial e articulada entre os elementos actuates no terreno, designadamente:

- **GNR** – O concelho tem 3 equipas de vigilância e detecção pertencentes à GNR, correspondentes a cada posto.

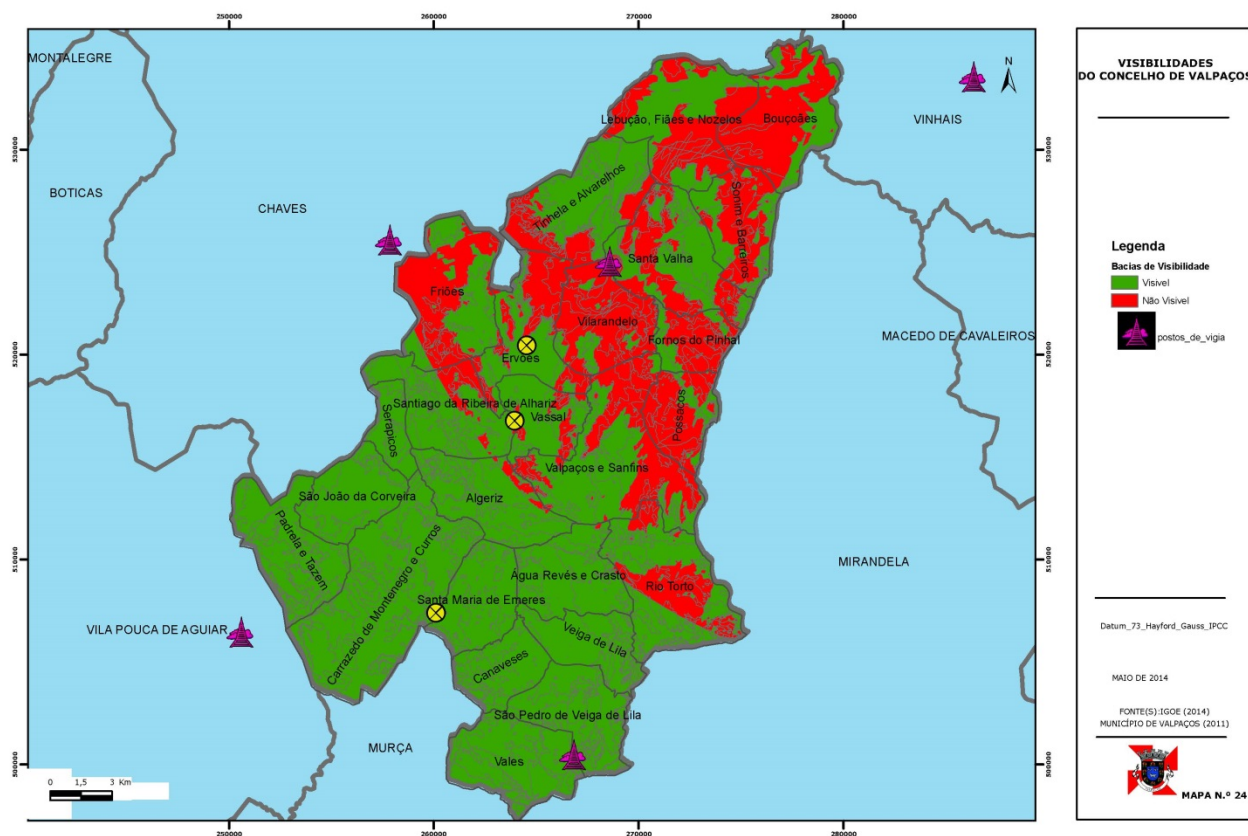


Figura 21 - Vigilância e detecção - Postos de Vigia e LEE, bacias de intervisibilidade

O mapa da Figura 21 foi produzido com base na conjugação das bacias de visibilidade associadas a cada posto de vigia e LEE (Locais Estratégicos de Estacionamento) e tem como objetivo avaliar a capacidade de vigilância e deteção na fase *Charlie* através da representação da localização e identificação dos postos de vigia e dos LEE.

4.3.1.2. Tempo de chegada da 1.ª intervenção nas diferentes fases de perigo

O tempo de chegada dos meios de ataque inicial ou de 1ª intervenção ao local de ocorrência constitui um fator crítico na eficácia da extinção do incêndio, de forma a evitar que os incêndios tomem grandes proporções. No quadro seguinte verificam-se os tempos médios de chegada que no caso do ponto de partida corresponder ao Quartel de Bombeiros Voluntários de Valpaços a maior parte do território do município apresenta um potencial de tempo de chegada para a 1ª intervenção inferior a 20 minutos, apenas pequenas áreas nos extremos do concelho apresentam tempos de chegada, superiores aos 20 minutos, tal como, estabelecido pela Diretiva Operacional Nacional da ANPC como o tempo máximo de chegada da 1ª intervenção desde a ocorrência do incêndio até à chegada ao local.

TEMPO DE CHEGADA (1.ª Intervenção)	FREGUESIA
0-5 MINUTOS	Valpaços e Sanfins
	Possacos
	Vassal
	Vilarandelo
	Serapicos
	Argeriz
	Carrazedo e Curros
	Ervões
	São João de Corveira
10-15 minutos	Água Revés
	Canavezes
	Rio Torto
	Fornos do Pinhal
	Santa Valha
15-20 Minutos	Sonim e Barreiros
	Tinhela e Alvarelhos
	Veiga do Lila
	São Pedro da Veiga do Lila
	Friões
	Santiago de Alhariz
	Padrela
20-25 Minutos	Lebução, Fiães, Nozelos
	Friões
	Vales
25-30 Minutos	Lebução, Fiães, Nozelos
	Vales
>30 Minutos	Bouçoais

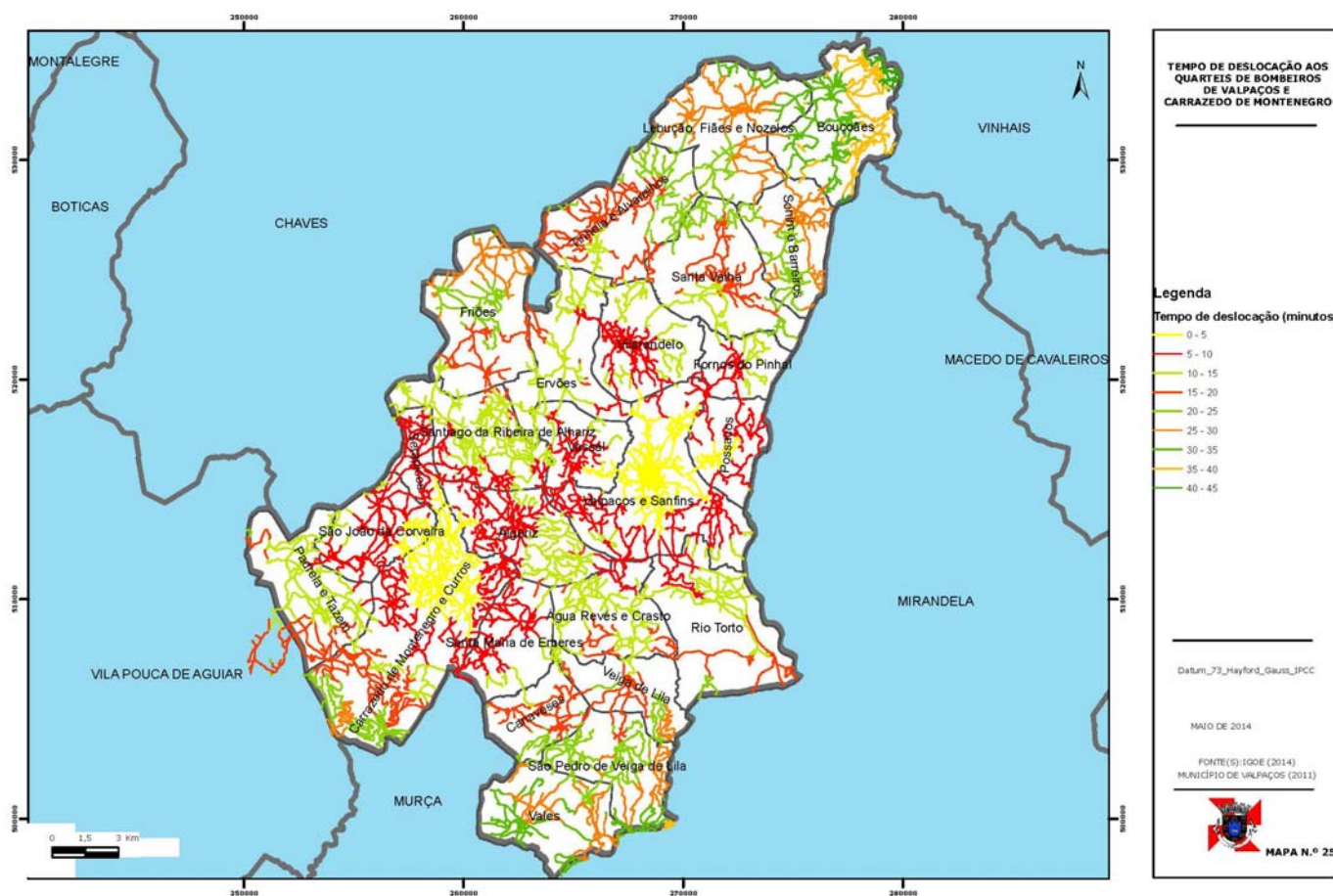


Figura 22 - Tempo de chegada para a 1ª intervenção (Ponto de Partida – Quartel Bombeiros)

As entidades que possuem meios de 1ª intervenção no concelho de Valpaços correspondem a duas Equipa de Combate a Incêndios (ECIN) dos Bombeiros Voluntários de Valpaços e outra dos Bombeiros Voluntários de Carrazedo de Montenegro, o índice entre o número de incêndios florestais e o número de equipas de primeira intervenção e o índice entre o número de incêndios florestais e o número de elementos pertencentes às equipas de 1ª intervenção, nas cinco fases de perigo.

A análise do quadro demonstra que em 2012 os índices – número de incêndios/número de equipas/número de elementos são significativamente maiores na fase *Bravo* e *Charlie*. A fase *Alfa* possui índice nulo apesar de se terem registado 18 incêndios, uma vez que não existem neste período equipas específicas de primeira intervenção. A fase *Echo* também apresenta índice nulo uma vez que não se registaram incêndios para este período em 2012.

FASES DE PERIGO	EQUIPAS/ELEMENTOS		TOTAL DE EQUIPAS	TOTAL DE ELEMENTOS	Nº DE INCÊNDIOS	ÍNDICE INCÊNDIOS FLORESTAIS/ EQUIPAS DE 1ª INTERVENÇÃO	ÍNDICE INCÊNDIOS FLORESTAIS/ ELEMENTOS DE 1ª INTERVENÇÃO
	BVV (ECIN)	EL					
ALFA 01 jan. a 14 mai.	0	0	0	0	18	0	0
BRAVO 15 mai. a 30 jun.	1 (5 elementos)	1	1	5	26	26	5,2
CHARLIE 01 jul. a 30 set.	2 (10 elementos)	1 (5 elementos)	3	15	105	35	7
DELTA 01 out. a 31 out.	1 (5 elementos)	0	1	5	7	7	1,4
ECHO 01 nov. a 31 dez.	0	0	0	0	0	0	0

Quadro 16 - Índice entre o número de incêndios florestais e equipas e número de elementos de 1ª intervenção nas fases de perigo Alfa, Bravo, Charlie, Delta e Echo (Ano 2012)

4.3.1.3. Rescaldo e vigilância pós-incêndio nas diferentes fases de perigo

As operações de combate aos incêndios florestais bem como as respetivas operações de rescaldo necessárias para garantir a total extinção de um incêndio, é assegurada por entidades com responsabilidade no combate a incêndios florestais e por profissionais credenciados para o efeito e sob a orientação da Autoridade Nacional de Proteção Civil, no concelho de Valpaços esta acção é da responsabilidade dos **Bombeiros Voluntários de Valpaços e Bombeiros Voluntários de Carrazedo de Montenegro**.

ANO	NÚMERO DE REACENDIMENTOS
2003	15
2004	9
2005	6
2006	0
2007	0
2008	0
2009	2
2010	11
2011	6
2012	9
TOTAL	58

Quadro 17 - Identificação do número de reacendimentos, por ano para o período 2003-2012.

(Fonte: <http://www.icnf.pt/portal/florestas/dfci/relat/rel-if>)

4.3.2. Planeamento das ações referentes ao 3.º eixo estratégico

4.3.2.1. Metas e Indicadores

FASES DE PERIGO	AÇÃO	METAS		INDICADORES				
				2016	2017	2018	2019	2020
ALFA 01 jan a 14 mai	Vigilância e deteção	Diminuir o índice: Número de incêndios / Número de equipas de vigilância e deteção		> 4,5	> 4,0	>3,5	>3	>2,5
BRAVO 15 mai a 30 jun CHARLIE 01 jul a 30 set DELTA 01 out a 31 out	Vigilância e deteção	Diminuir o índice: Número de incêndios / Número de equipas de vigilância e deteção	BRAVO	>6,50	>6	>5	>4	>3
			CHARLIE	>13,12	>12	>11	>10	>9
			DELTA	>1,75	>1,5	>1,0	>0,5	=0
	Primeira intervenção	Diminuir o índice: Número de incêndios/ Número de equipas de 1ª Intervenção	BRAVO	>26	>22	>17	>12	>7
			CHARLIE	>35	>31	>27	>23	>19
			DELTA	>7	>6	>5	>4	>3
	Rescaldo e Vigilância pós- incêndio	Manter o número de reacendimentos nulo.		= 0	= 0	= 0	= 0	= 0
ECHO 01 nov a 31 dez	Vigilância e deteção	Manter nulo o índice: Número de incêndios / Número de equipas de vigilância e deteção		= 0	= 0	= 0	= 0	= 0

Quadro 18 - Vigilância e deteção, 1.ª intervenção, rescaldo e vigilância pós-incêndio - metas e indicadores

4.3.2.2. Orçamento e responsáveis

AÇÃO	ENTIDADE RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO				
		2016	2017	2018	2019	2020
Primeira intervenção	Bombeiros Voluntários de Valpaços e Bombeiros Voluntários de Carracedo de Montenegro	100 000€	100 000€	100 000€	100 000€	100 000€
Vigilância e deteção	GNR	5 000€***	5 000€***	5 000€***	5 000€***	5 000€***
Rescaldo e Vigilância pós-incêndio	Bombeiros Voluntários de Valpaços e Carracedo de Montenegro	56 000€	56 000€	56 000€	56 000€	56 000€

Quadro 19 - Vigilância e deteção, 1.ª intervenção, rescaldo e vigilância pós-incêndio – Responsáveis e orçamento

4º EIXO ESTRATÉGICO – RECUPERAR E REABILITAR OS ECOSISTEMAS

A recuperação de áreas ardidas é o primeiro passo para tornar os ecossistemas mais resilientes aos incêndios florestais e pressupõe dois níveis de atuação:

- **Intervenções a curto prazo**, designadas por **estabilização de emergência**, tem como objetivo evitar a degradação dos recursos (água e solo) e das infraestruturas (rede viária florestal e passagens hidráulicas) – Estabelecem-se prioridades de ação em função do declive, do comprimento de encosta e da cobertura do solo.
- **Intervenções a médio prazo**, denominadas por **reabilitação de povoamentos e habitats florestais**, que têm por objectivo o restabelecimento do potencial produtivo e ecológico dos espaços florestais afectados por incêndios ou por agentes bióticos na sequência dos mesmos. – Este tipo de intervenção deverá constituir uma oportunidade de criar alterações estruturais no território, infraestruturando e requalificando os espaços florestais de acordo com os princípios de DFCI e boa gestão florestal.

Actualmente, não se regista no concelho de Valpaços nenhuma área com necessidade deste tipo de recuperação e reabilitação de ecossistemas, no entanto podem-se identificar duas zonas de maior risco onde, na eventualidade de ocorrer um incêndio de grandes dimensões, haverá com certeza necessidade de despoletar uma actuação de emergência.

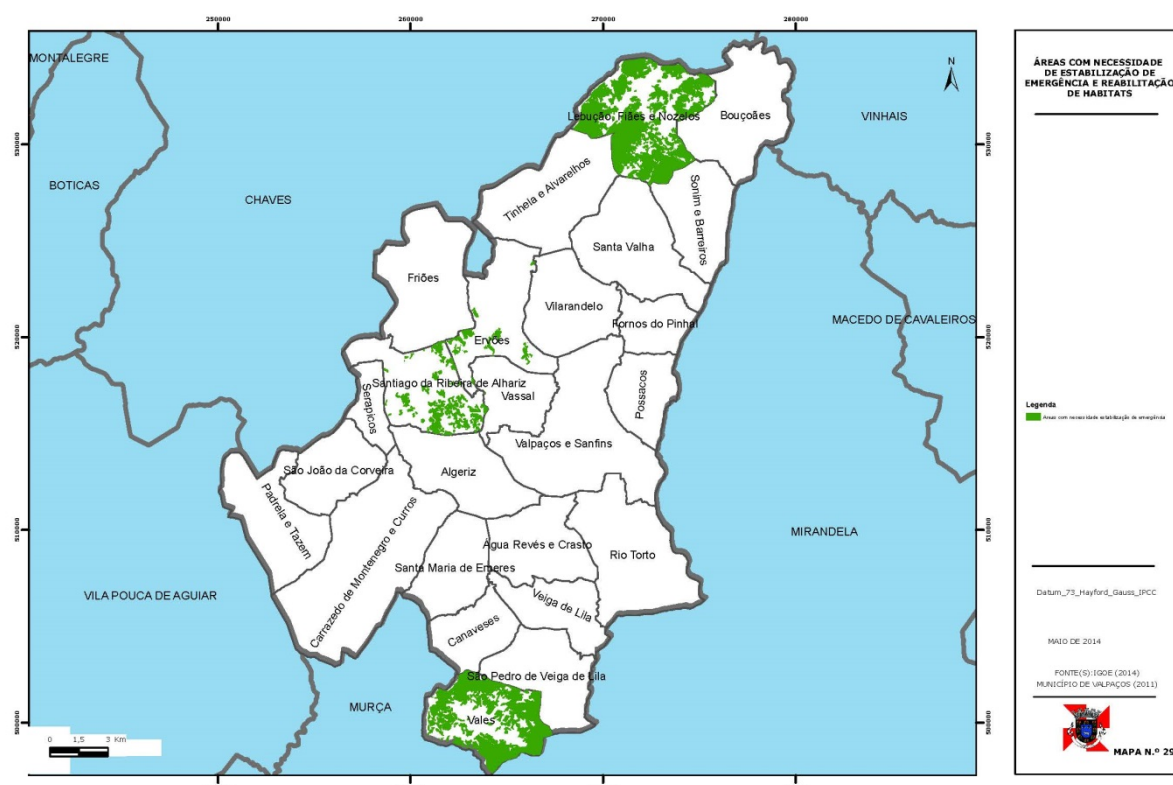


Figura 24 - Áreas com potencial necessidade de estabilização de emergência e reabilitação de povoamentos e habitats florestais em caso de incêndio de grandes dimensões

No caso de uma destas áreas ser atingida por incêndios florestais deverá ser elaborado um plano específico dirigido á recuperação de áreas ardidas que passará pela adopção das estratégias delineadas no âmbito do Plano Regional de Ordenamento Florestal Padrela e as “Orientações Estratégicas para a Recuperação das Áreas Ardidas” aprovadas pelo Conselho Nacional de Reflorestação em 30 de junho de 2005.

Por princípio geral, terminada a época de incêndios deverá ser avaliada a necessidade de intervenção nas áreas ardidas, de acordo com os critérios expostos no esquema seguinte:

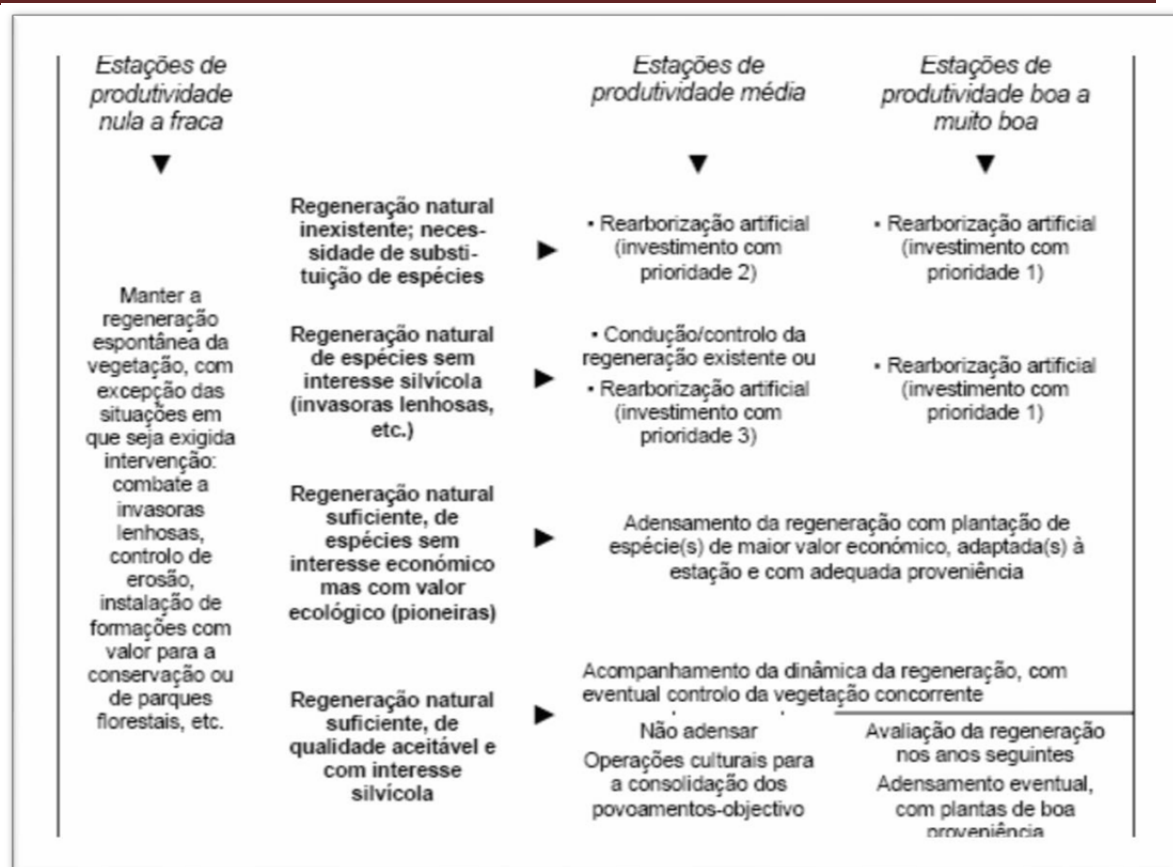


Figura 25 - Critérios para as intervenções na recuperação de áreas ardidas (Fonte: Orientações Estratégicas para a Recuperação de Áreas Ardidas)

No caso de ocorrência de incêndios cada proprietário florestal ou entidade pública, deve seguir boas práticas de gestão pós fogo de modo a mitigar os seus efeitos negativos. Este período designado por estabilização de emergência que ocorre imediatamente após a passagem do fogo é crucial para travar fenómenos de erosão que, além da perda de solo, terão impactes significativos nos recursos hídricos ao nível da diminuição da capacidade de retenção das águas no solo, assoreamento e consequente diminuição das secções de vazão e alteração do regime de cheias. De modo a contrariar estes efeitos imediatos deverão ser aplicadas na sequência dos incêndios, técnicas que fomentem condições de infiltração da água no solo e de barreiras que promovam a acumulação de cinzas, poderá mesmo existir necessidade de recorrer a técnicas da engenharia natural que reduzam pontualmente o caudal de cheia aumentando o tempo de concentração.

No caso, de um incêndio num eucaliptal a remoção das toijas deverá ser realizada apenas no verão seguinte, de modo garantir uma cobertura vegetal mínima que reduza a perda de solo.

Em povoamentos de resinosas e também nos eucaliptais deverão ser cortadas todas as árvores cuja copa foi totalmente afectada. Por outro lado, em povoamentos de folhosas como freixo, choupo, carvalhos, sobreiros e azinheiras, deve deixar-se passar uma primavera para proceder a um diagnóstico mais rigoroso do estado das árvores e só depois proceder à selecção das árvores a cortar e a manter.

Ação a Desenvolver	Responsáveis	Orçamento em Euros				
		2016	2017	2018	2019	2020
Avaliação de áreas ardidas percorridas por grandes incêndios.	CMDFCI	500	500	500	500	500
Recuperação de áreas ardidas percorridas por grandes incêndios.	CMDFCI	150 000	150 000	150 000	150 000	150 000

A implementação deste eixo reveste-se de elevada importância já que as ações de reabilitação permitirão sempre que possível criar alterações estruturais no território, aproximando-as gradualmente de uma gestão florestal sustentável que contemple a vertente de DFCI, criando assim a médio prazo territórios mais resilientes a incêndios florestais.

Com a implementação deste eixo pretende-se minimizar o mais possível o impacto decorrente do incêndio florestal, nomeadamente ao nível da erosão, já que estamos perante um concelho que face à sua orografia é particularmente susceptível a movimentos de vertentes, com impactos significativos a nível de água, solo, encostas e infra-estruturas da rede viária.

De acordo com o Guia Metodológico, AFN 2012, a recuperação e reabilitação dos espaços rurais pressupõem dois níveis de actuação:

- intervenções de curto prazo, designadas por estabilização de emergência, cujo objectivo é evitar a degradação dos recursos (água e solo) e das infraestruturas (rede viária florestal e passagens hidráulicas);
- intervenções de médio prazo, denominadas por reabilitação de povoamentos e *habitats* florestais, que têm por objectivo o restabelecimento do potencial produtivo e ecológico dos espaços florestais afectados por incêndios ou por agentes bióticos na sequência dos mesmos.

De modo a definir as áreas que necessitarão de estabilizações de emergência em caso de incêndio florestal de dimensão considerável, e tendo em consideração as especificidades do

concelho (marcado por grandes declives) foram analisadas e identificadas nos mapas em anexo apenas as zonas de declive superior a 10 graus atravessadas pela rede viária florestal e/ou atravessadas por cursos de água, e encostas com declives superiores a 10 graus adjacentes a aglomerados populacionais. Nestas áreas considera-se a provável ocorrência de fenómenos erosivos, especialmente nas áreas adjacentes a aglomerados populacionais, pelo facto do coberto vegetal ter sido destruído e a topografia do concelho ser propícia a estes acontecimentos.

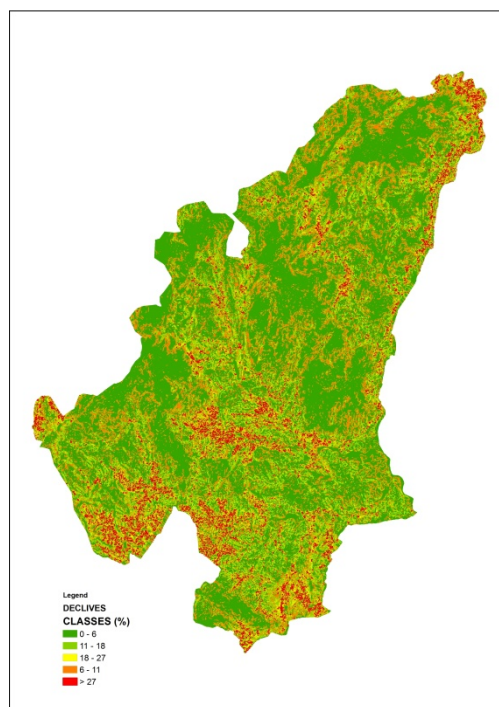


Fig.21 – Mapa de declives (º) do concelho de Valpaços

Tabela 22 - Principais procedimentos de intervenção a adotar na estabilização de emergência das áreas percorridas por incêndios

TIPO	PARÂMETRO	PROCEDIMENTO	RESPONSÁVEL	PARTICIPANTE
CONSERVAÇÃO DE ÁGUA E SOLO, REDE VIÁRIA FLORESTAL E INFRA-ESTRUTURAS	Encostas	Abate dirigido de madeira queimada	Proprietário/	ICNF/CMV
		Abate de madeira queimada, estilhaçamento e		

HIDRÁULICAS		aplicação	ICNF	
		Sementeira de herbáceas		
	Linhas de água e infra-estruturas hidráulicas	à limpeza e desobstrução de leitos e		
		de passagens hidráulicas	Proprietário/	
		Consolidação de margens de linhas de água	ICNF/	ICNF/CMV
			CMV	
		Abate de árvores mortas		
	Rede viária florestal	Remover os materiais queimados numa faixa		
		mínima de 25 metros para cada lado das faixas de circulação rodoviária.		
		Corte e remoção de arvoredo caído sobre os caminhos florestais	Proprietário/	
			ICNF/	ICNF/CMV
		Correcção dos escorrimentos superficiais sobre os pavimentos	CMV	
		Regularização da faixa de rodagem		
		Construção de valetas e valas de drenagem		

Relativamente à identificação das zonas com necessidade de reabilitação de povoamentos e *habitats* florestais, esta foi efetuada tendo em conta os perímetros florestais e as demais zonas ocupadas por área florestal.

Tabela 23 - Principais procedimentos de intervenção a adotar na reabilitação de povoamentos e habitats florestais em caso de incêndio.

TIPO	PARÂMETRO	PROCEDIMENTO	RESPONSÁVEL	PARTICIPANTE
Reabilitação de povoamentos e habitats florestais	Área afetada por incêndio	Remover prioritariamente as árvores mortas	Proprietário/ ICNF	ICNF/ CMV
		ou ramos que constituam risco para pessoas e bens		
		Remover as árvores resinosas que apresentem mais de 2/3 da copa queimada		
		Remover, separar e tratar adequadamente o material lenhoso dos locais onde seja		
		verificado pragas e doenças		
		Destroçar mecanicamente o material que não puder ser rapidamente removido da área florestal e que constitua um potencial foco de risco.		
		Promover a rearborização dos espaços arborizados ardidos, com recurso a técnicas de regeneração natural ou		

4.5 EIXO 5 – ADAPTAÇÃO DE UMA ESTRUTURA ORGÂNICA FUNCIONAL E EFICAZ

A CMDCI do concelho de Valpaços pretende que os membros que a integram frequentem regularmente ações de formação, seminários, Workshops ligados à temática dos Incêndios Florestais de forma a enriquecer a qualidade e a capacidade técnica da mesma. As AHBVV e AHBVCM anualmente no seu plano de instrução contempla uma significativa carga horária ligada à temática dos incêndios florestais. As demais entidades que integram a CMDFCI, nomeadamente o ICNF e GNR por norma também promovem formação interna para atualizar os conhecimentos dos seus colaboradores nestas matérias. Na tabela seguinte apresenta-se o programa de formação dos membros que integram a CMDFCI.

Tabela 24 - Orçamento do programa de formação por entidade

ENTIDADE	AÇÃO DE FORMAÇÃO	Nº ELEMENTOS	ORÇAMENTO (€)					
			2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
AHBVV, AHBVCM	Organização de T.O, combate a incêndios florestais, cartografia, a)	50	*	*	*	*	*	*
GNR	Cartografia, levantamento de áreas ardidas	10	**	**	**	**	**	**
GTF	SIG, gestão florestal, DFCI e cartografia	1	500	500	500	500	500	2.500
TOTAL			500	500	500	500	500	2.500

a) – Formação ministrada aquando da implementação do plano de instrução da AHBVV* Formação incluída no plano de instrução anual da AHBVV, AHBVCM; ** Formação interna da GNR;

Na tabela 25 identifica-se as áreas de atuação pelas quais as entidades que integram a CMDFCI são responsáveis pela sua coordenação.

Tabela 25 – Responsáveis pelas diferentes áreas de atuação do PMDFCI

Área de Atuação	Entidades
Planeamento	ICNF e CMV
Implementação do 1º Eixo Estratégico	ICNF e CMV
Sensibilização	ICNF, CMV, GNR, AHBVV, AHBVCM
Vigilância e Fiscalização	GNR
1ª Intervenção, Combate e vigilância pós rescaldo	AHBVV, AHBVCM

Serão realizadas anualmente no mínimo duas reuniões da CMDFCI por ano (identificadas no cronograma a vermelho), uma em Abril para aprovação do POM (Plano Operacional Municipal) e outra no final do ano civil para efetuar uma avaliação do período crítico, da implementação anual do PMDFCI e propor eventuais alterações se assim se justificar. No entanto, poder-se-ão realizar mais reuniões se assim for considerado conveniente (identificadas no cronograma a amarelo). Um elevado número de ocorrências registadas no período noturno durante o mês de Julho e consequente necessidade de adoptar medidas complementares de vigilância dissuasora e fiscalização, bem como a necessidade de implementação de medidas de estabilização de emergência após um grande incêndio, são por exemplo dois motivos que exigem uma reunião da CMDFCI. As acções a realizar, de acordo com o n.º 9 do artigo 8.º do Despacho nº 4345/2012, de 27 de Março, encontram-se descritas na tabela 26 .

Tabela 26 - Cronograma de reuniões anuais da CMDFCI para o período de 2016-2020

Tema	Mês											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Balanço da época crítica e Relatório anual para <u>monitorização do PMDFCI</u>												
Preparação e aprovação do Plano Operacional Municipal												
Avaliação intercalar da época crítica de incêndios florestais												
Avaliação das medidas a implementar na estabilização de emergência												

A execução do plano e o controle de qualidade das operações desenvolvidas assim como os orçamentos e calendarização das atividades definidas, será da responsabilidade da CMDFCI e será acompanhado através de relatórios intercalares produzidos pelo GTF, e analisados pela CMDFCI.

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios possui um horizonte temporal de 5 anos e vigorará durante o período de 2016 a 2020 inclusive, e será revisto anualmente.

O Plano Operacional Municipal será revisto e atualizado também anualmente durante o mês de Abril.

Os valores de referência para a elaboração do orçamento total foram os valores da matriz de referência da CAOF 2013/2014 (Comissão de Acompanhamento das Operações Florestais) e os valores para o 3º eixo foram estimados com base nos montantes diários a comparticipar pela ANPC (45€/elemento/dia) estabelecidos na Circular 3/GP/ANPC/2014 relativa às despesas com pessoal integrado no DECIF no período de 15/5 a 15 de Outubro.

5. Estimativa de orçamento para implementação do PMDFCI

A estimativa do orçamento total resulta da compilação dos valores apresentados em cada eixo estratégico do PMDFCI, para o desenvolvimento das actividades necessárias ao cumprimento das metas definidas em cada acção.

PMDFCI - Município de Valpaços 2016-2020- CADERNO II

Este orçamento permite ao município de Valpaços ter uma estimativa do investimento em termos de DFCI por eixo estratégico, para cada ano do período de vigência do PMDFCI.

Contudo, uma vez que estamos perante diversas entidades, propõe-se que cada uma delas elabore uma proposta de orçamento, de modo a ter uma estimativa do valor total de implementação do PMDFCI.

Quadro 24 – Estimativa de orçamento para implementação do PMDFCI

Eixos Estratégicos	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL/EIXO (€)
1.º Eixo	241479,00€	383859,00€	188604,00€	277155,00€	266391,00€	1116009,00
2.º Eixo	19456,00€	19456,00€	19456,00€	19456,00€	19456,00€	97280,00€
3.º Eixo	15000€	15000€	15000€	15000€	15000€	75000€
4.º Eixo	150500€	150500€	150500€	150500€	150500€	752500,00€
5.º Eixo	500€	500€	500€	500€	500€	2500€
TOTAL/ANO	193605,00€	553315,00€	358060,00€	446611,00€	435847,00€	-----
TOTAL PMDFCI						2.043.289,00 €

* - As despesas decorrentes da recuperação e reabilitação dos ecossistemas que forem alvo de um incêndio, serão enquadradas no POM do respectivo ano.

** - As despesas enquadram-se no normal funcionamento das respectivas entidades

7. Referencias Bibliográficas (CADERNO I, II, III)

- **AUTORIDADE NACIONAL PROTEÇÃO CIVIL, MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA (2010)**-*Diretiva Operacional Nacional nº1 – DIOPS-Dispositivo integrado das operações de proteção e socorro*. Lisboa
- **AUTORIDADE NACIONAL PROTEÇÃO CIVIL, MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA (2013)**-*Diretiva Operacional Nacional nº2 – DECIF-Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais*. Lisboa.
- **AUTORIDADE FLORESTAL NACIONAL- DIREÇÃO NACIONAL PARA A DEFESA DA FLORESTA (2009)**- *Gestão de Combustíveis para proteção de edificações*. Lisboa.
- **AUTORIDADE FLORESTAL NACIONAL, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS (2012)** - *Guia Técnico para a Elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios*. Lisboa.
- **CÂMARA MUNICIPAL DE VALPAÇOS (2008)** - *Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Valpaços (2008-2012)*. Valpaços.
- **CEABN /ADISA (2005)**- *Análise da Rede nacional de Postos de Vigia em Portugal*. Lisboa.
- **COMANDO DISTRITAL DE OPERAÇÕES DE SOCORRO DE VALPAÇOS. AUTORIDADE NACIONAL PROTEÇÃO CIVIL. MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA (2013)** -*Plano de Operações Distrital nº01/2013 – Dispositivo Especial de Combate a Incêndios*. Valpaços.
- **INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS** – <http://www.icnf.pt/portal/florestas>.
- **INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (2013)** 6º *Inventário Florestal Nacional. Áreas dos usos do solo e das espécies florestais de Portugal continental*. Resultados preliminares [pdf], 34pp. Lisboa.
- **INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA E GEOFÍSICA (1991)** - *O Clima de Portugal. Normais climatológicas da região do Norte, correspondentes a 1951-1980, Fascículo XLIX, vol. 4-4ª região*. Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, Lisboa, Portugal 98 pp.
- **MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS, SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS FLORESTAS-CONSELHO NACIONAL DE REFLORESTAÇÃO (2005)** - *Orientações estratégicas para a recuperação das áreas ardidas em 2003 e 2004*. Lisboa.
- **COMISSÃO DISTRITAL DE DEFESA DA FLORESTA (2010)** - *Plano Distrital De Defesa Da Floresta Contra Incêndios*. Valpaços

- **INSTITUTO PORTUGUÊS DO MAR E DA ATMOSFERA** - <http://www.ipma.pt/pt/>
- **INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS**- <http://www.igeo.pt>
- **INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA** - <http://www.ine.pt>
- **REDE DE INFORMAÇÃO DE SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA** - <http://www.scrif.igeo.pt>
- Aviso nº 2174/2013, de 12 de Fevereiro de 2013
- Aviso 3305/2011, de 31 de Janeiro de 2011. D.R. nº21, Série II
- Aviso nº 8550/2003, de 12 de Novembro de 2003. D.R. nº 262, Série II
- Declaração (extrato) nº 97/2007de 16 de Maio de 2007. D.R. nº94, Série II
- Decreto Regulamentar n.º 36/2007, de 2 de Abril de 2007
- Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro de 2009, Série I
- Decreto-Lei n.º 254/2009, de 24 de Setembro de 2009, Série I
- Decreto-Lei n.º 72/2013, de 31 de Maio de 2013, Série I
- Despacho nº 4345/2012, de 27 de Março de 2012. D.R. nº62, Série II
- Lei n.º 20/2009, de 12 de Maio de 2009, Série I
- Resolução de Conselho de Ministros nº 65/2006, 26 de Maio de 2006

8. Lista de abreviaturas (CADERNO I, II, III)

AA- Área de Atuação

AFN- Autoridade Florestal Nacional

ANPC – Autoridade Nacional de Proteção Civil

ATA – Ataque Ampliado

ATI – Ataque Inicial

BPA- Brigada de Proteção Ambiental

BVV- Bombeiros Voluntários

deValpaços lpaços

CB- Corporação de Bombeiros

CCDRA – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do **Norte**

CDDF- Comissão Distrital de Defesa da Floresta

CDOS- Comando Distrital de Operações de Emergência

CNOS – Comando Nacional de Operações de Socorro

CLC 5– Corine Land Cover – Nível 5

CMDFCI-Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

CMV – Câmara Municipal de Valpaços

COS – Comandante de Operações de Socorro

DFCI - Defesa da Floresta Contra Incêndios

EDP- Eletricidade de Portugal

EPF – Equipa de Proteção Florestal

EPNA - Equipa de Proteção da Natureza e Ambiente

ESF - Equipa de Sapadores Florestais

FEB-Força Especial de Bombeiros

FGC- Faixa de Gestão de Combustível

GNR-Guarda Nacional Republicana

ICNF- Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas

IFN – Inventário Florestal Nacional

IGF – Instrumentos de Gestão Florestal

INE – Instituto Nacional de Estatística

LEE- Locais Estratégicos de Estacionamento

MPGC- Mosaico de parcelas de gestão de combustível

NPA - Núcleo de Protecção Ambiental

PCO – Posto de Comando Operacional

PCOC - Posto de Comando Operacional Conjunto

PDDFCI - Plano Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios

PDM- Plano Director Municipal

PDMFCI – Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios

PIERSM – Plano de Intervenção em Espaço Rural do Sítio de Monfurado

PMDFCI- Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

PNDFCI - Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios

POM-Plano Operacional Municipal

PSP- Policia de Segurança Publica

PV- Pontos de Vigia

RDFCI- Rede de Defesa da floresta contra incêndios

REN – Rede Eléctrica Nacional

RNPV – Rede Nacional de Postos de Vigia

RPA- Rede de Pontos de Água

RVF- Rede Viária Florestal

SDFCI – Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios

SEPNA- Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente

SIOPS - Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro

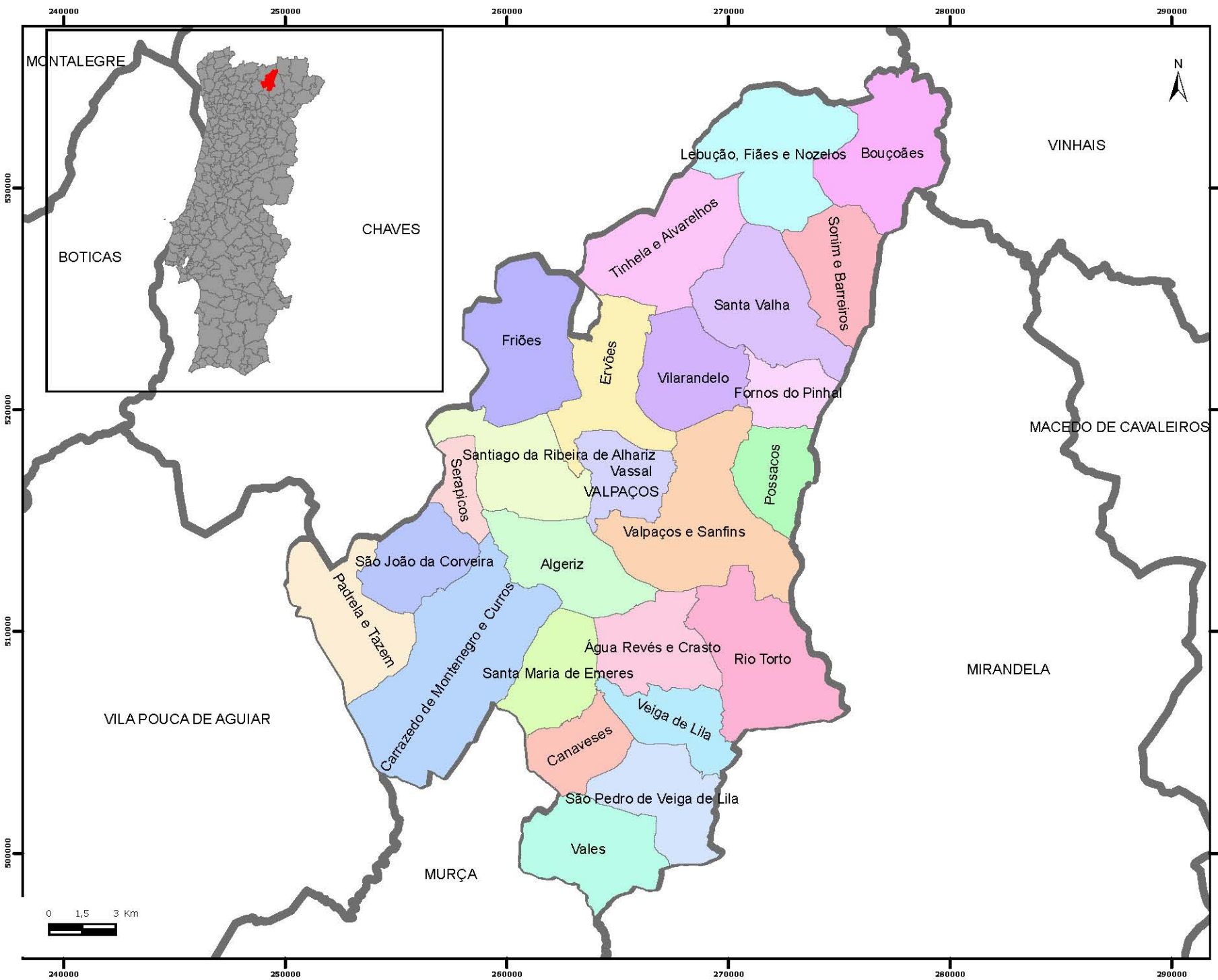
SMPC - Serviço Municipal de Protecção Civil

TO - Teatro de Operações

TM - Troços Especiais de Vigilância Móvel (TM)

TV - Trilhos de Vigilância

ZOAC- Zonas de oportunidade no apoio ao combate



ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO DO CONCELHO DE VALPAÇOS

- FREGUESIAS**
- Freguesia**
- Algeriz
 - Bouçoães
 - Canaveses
 - Carrazedo de Montenegro e Curros
 - Ervões
 - Fornos do Pinhal
 - Friões
 - Lebução, Fiães e Nozelos
 - Padrela e Tazem
 - Possaços
 - Rio Torto
 - Santa Maria de Emeres
 - Santa Valha
 - Santiago da Ribeira de Alhariz
 - Serapicos
 - Sonim e Barreiros
 - São João da Corveira
 - São Pedro de Veiga de Lila
 - Tinheira e Alvarelhos
 - Vales
 - Valpaços e Sanfins
 - Vassal
 - Veiga de Lila
 - Vilarandelo
 - Água Revés e Crasto
- CONCELHOS LIMITROFES**

Datum_73_Hayford_Gauss_IPCC

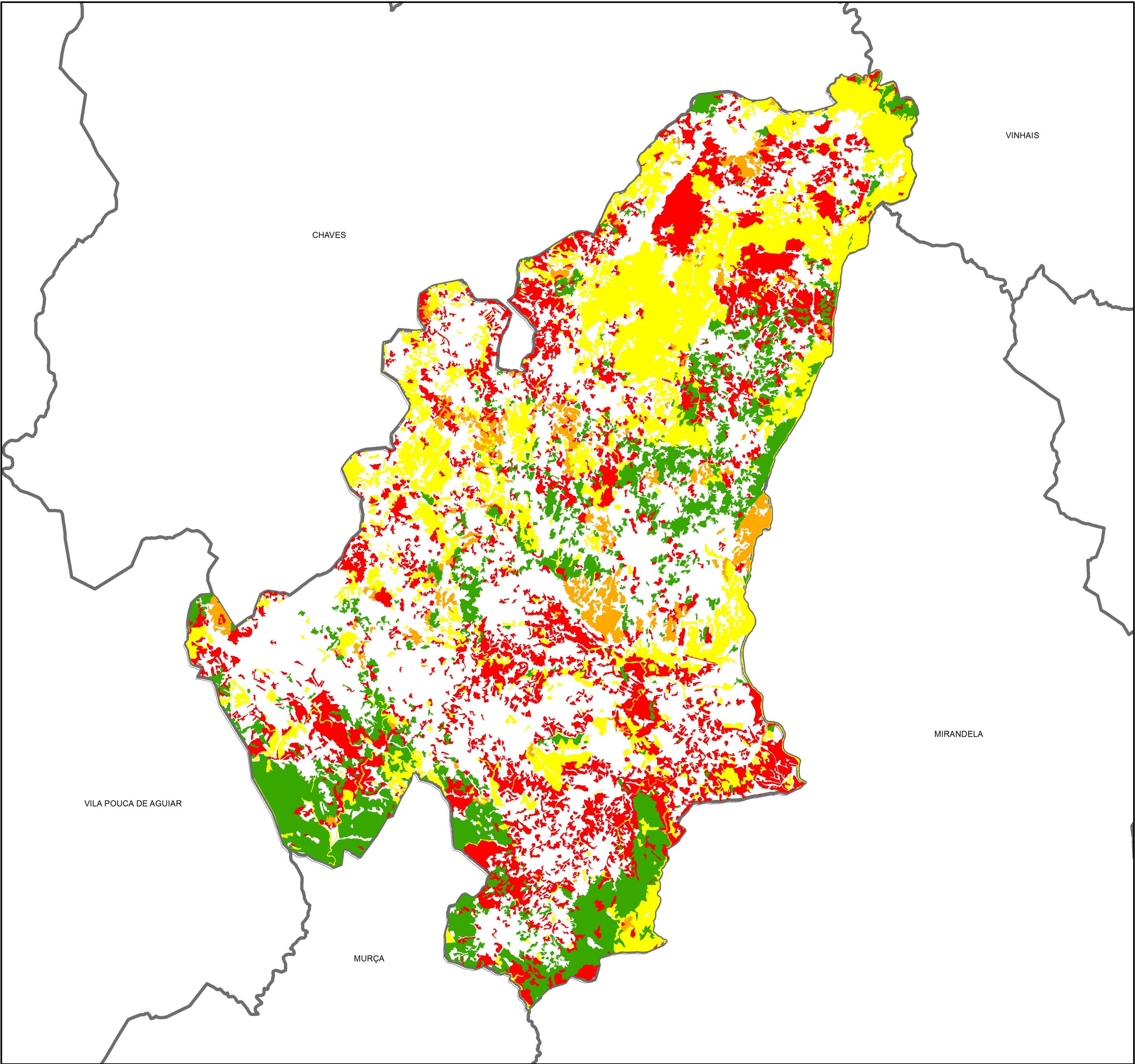
MAIO DE 2014

FONTE(S): IGOE (2014)



MAPA N.º 1

DISTRIBUIÇÃO DAS ESPÉCIES FLORESTAIS



PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE VALPAÇOS

ESPÉCIES FLORESTAIS

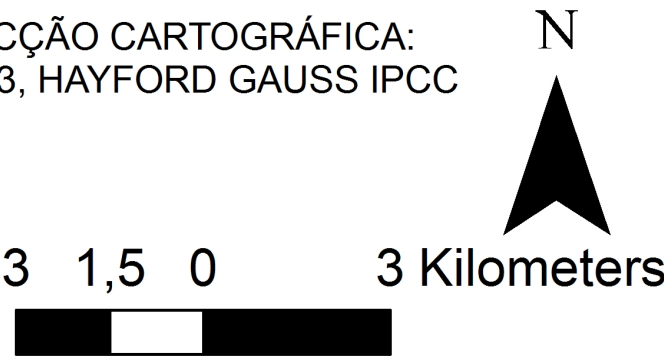
-  Floresta de resinosas
-  Florestas de Folhosas
-  Florestas mistas
-  Matos
-  LIMITE ADMINISTRATIVO - CONCELHO DE VALPAÇOS

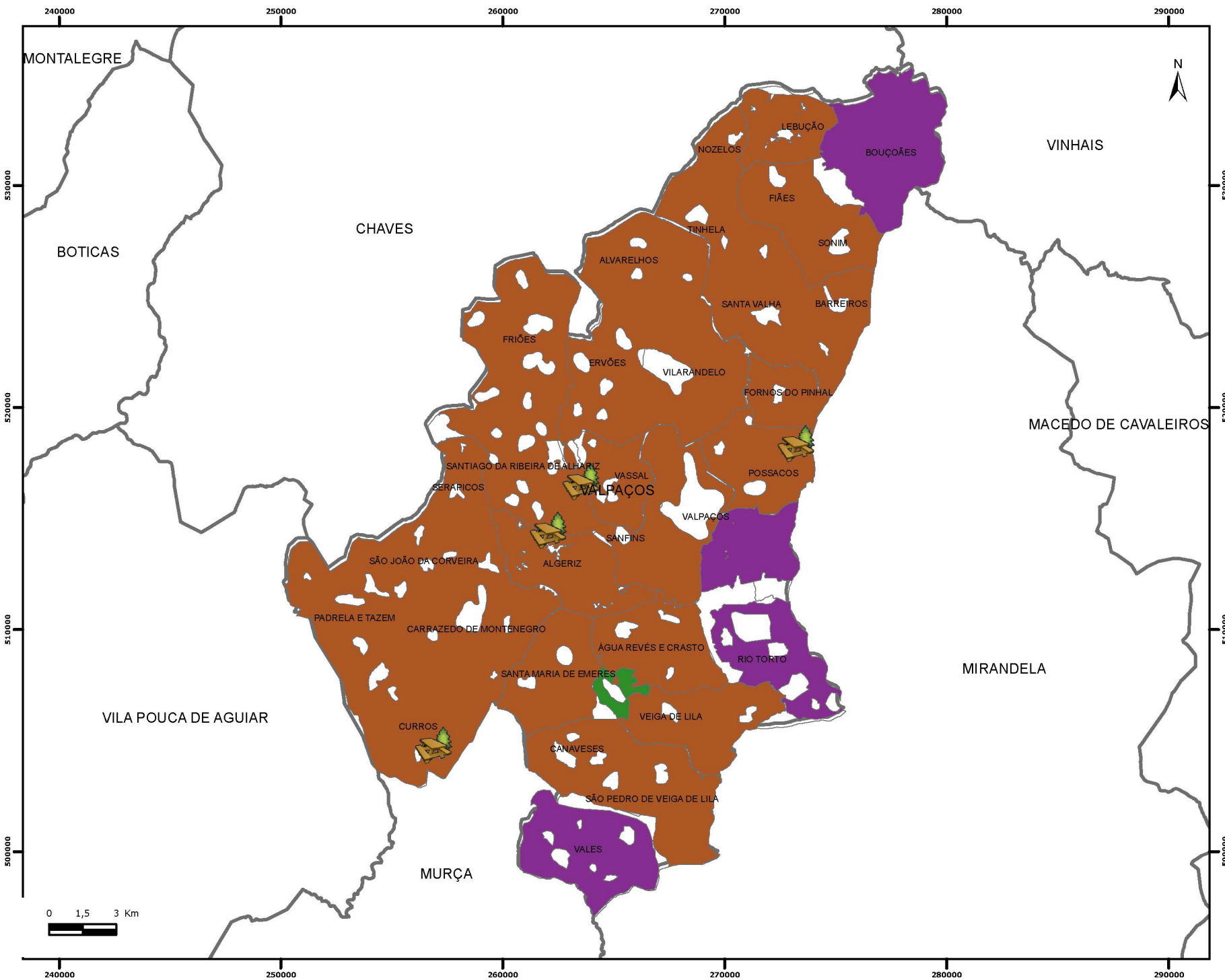
FONTES:
Instituto Geográfico Português (IGP), 2007 . Município de Valpaços, ICNF (2016)



Gabinete Técnico Florestal
Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
de Valpaços

PROJEÇÃO CARTOGRÁFICA:
DATUM 73, HAYFORD GAUSS IPCC





EQUIPAMENTOS
FLORESTAIS DE RECREIO
ZONAS DE CAÇA



REGIME CINEGÉTICO
■ ASSOCIATIVA
■ MUNICIPAL
■ TURÍSTICA
■ CONCELHOS LIMITROFES
□ Freguesias_Valpacos

Datum_73_Hayford_Gauss_IPCC

MAIO DE 2014

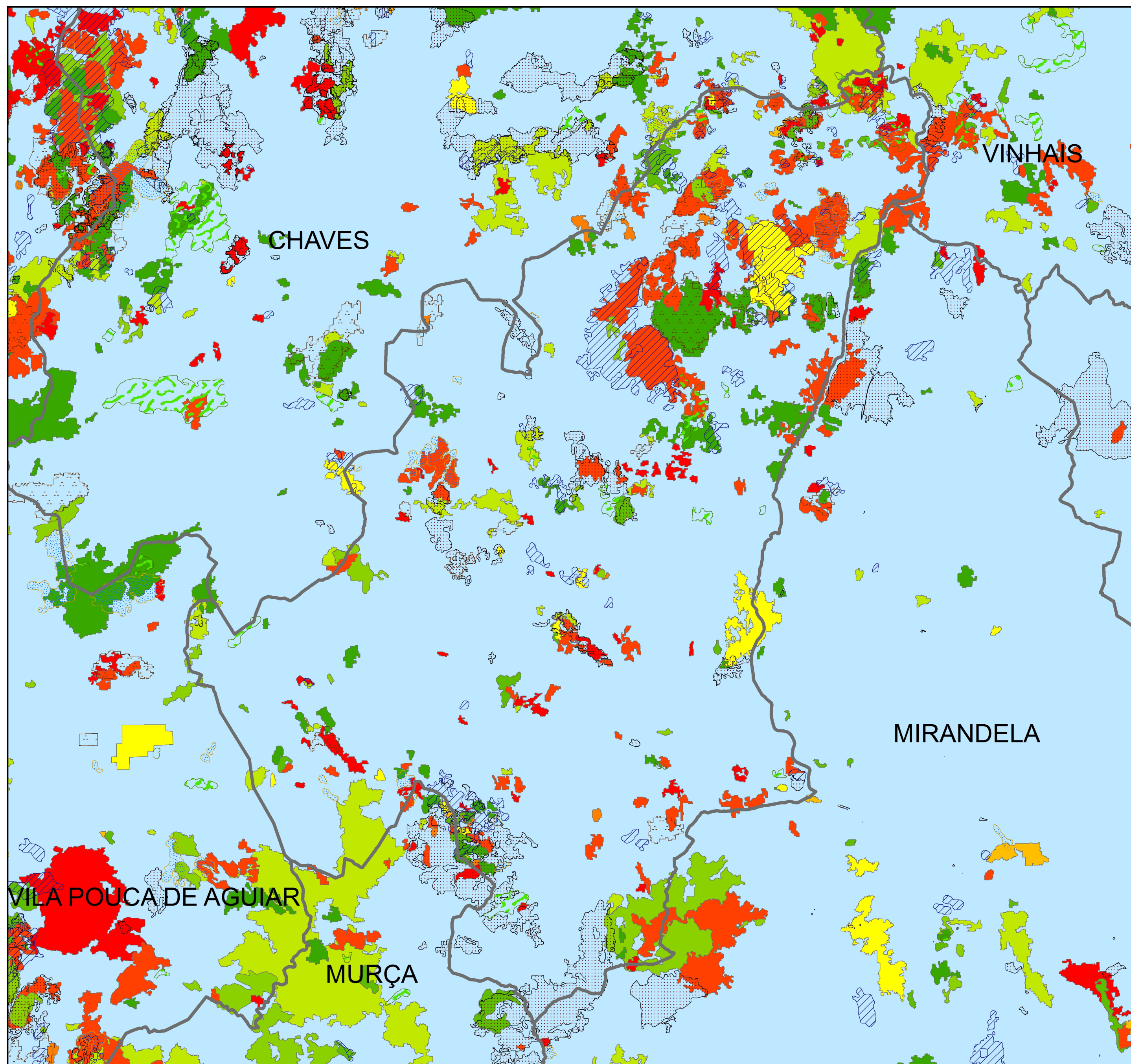
FONTE(S):IGOE (2014)
MUNICÍPIO DE VALPAÇOS (2011)



MAPA N.º 11

ÁREAS ARDIDAS (2000-2013)

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS
DO CONCELHO DE VALPAÇOS



CONCELHOS_LIMITROFEST

2009

2010

2011

2012

2013

2000-2008

Ano

2000

2001

2002

2003

2004

2005

2006

2007

2008

Gabinete Técnico Florestal
Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios

PROJEÇÃO CARTOGRÁFICA: DATUM 73, HAYFORD GAUSS IPCC



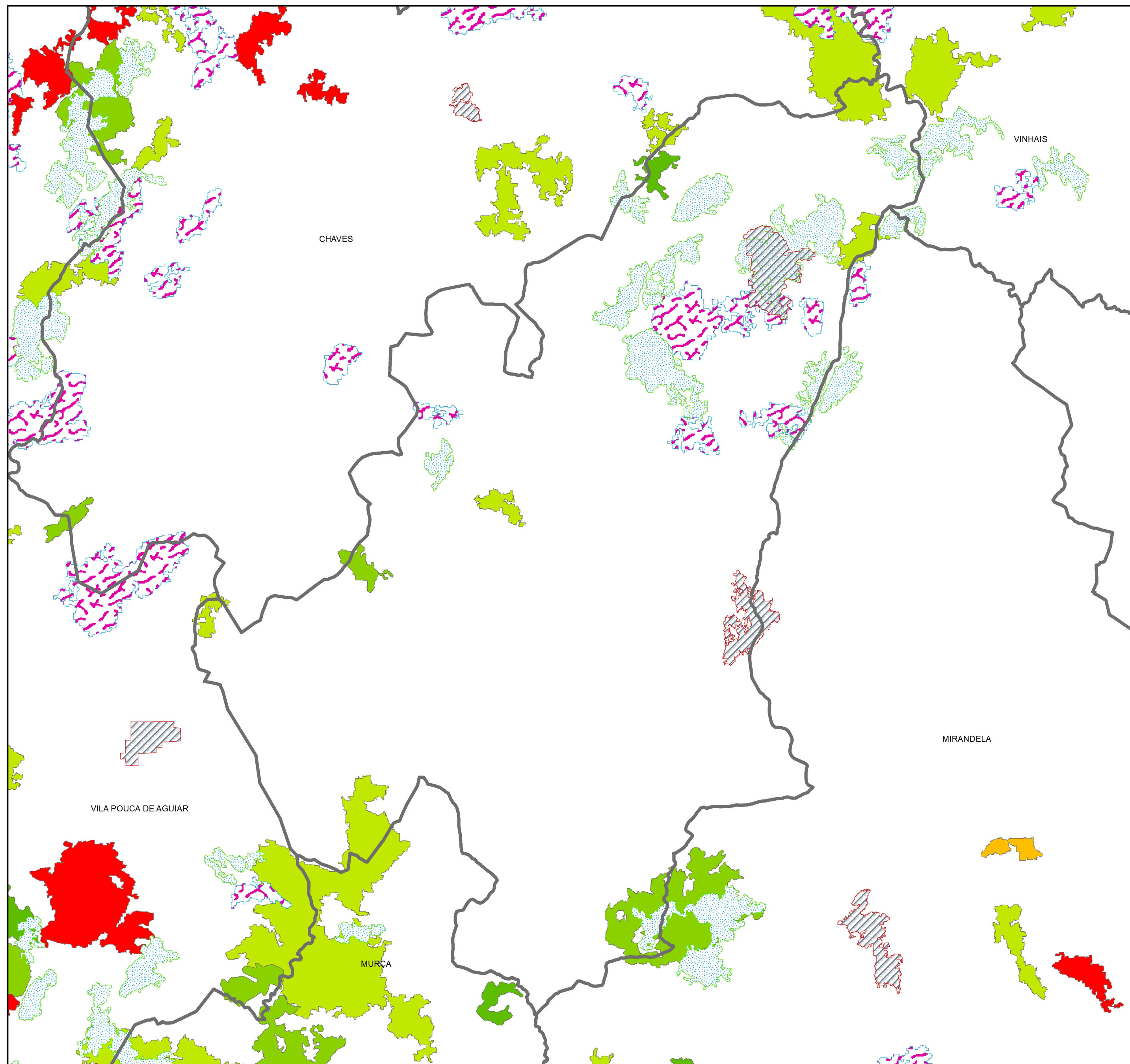
3 1,5 0



3 Kilometers

MAPA 12.1

ÁREAS ARDIDAS - INCÊNDIOS >100HA (2000-20008)



PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA
FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE VALPAÇOS

CONCELHOS_LIMITROFEST

Grandes Incêndios (>100 ha)

Ano

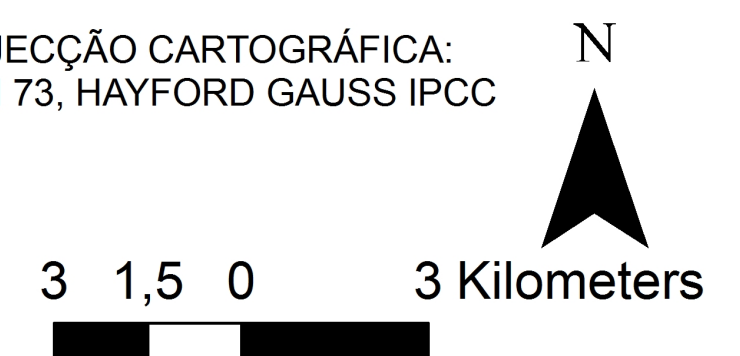
- 2000
- 2001
- 2002
- 2003
- 2004
- 2005
- 2006
- 2007
- 2008

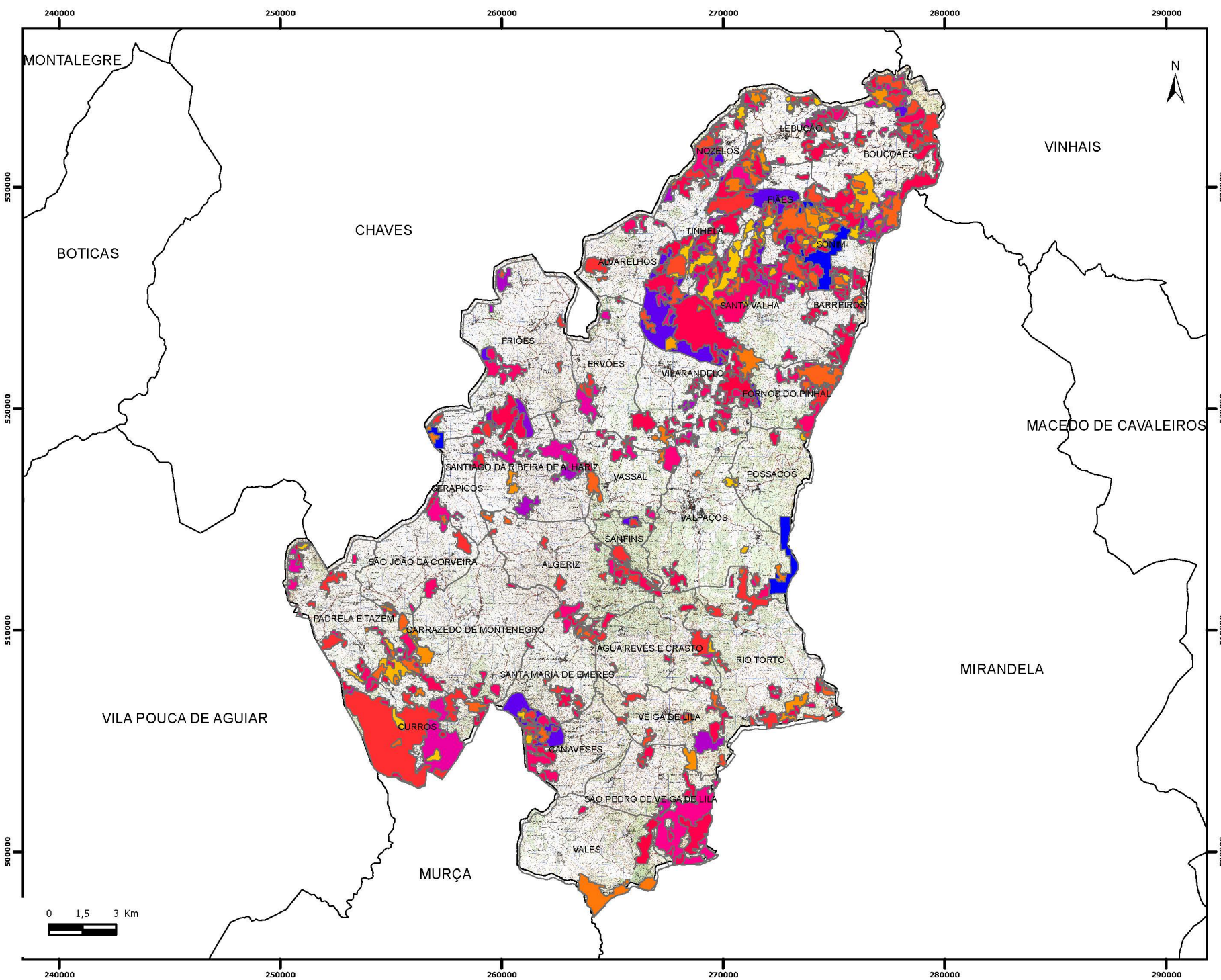
FONTES: Instituto Geográfico Português (IGP), 2007 . Município de Valpaços



Gabinete Técnico Florestal
Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
de Valpaços

PROJEÇÃO CARTOGRÁFICA:
DATUM 73, HAYFORD GAUSS IPCC





ÁREA ARDIDA 1990-2012

ÁREA ARDIDA 1990-2012

Ano

- 1990
 - 1991
 - 1992
 - 1994
 - 1995
 - 1996
 - 1997
 - 1998
 - 1999
 - 2000
 - 2001
 - 2002
 - 2003
 - 2004
 - 2005
 - 2007
 - 2009
 - 2010
 - 2011
 - 2012
- Freguesias_Valpacos
- CONCELHOS LIMITROFES

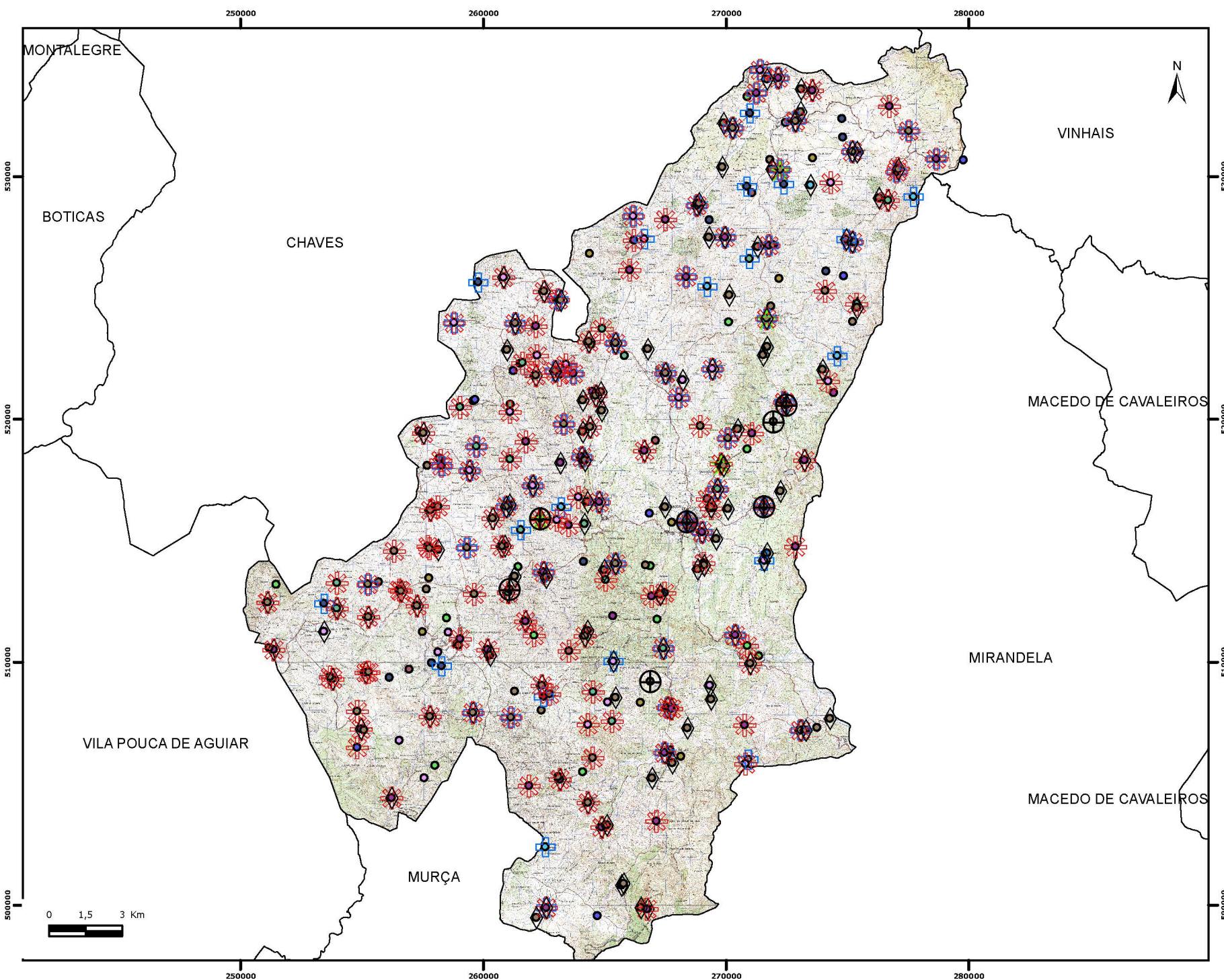
Datum_73_Hayford_Gauss_IPCC

MAIO DE 2014

FONTE(S):IGOE (2014)
MUNICÍPIO DE VALPAÇOS (2011)



MAPA N.º 12



PONTOS DE INÍCIO E CAUSAS

TIPO DE CAUSA

- Desconhecida
- Intencional
- Natural
- Negligente
- Reacendimento

PONTOS DE INÍCIO

Ano

- 2003
- 2004
- 2005
- 2006
- 2007
- 2008
- 2009
- 2010
- 2011
- 2012

CONCELHOS LIMITOFES

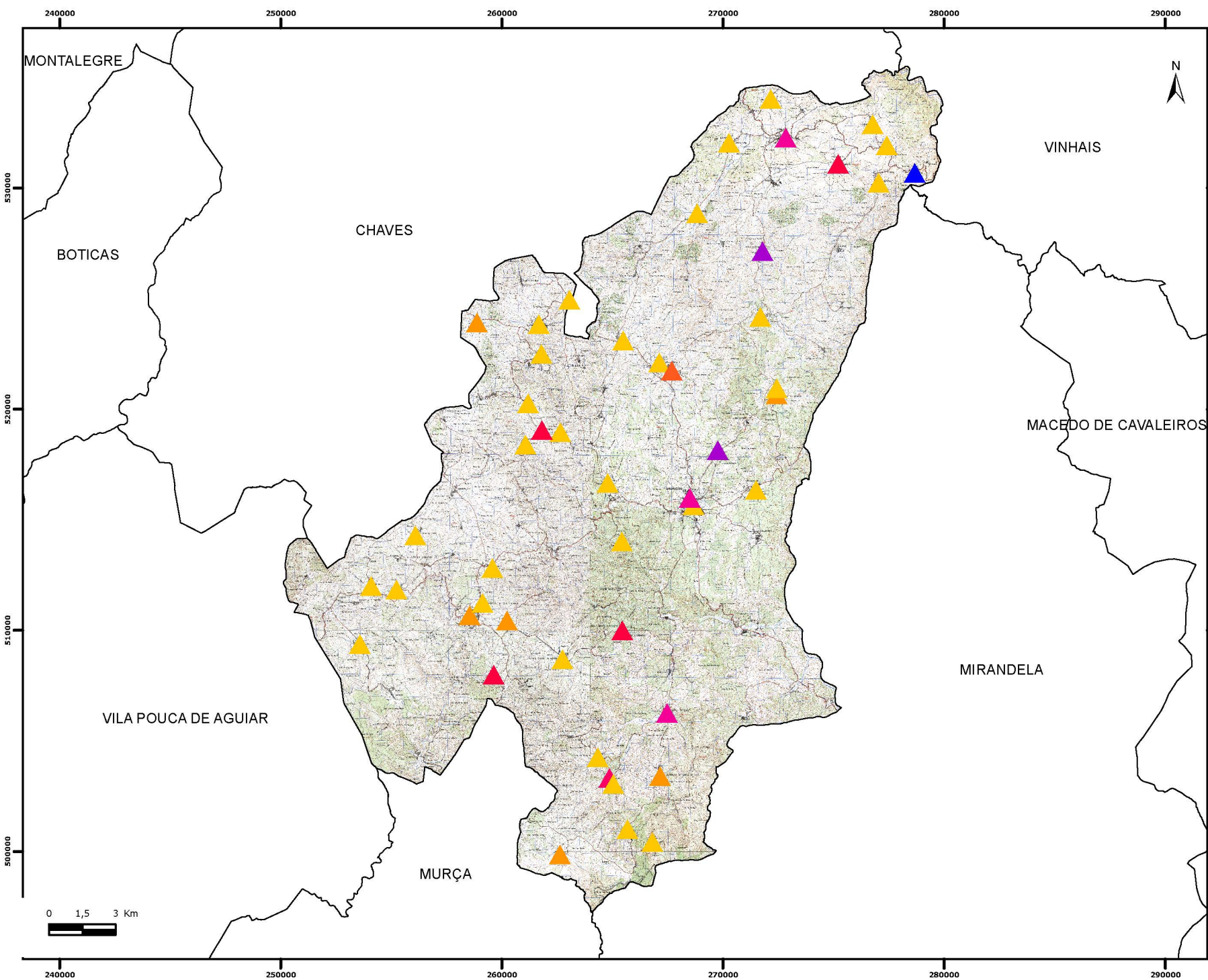
Datum_73_Hayford_Gauss_IPCC

MAIO DE 2014

FONTE(S):IGOE (2014)
MUNICÍPIO DE VALPAÇOS (2011)



MAPA N.º 13



FESTAS E ROMARIAS

- ▲ AGOSTO
- ▲ AGOSTO
- ▲ JANEIRO
- ▲ JUNHO
- ▲ MAIO
- ▲ MARÇO
- ▲ OUTUBRO
- ▲ SETEMBRO
- CONCELHOS LIMITOFES

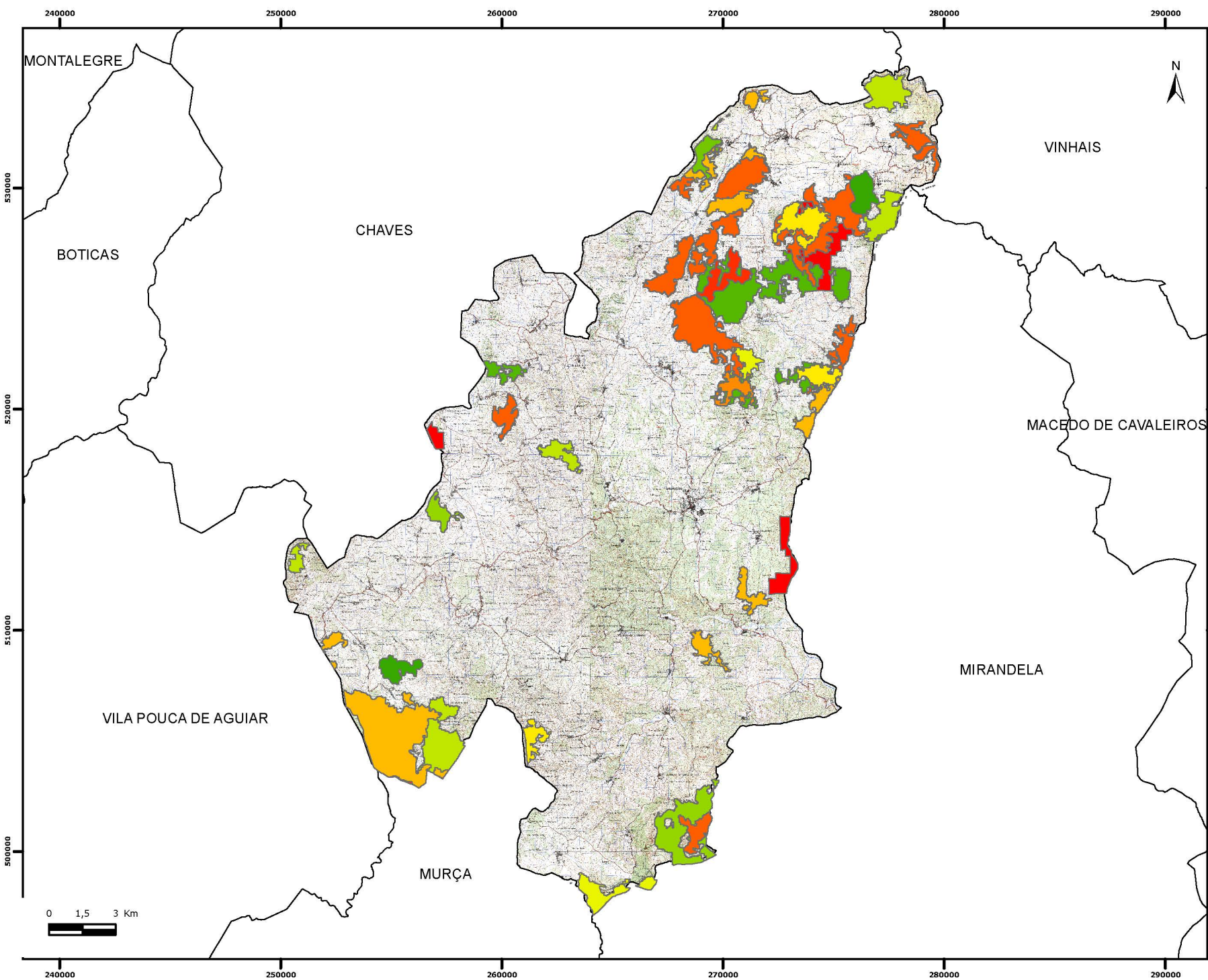
Datum_73_Hayford_Gauss_IPCC

MAIO DE 2014

FONTE(S):IGOE (2014)
MUNICÍPIO DE VALPAÇOS (2011)



MAPA N.º 14



INCÊNDIOS DE GRANDES DIMENSÕES (>100HA)

- Ano**
- 1990
 - 1991
 - 1995
 - 1996
 - 1998
 - 1999
 - 2000
 - 2002
 - 2003
 - 2004
 - 2005
 - 2012
- CONCELHOS LIMITROFES

Datum_73_Hayford_Gauss_IPCC

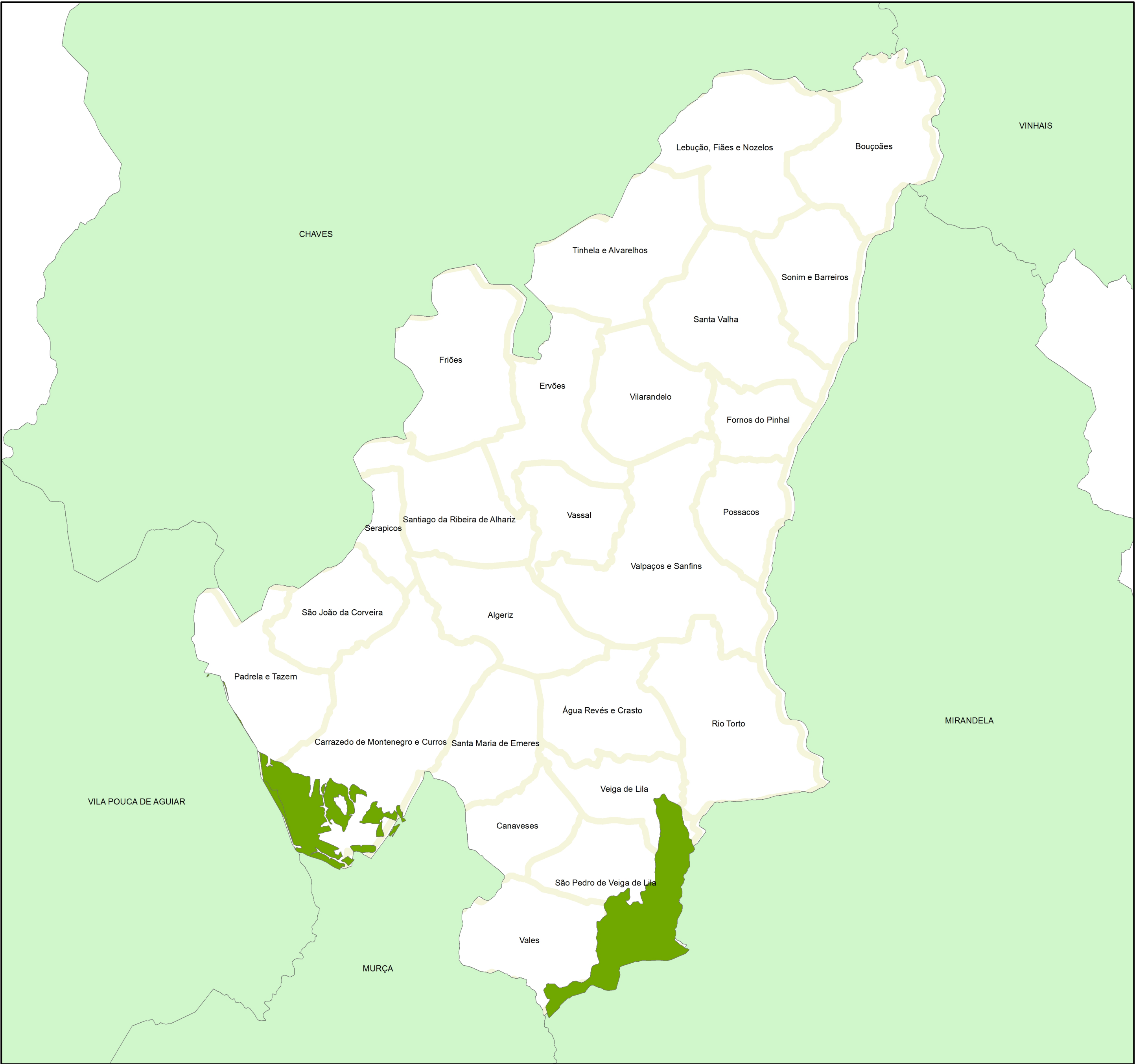
MAIO DE 2014

FONTE(S):IGOE (2014)
MUNICÍPIO DE VALPAÇOS (2011)



MAPA N.º 15

REGIME FLORESTAL



PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE VALPAÇOS

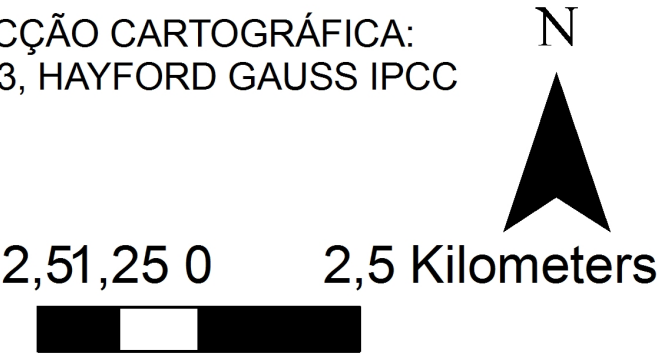
- PERIMETRO FLORESTAL SANTA COMBA
- CONCELHOS LIMITROFES
- FREGUESIAS

FONTES:
Instituto Geográfico Português (IGP), 2007 . Município de Valpaços, ICNF (2016)

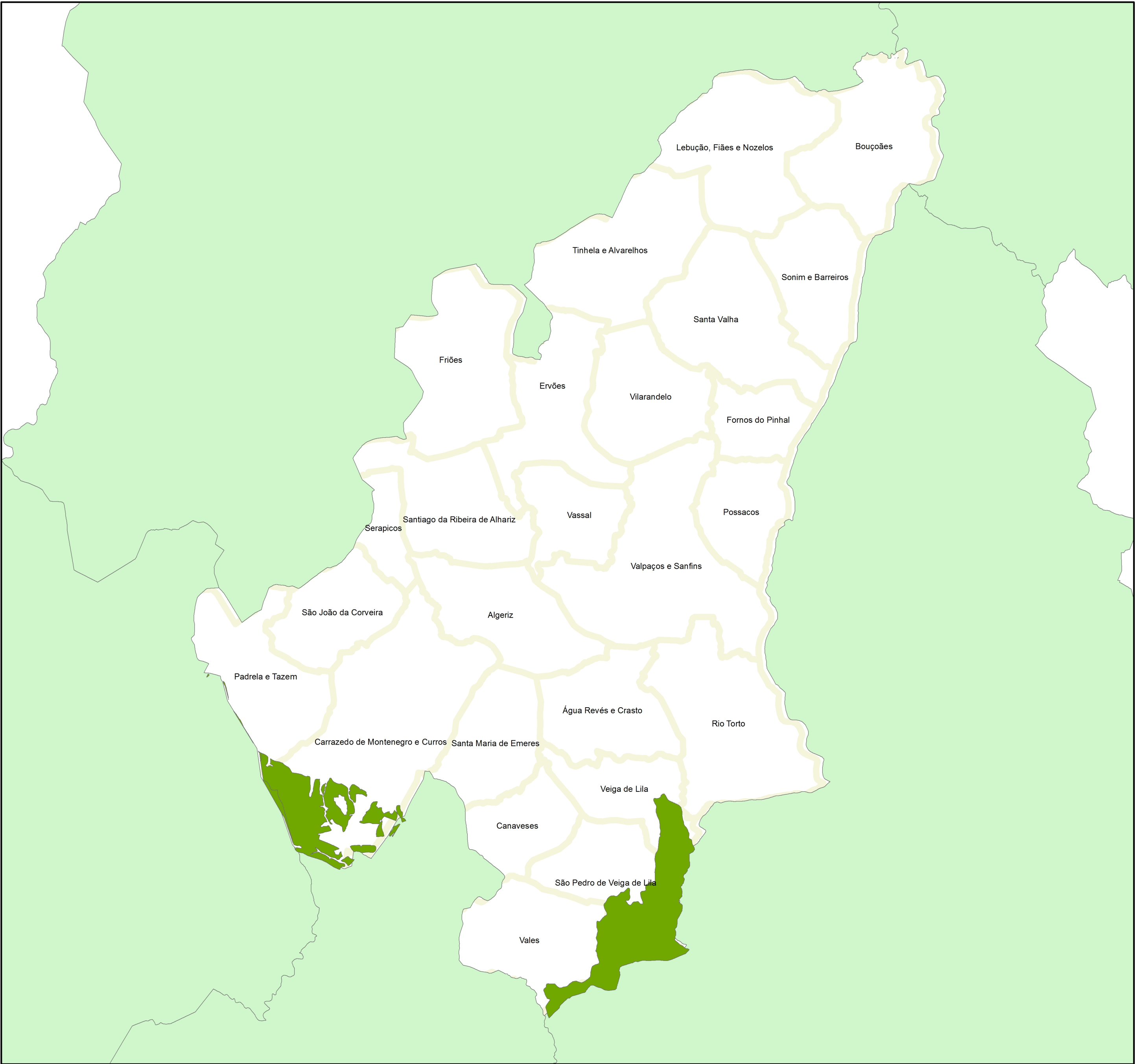


Gabinete Técnico Florestal
Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
de Valpaços

PROJEÇÃO CARTOGRÁFICA:
DATUM 73, HAYFORD GAUSS IPCC



INSTRUMENTOS DE GESTÃO FLORESTAL



PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE VALPAÇOS

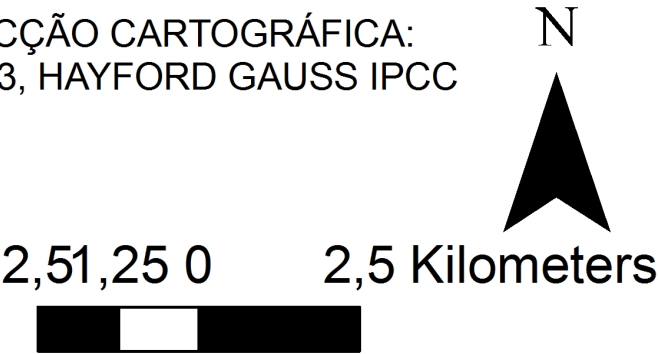
- PERIMETRO FLORESTAL SANTA COMBA
- CONCELHOS_LIMITROFEST
- FREGUESIAS

FONTES:
Instituto Geográfico Português (IGP), 2007 . Município de Valpaços, ICNF (2016)

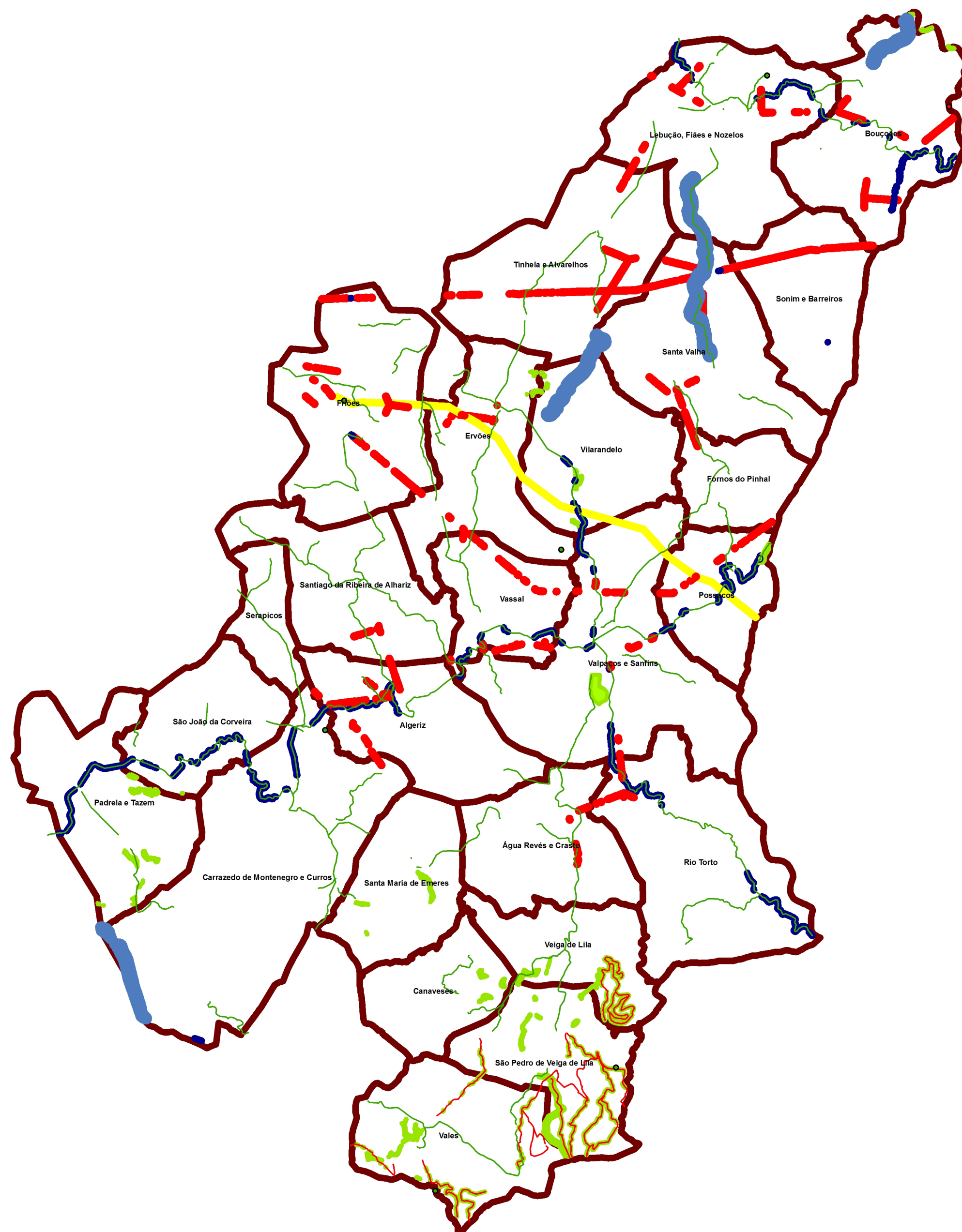


Gabinete Técnico Florestal
Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
de Valpaços

PROJEÇÃO CARTOGRÁFICA:
DATUM 73, HAYFORD GAUSS IPCC



FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTIVEL/MOSAICO/RPA/RVF



PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE VALPAÇOS

RPA

CLASSE_PA

- A
- M

RVF

REDE_DFCI

- 1
- 2

FGC

RESP_GC

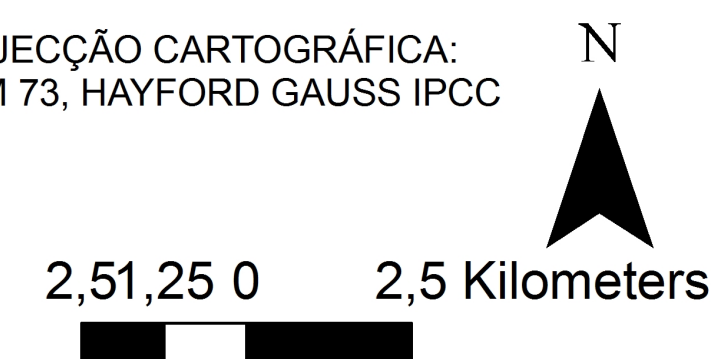
- CMV
- EDP
- EP
- ICNF
- REN
- FREGUESIAS

FONTES:
Instituto Geográfico Português (IGP), 2007 . Município de Valpaços, ICNF (2016)

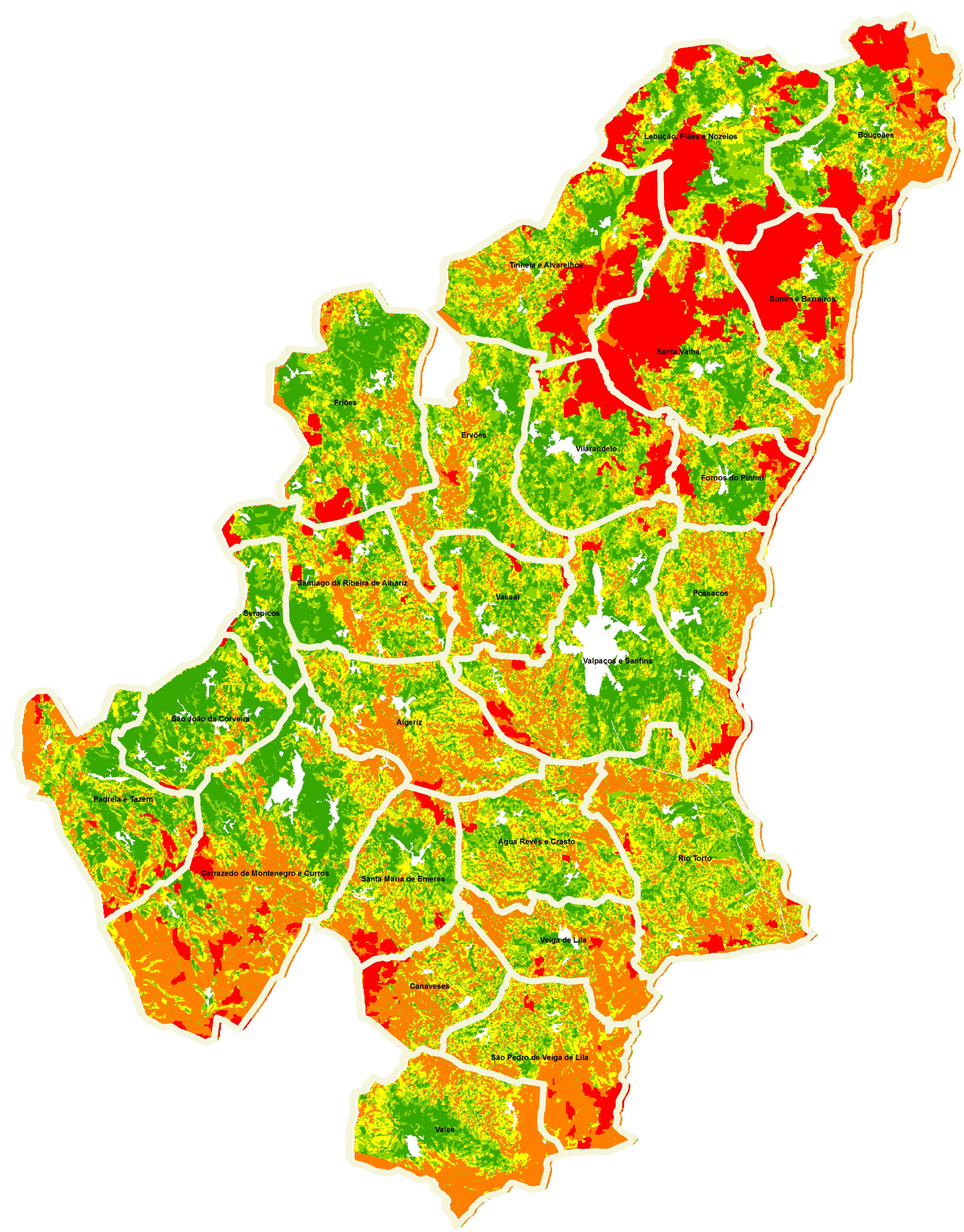


Gabinete Técnico Florestal
Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
de Valpaços

PROJECCÃO CARTOGRÁFICA:
DATUM 73, HAYFORD GAUSS IPCC



PERIGOSIDADE



PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE VALPAÇOS

FREGUESIAS

VALUE

- MUITO BAIXA
- BAIXA
- MÉDIA
- ALTA
- MUITO ALTA

FONTES:
Instituto Geográfico Português (IGP), 2007 . Município de Valpaços, ICNF (2016)

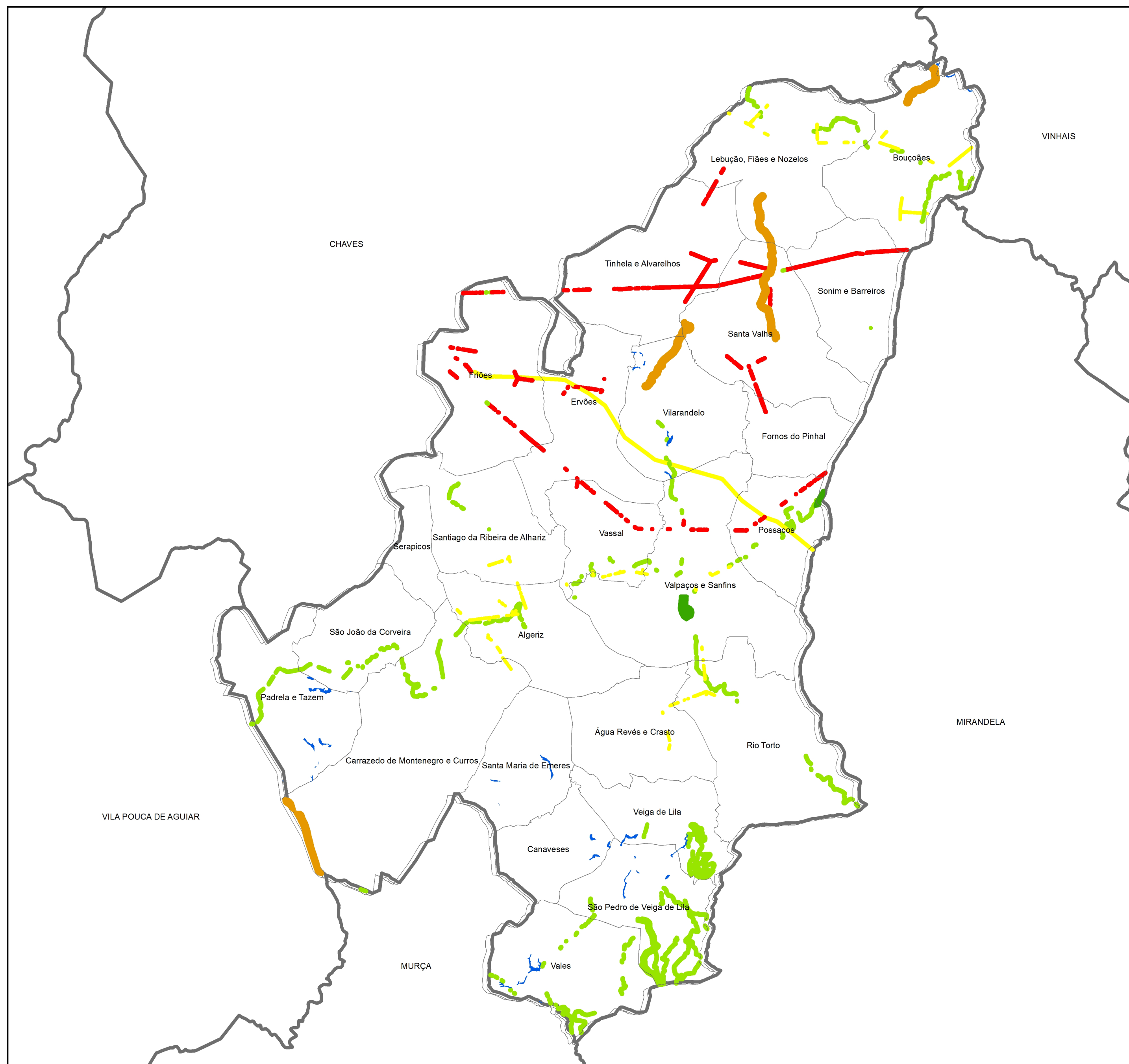


Gabinete Técnico Florestal
Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
de Valpaços

PROJECCÃO CARTOGRÁFICA:
DATUM 73, HAYFORD GAUSS IPCC



FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL



PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE VALPAÇOS

MOSAICO

FREGUESIAS

FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL

DESC_FGC

3

4

7

8

10

LIMITE ADMINISTRATIVO - CONCELHO DE VALPAÇOS

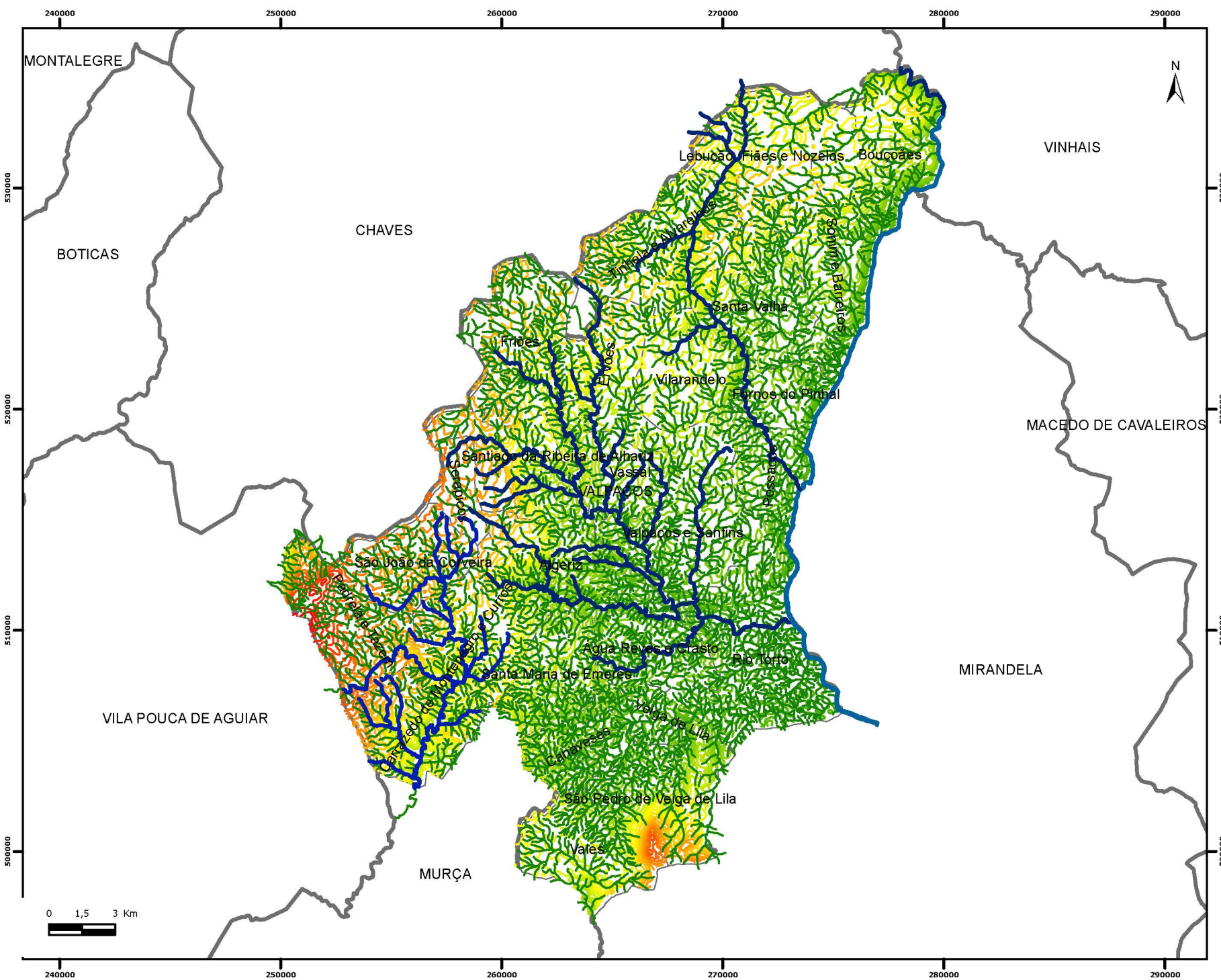
FONTES:
Instituto Geográfico Português (IGP), 2007 . Município de Valpaços, ICNF (2016)



Gabinete Técnico Florestal
Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
de Valpaços

PROJEÇÃO CARTOGRÁFICA:
DATUM 73, HAYFORD GAUSS IPCC

2 1 0 2 Kilometers



HIPSOMETRIA

-  CONCELHOS LIMITROFES
 FREGUESIAS
 Curvas de Nivel (m)
Altitude
 220
 250
 280
 310
 340
 370
 400
 430
 460
 490
 520
 550
 580
 610
 640
 670
 700
 730
 760
 790
 820
 850
 880
 910
 940
 970
 1000
 1030
 1060
 1090
 1120
 Rede Hidrográfica
 Principais cursos de água

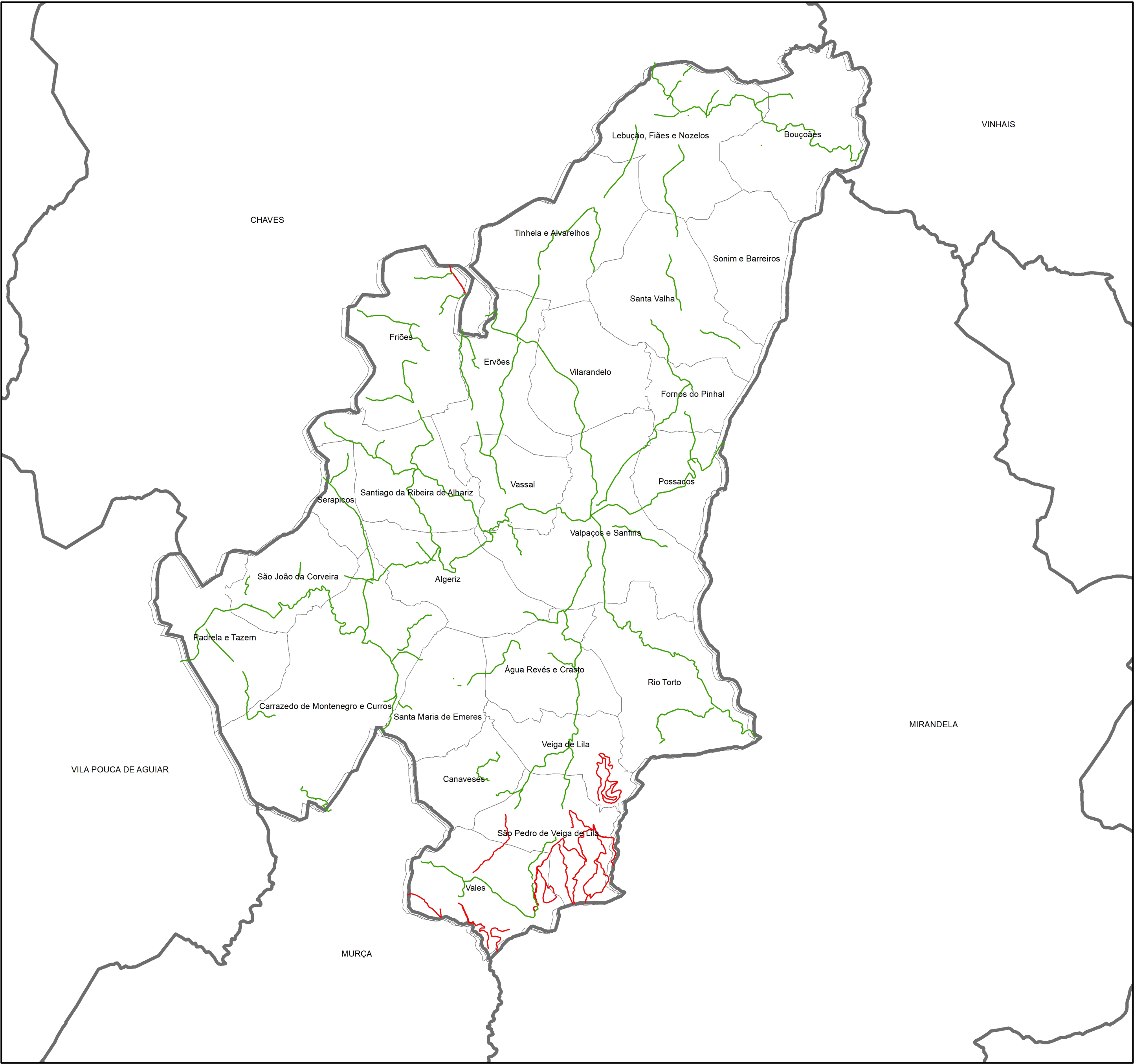
Datum_73_Hayford_Gauss_IPCC

MAIO DE 2014

FONTE(S):IGOE (2014)

**MAPA N.º 2**

REDE VIÁRIA FLORESTAL



PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE VALPAÇOS

REDE_DFCI

- 1
- 2

FREGUESIAS

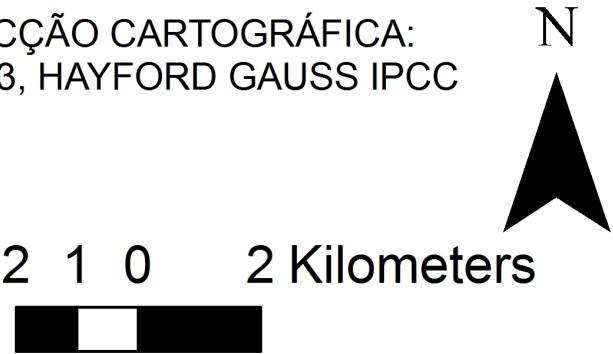
LIMITE ADMINISTRATIVO - CONCELHO DE VALPAÇOS

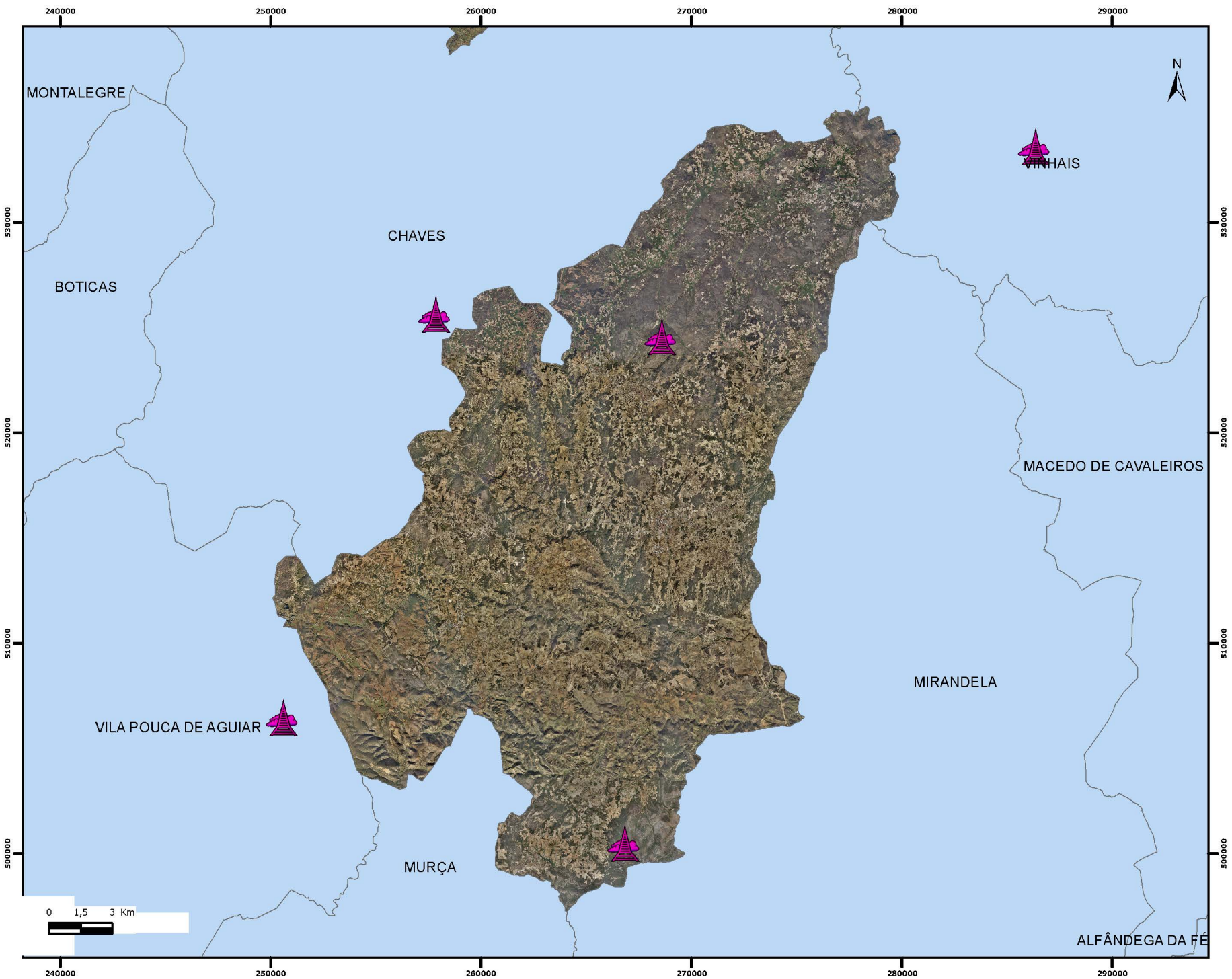
FONTES:
Instituto Geográfico Português (IGP), 2007 . Município de Valpaços, ICNF (2016)



Gabinete Técnico Florestal
Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
de Valpaços

PROJEÇÃO CARTOGRÁFICA:
DATUM 73, HAYFORD GAUSS IPCC





REDE POSTOS DE VIGIA DO CONCELHO DE VALPAÇOS

LEGENDA



postos_de_vigia

Datum_73_Hayford_Gauss_IPCC

MAIO DE 2014

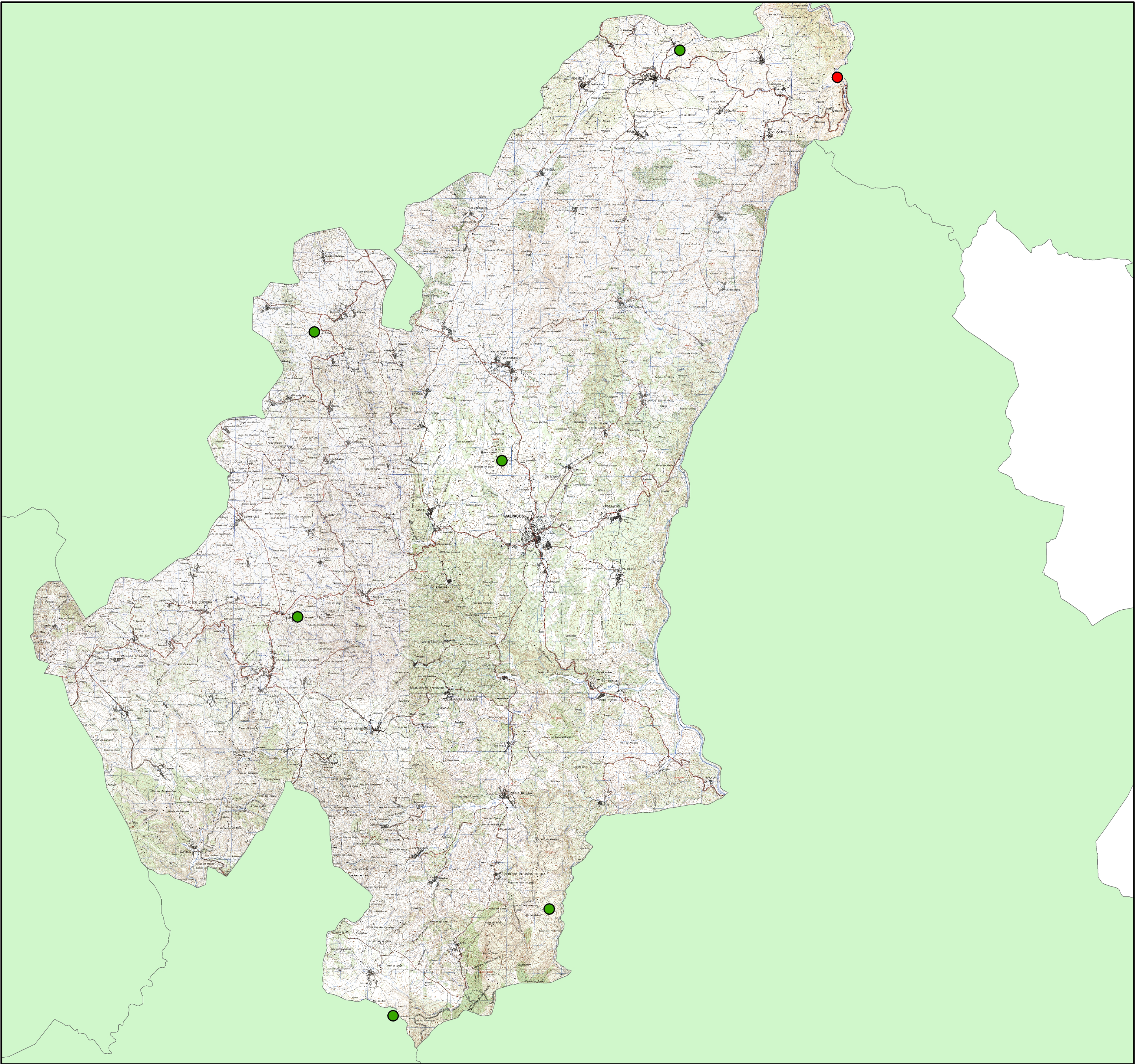
FONTE(S):IGOE (2014)
MUNICÍPIO DE VALPAÇOS (2011)



MAPA N.º 21

REDE DE PONTOS DE ÁGUA

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE VALPAÇOS



CONCELHOS_LIMITROFES:

CLASSE_PA

● A

● M

FONTES:

Instituto Geográfico Português (IGP), 2007 . Município de Valpaços, ICNF (2016)

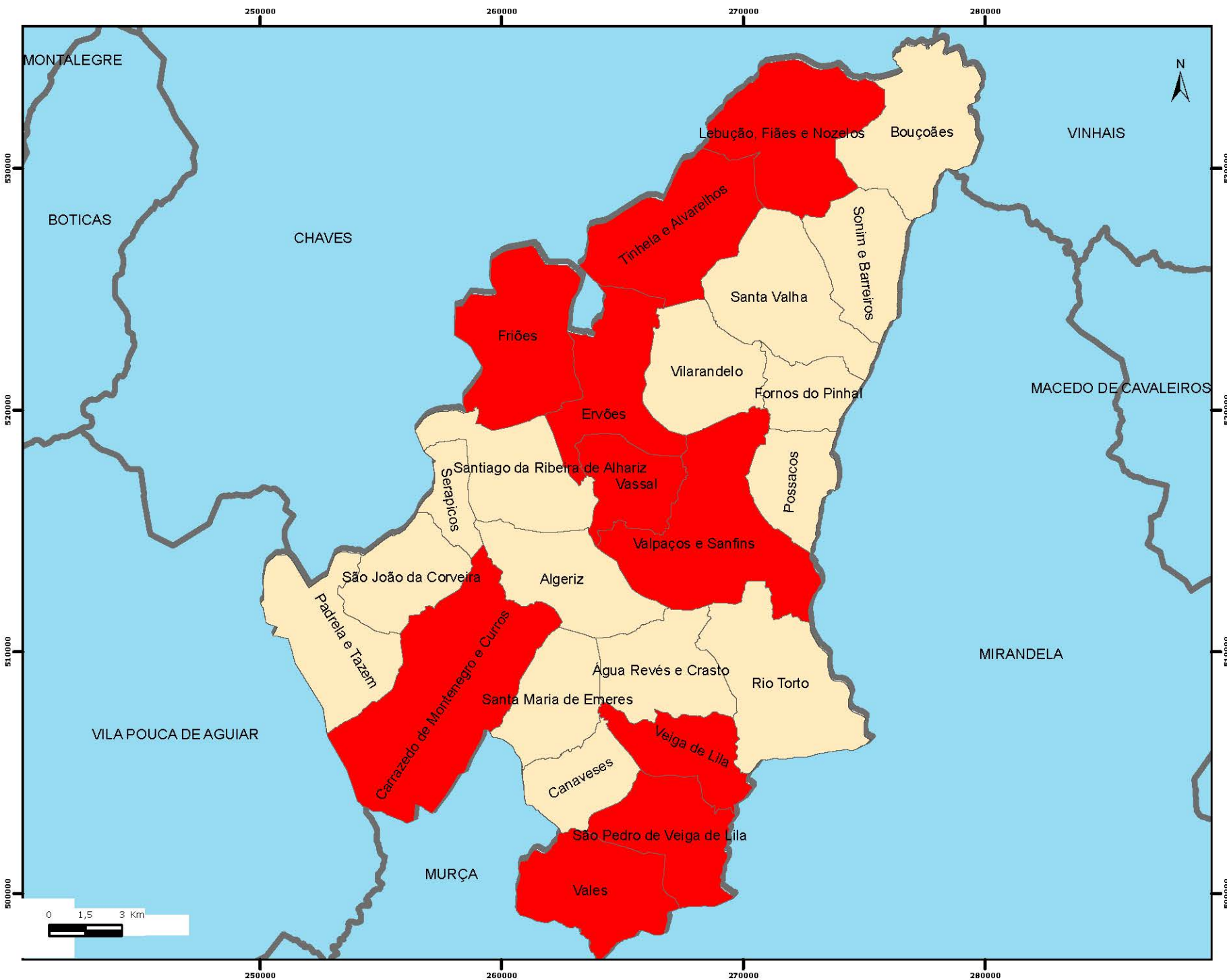


Gabinete Técnico Florestal
Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
de Valpaços

PROJEÇÃO CARTOGRÁFICA:
DATUM 73, HAYFORD GAUSS IPCC

2 1 0 2 Kilometers





ZONAS PRIORITÁRIAS DE FISCALIZAÇÃO DO CONCELHO DE VALPAÇOS

Legenda

 Zonas Prioritárias de Fiscalização

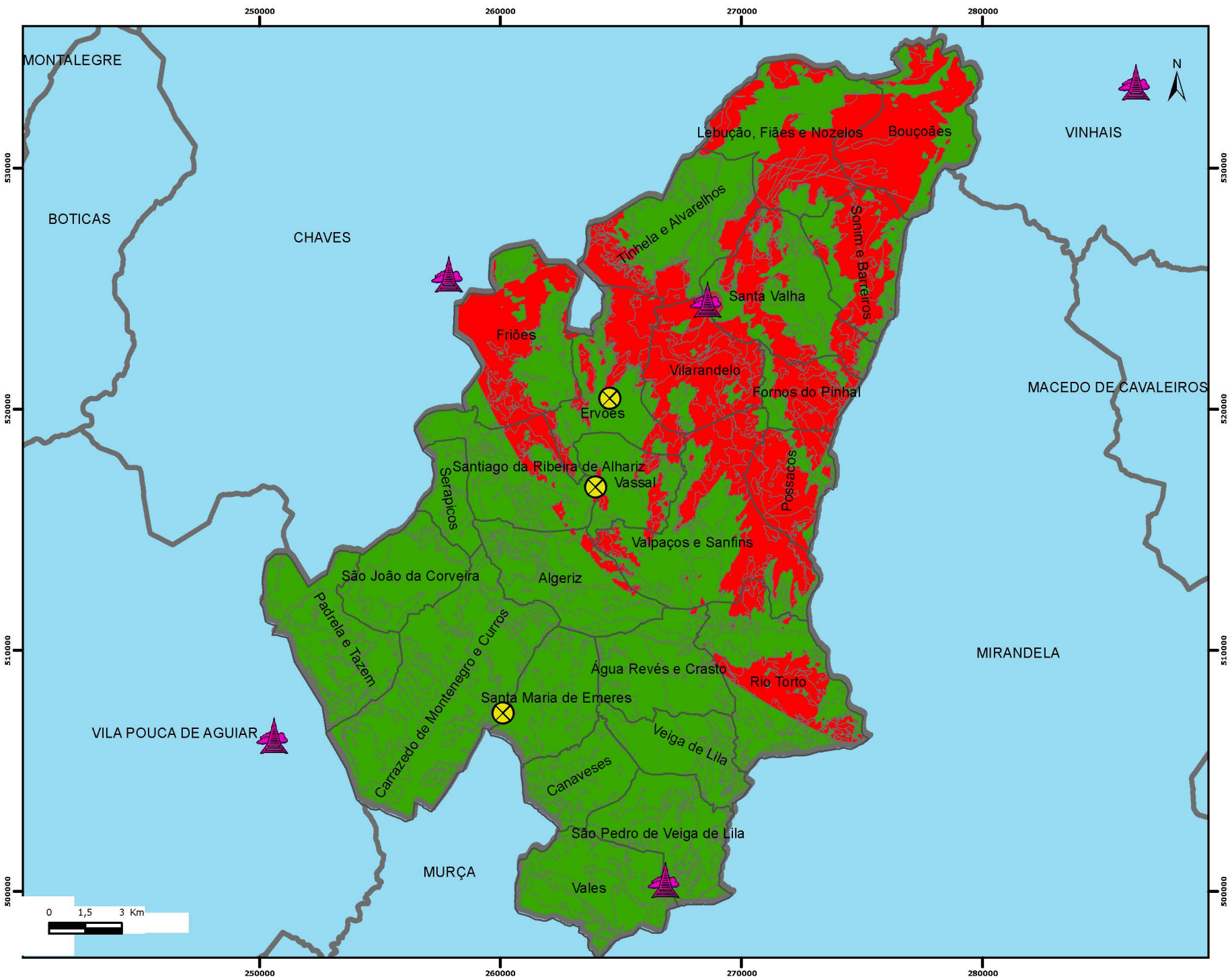
Datum_73_Hayford_Gauss_IPCC

MAIO DE 2014

FONTE(S): IGOE (2014)
MUNICÍPIO DE VALPAÇOS (2011)



MAPA N.º 28



VISIBILIDADES DO CONCELHO DE VALPAÇOS

Legenda

Bacias de Visibilidade

Visível

Não Visível



postos_de_vigia

Datum_73_Hayford_Gauss_IPCC

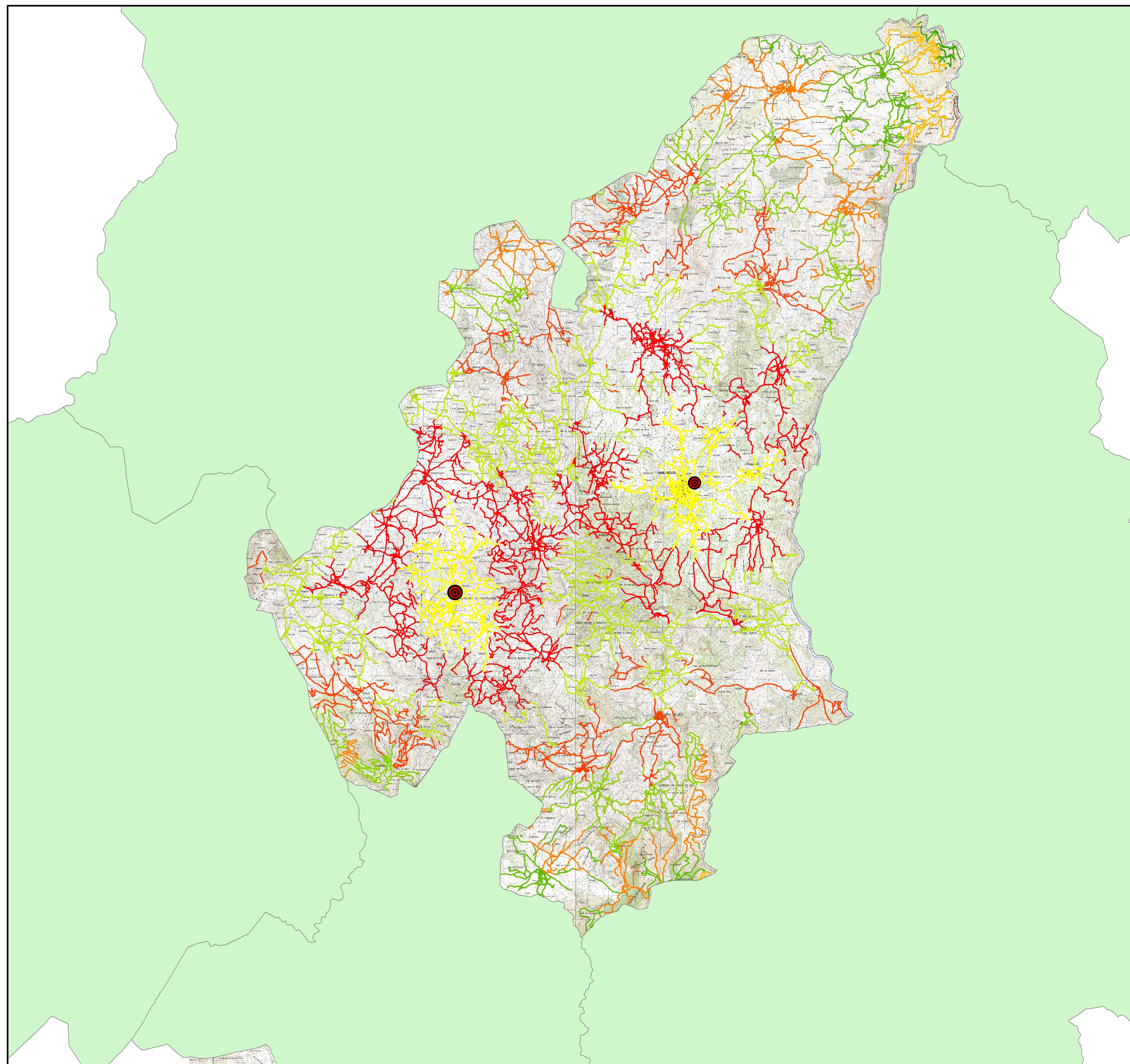
MAIO DE 2014

FONTE(S):IGOE (2014)
MUNICÍPIO DE VALPAÇOS (2011)



MAPA N.º 24

1.ª INTERVENÇÃO - TEMPOS DE DESLOCAÇÃO



PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE VALPAÇOS

QUARTÉIS BOMB

-
- QUARTEL DOS BOMBEIROS CARRAZEDO MONTENEGRO
- QUARTEL DOS BOMBEIROS DE VALPAÇOS

CONCELHOS_LIMITROFES:

TEMPOS DE DESLOCAÇÃO

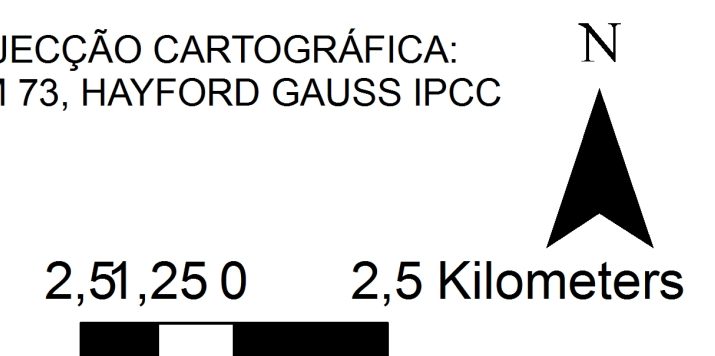
- 0 - 5
- 10 - 15
- 15 - 20
- 20 - 25
- 25 - 30
- 30 - 35
- 35 - 40
- 40 - 45
- 5 - 10

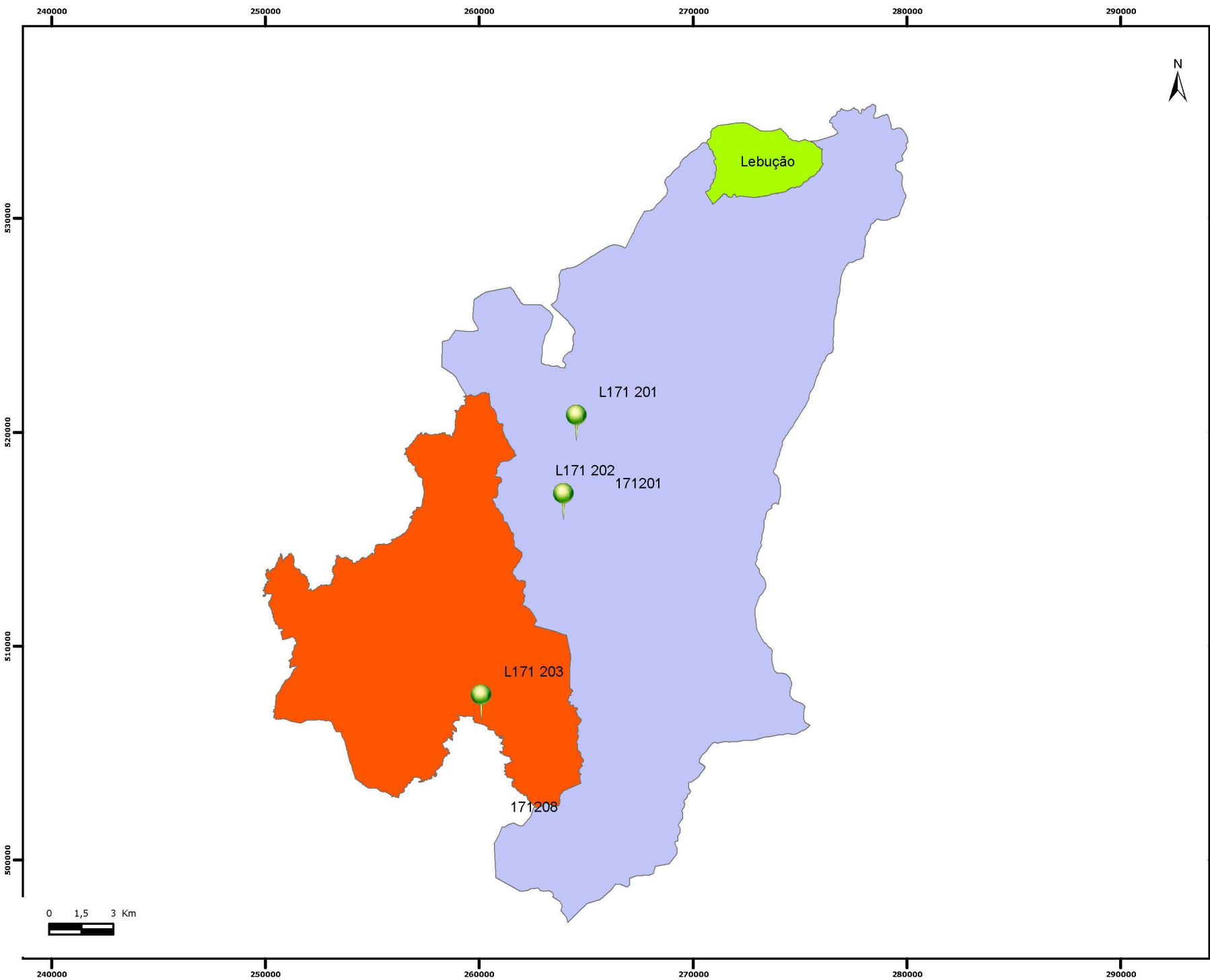
FONTES:
Instituto Geográfico Português (IGP), 2007 . Município de Valpaços, ICNF (2016)



Gabinete Técnico Florestal
Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
de Valpaços

PROJEÇÃO CARTOGRÁFICA:
DATUM 73, HAYFORD GAUSS IPCC





LEE/SECTORES DO CONCELHO DE VALPAÇOS

LEGENDA



s171201

s171202

s171203

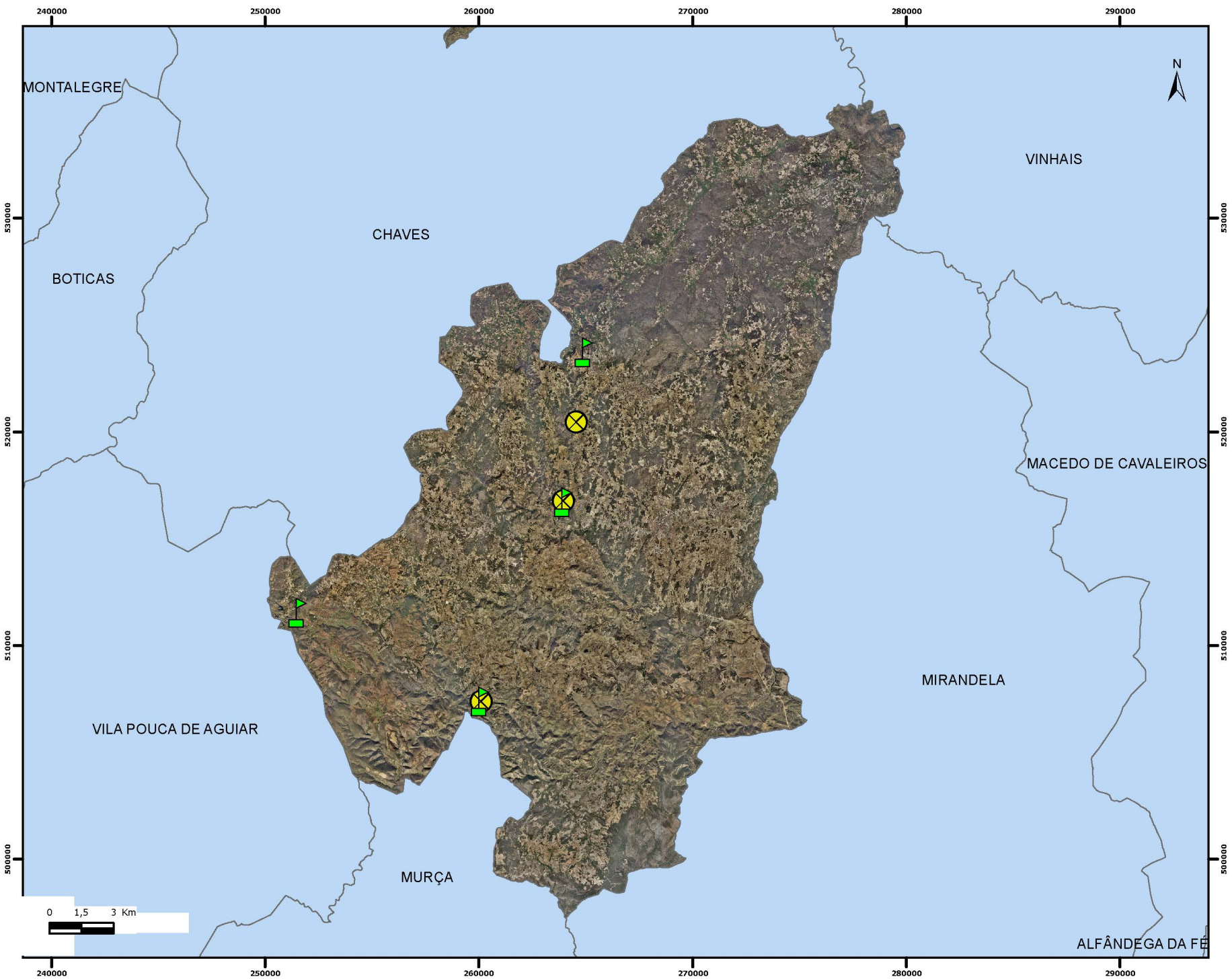
Datum_73_Hayford_Gauss_IPCC

MAIO DE 2014

FONTE(S):IGOE (2014)
MUNICÍPIO DE VALPAÇOS (2011)



MAPA N.º 26



**LEE/POSTOS DE COMANDO
DO CONCELHO DE VALPAÇOS**

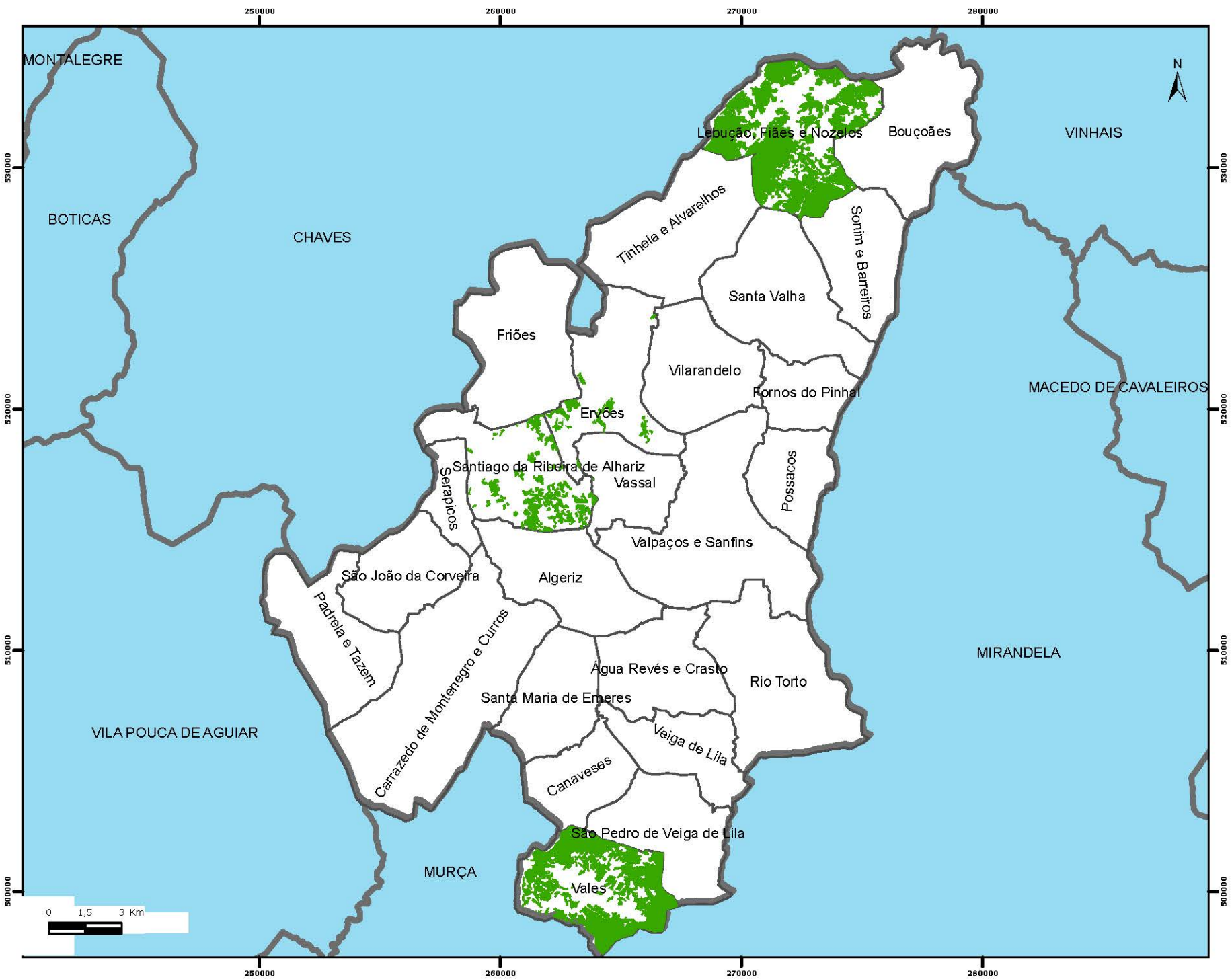
Datum_73_Hayford_Gauss_IPCC

MAIO DE 2014

FONTE(S): IGOE (2014)
MUNICÍPIO DE VALPAÇOS (2011)



MAPA N.º 27



ÁREAS COM NECESSIDADE DE ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA E REABILITAÇÃO DE HABITATS

Legenda

Áreas com necessidade estabilização de emergência

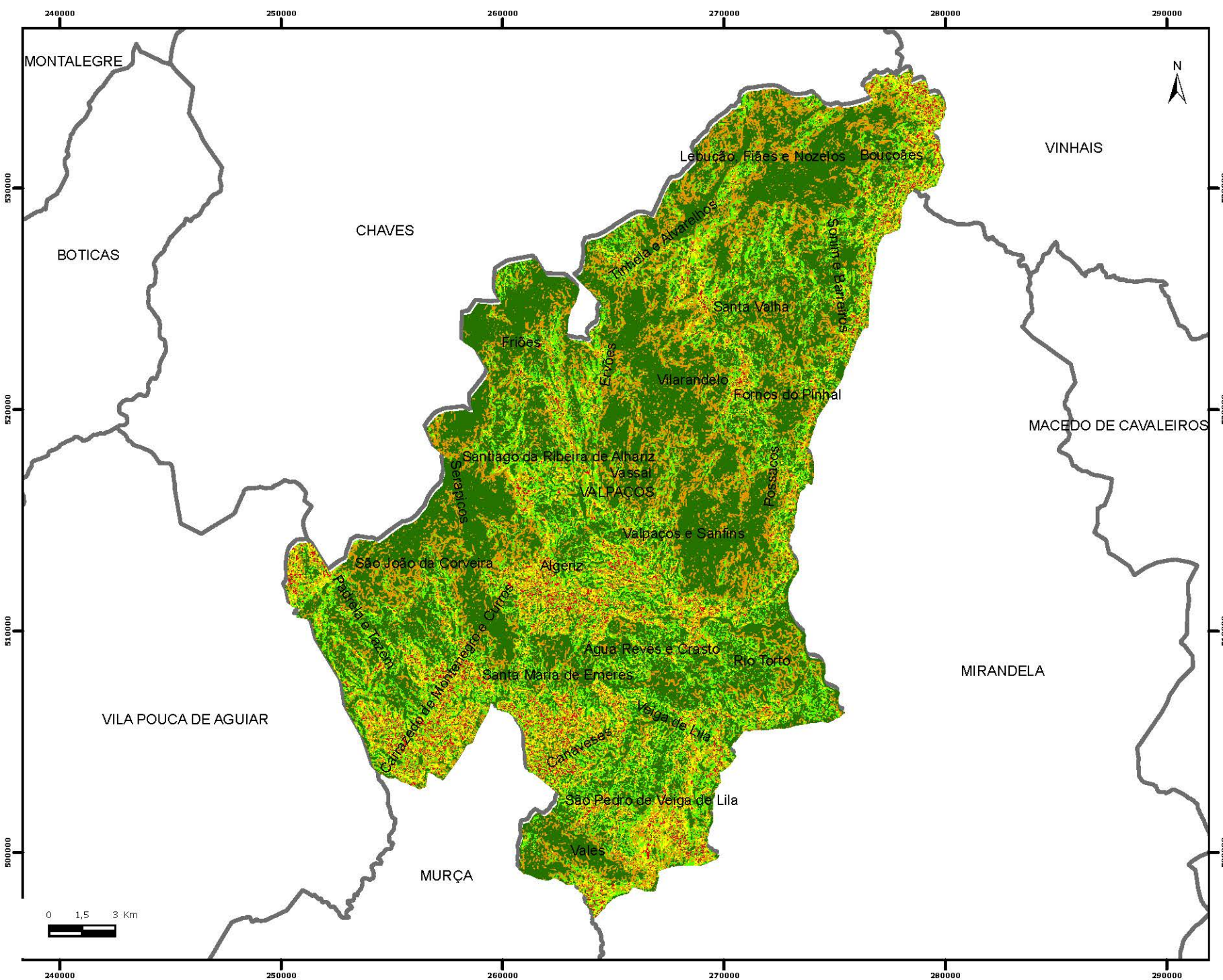
Datum_73_Hayford_Gauss_IPCC

MAIO DE 2014

FONTE(S): IGOE (2014)
MUNICÍPIO DE VALPAÇOS (2011)



MAPA N.º 29



DECLIVES

Legend

- CONCELHOS LIMITROFES
- FREGUESIAS

CLASSES

- 0 - 6
- 11 - 18
- 18 - 27
- 6 - 11
- > 27

Datum_73_Hayford_Gauss_IPCC

MAIO DE 2014

FONTE(S): IGOE (2014)

 **MAPA N.º 3**

INTERVENÇÕES RVF 2016

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA
FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE VALPAÇOS

RVF
INTER_2016

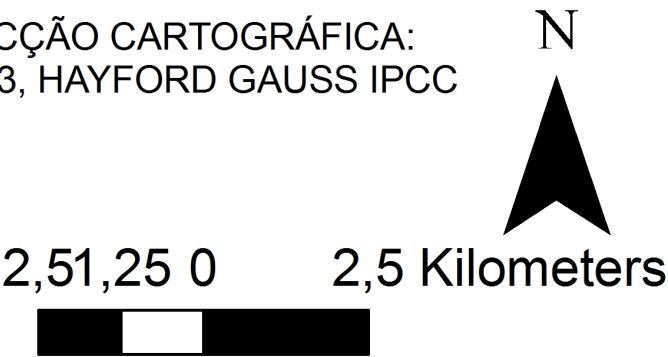
- ESI
- MAN
- FREGUESIAS

FONTES:
Instituto Geográfico Português (IGP), 2007 . Município de Valpaços, ICNF (2016)



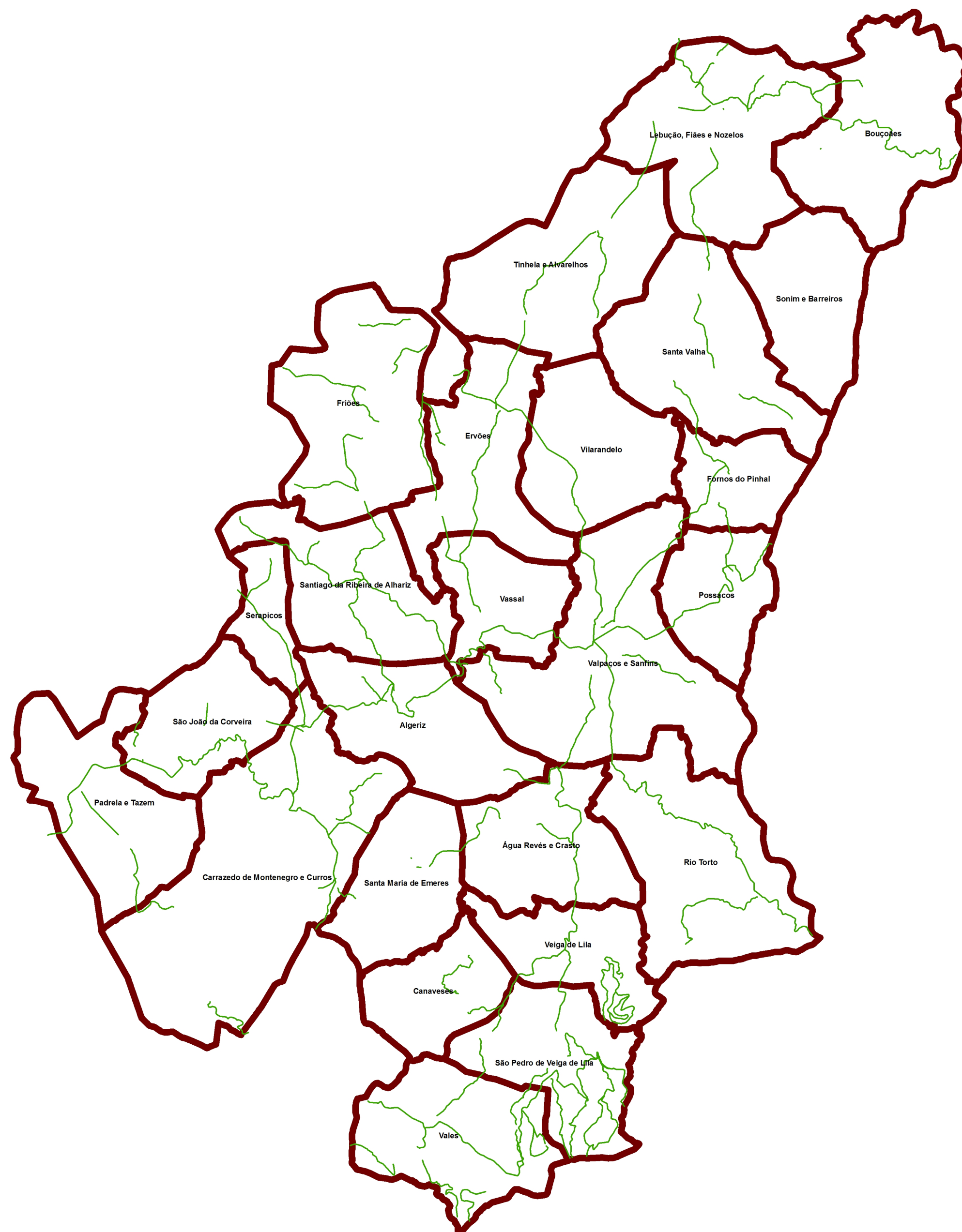
Gabinete Técnico Florestal
Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
de Valpaços

PROJECCÃO CARTOGRÁFICA:
DATUM 73, HAYFORD GAUSS IPCC



INTERVENÇÕES RVF 2017

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE VALPAÇOS

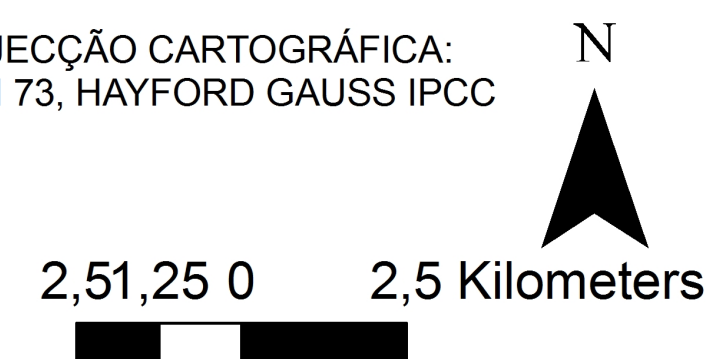


FONTES:
Instituto Geográfico Português (IGP), 2007 . Município de Valpaços, ICNF (2016)



Gabinete Técnico Florestal
Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
de Valpaços

PROJEÇÃO CARTOGRÁFICA:
DATUM 73, HAYFORD GAUSS IPCC



INTERVENÇÕES RVF 2018

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE VALPAÇOS

RVF INTER_2018

- ESI
- MAN
- FREGUESIAS

FONTES:
Instituto Geográfico Português (IGP), 2007 . Município de Valpaços, ICNF (2016)



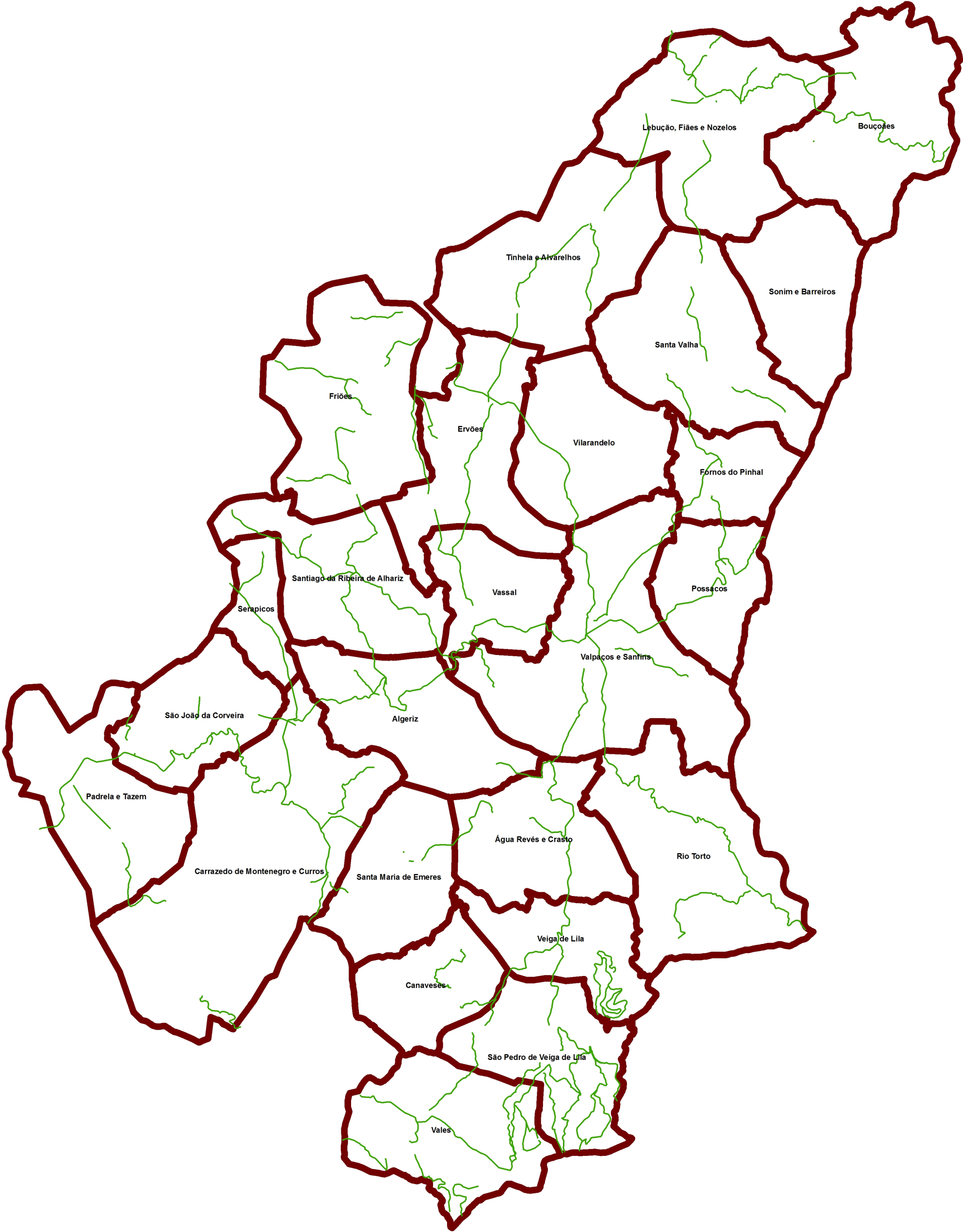
Gabinete Técnico Florestal
Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
de Valpaços

PROJECCÃO CARTOGRÁFICA:
DATUM 73, HAYFORD GAUSS IPCC

2,51,25 0 2,5 Kilometers

INTERVENÇÕES RVF 2019

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE VALPAÇOS



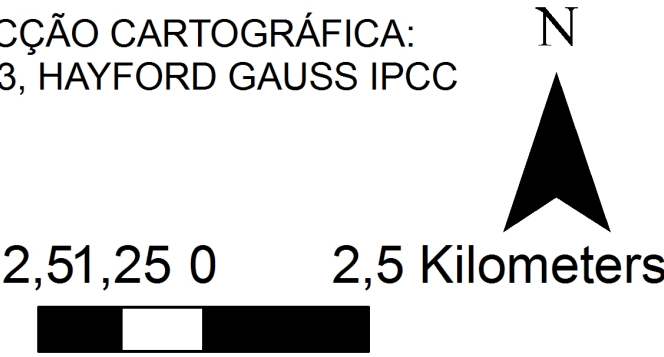
ESI
FREGUESIAS

FONTES:
Instituto Geográfico Português (IGP), 2007 . Município de Valpaços, ICNF (2016)



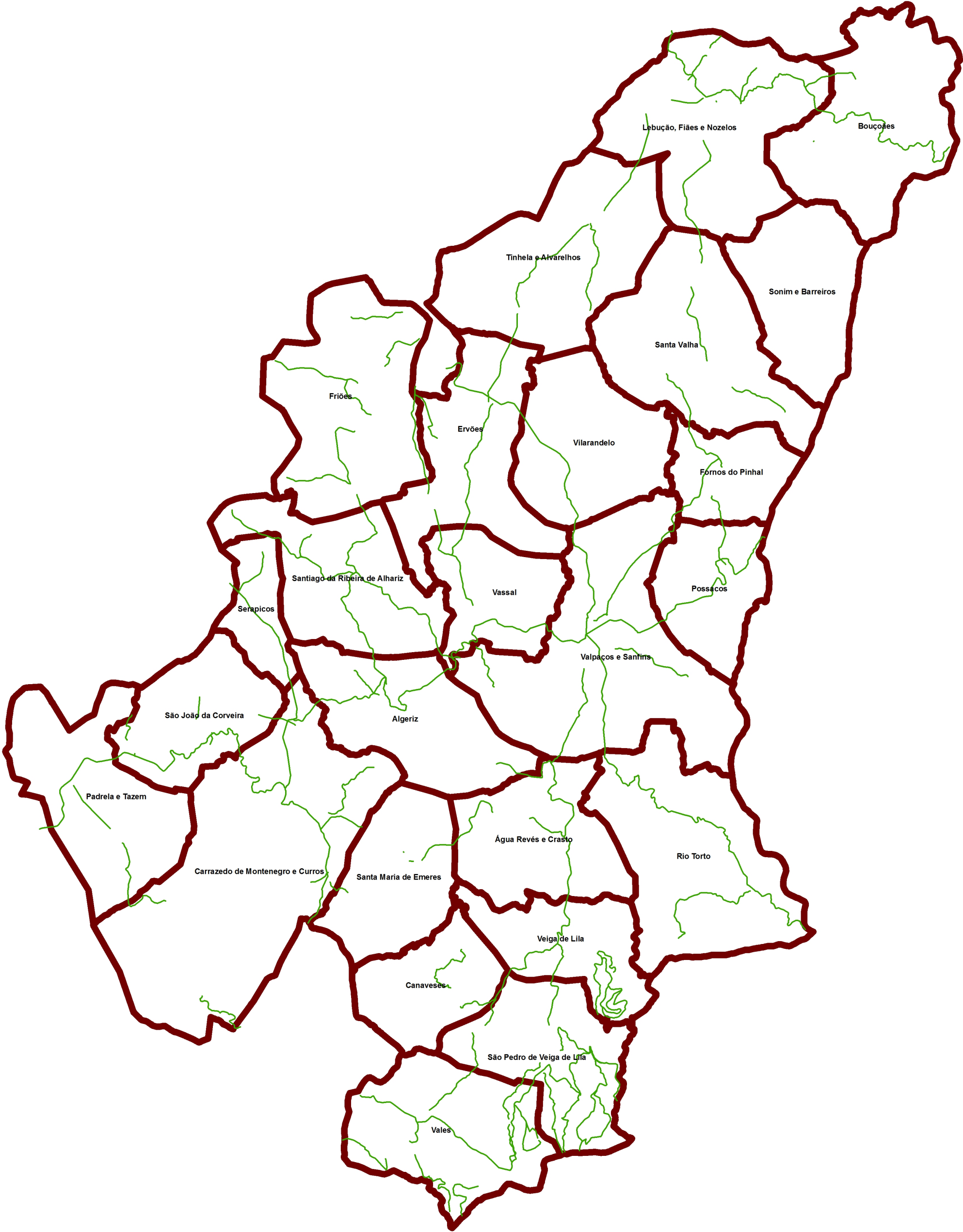
Gabinete Técnico Florestal
Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
de Valpaços

PROJECCÃO CARTOGRÁFICA:
DATUM 73, HAYFORD GAUSS IPCC



INTERVENÇÕES RVF 2020

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE VALPAÇOS

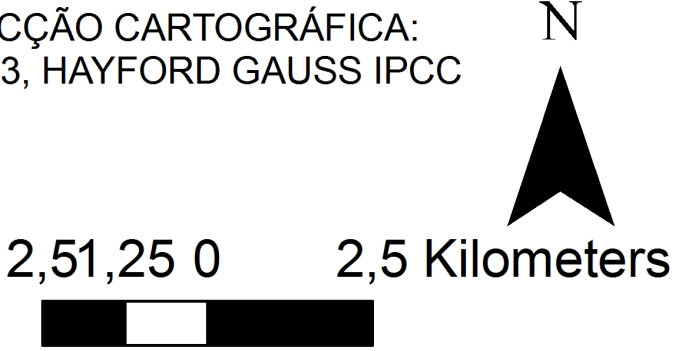


FONTES:
Instituto Geográfico Português (IGP), 2007 . Município de Valpaços, ICNF (2016)

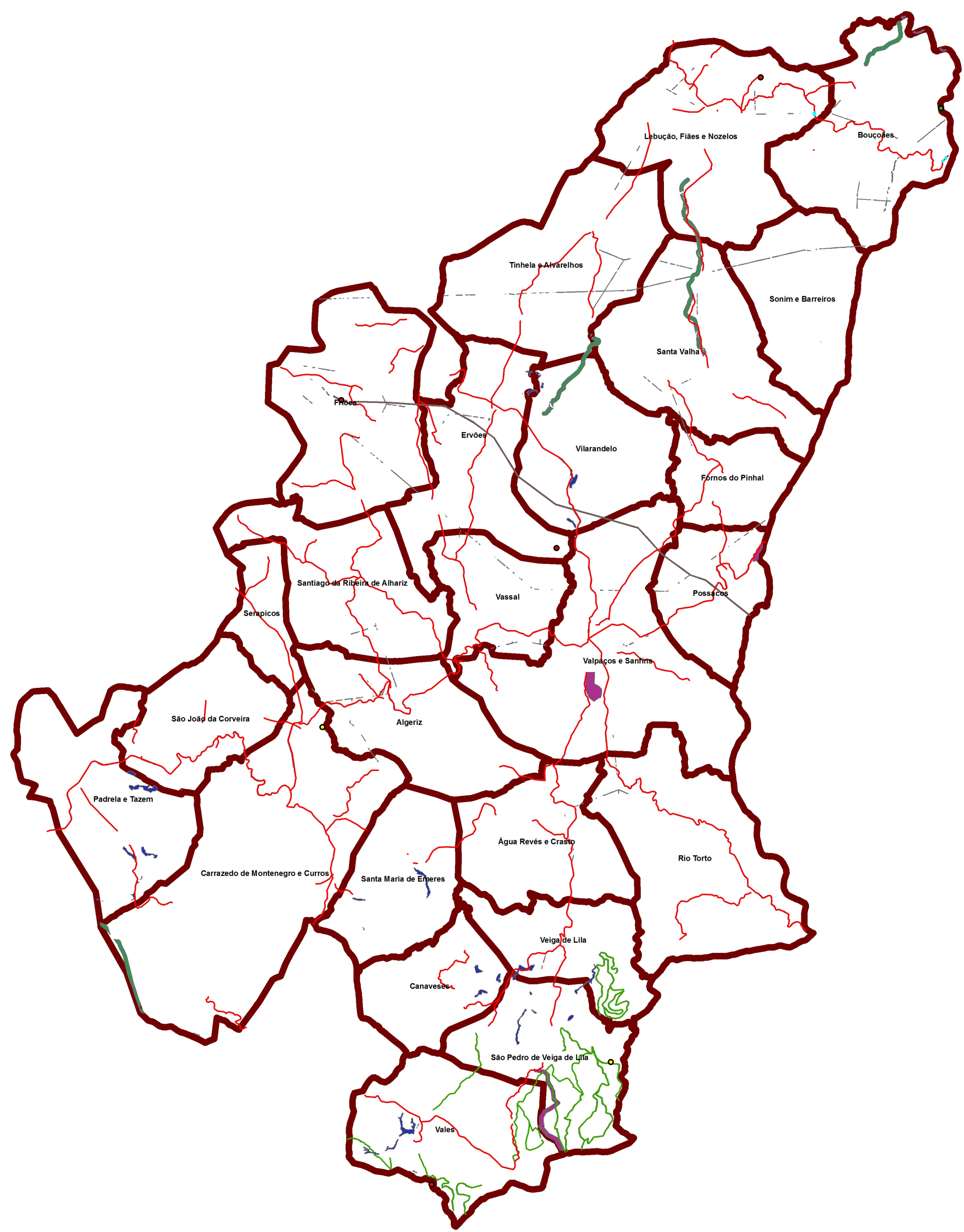


Gabinete Técnico Florestal
Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
de Valpaços

PROJECCÃO CARTOGRÁFICA:
DATUM 73, HAYFORD GAUSS IPCC



FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTIVEL/MOSAICO/RPA/RVF-2017



PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE VALPAÇOS

RPA

CLASSE_PA, INTER_2017

- A, MAN
- M, ESI
- M, MAN

RVF

REDE_DFCI, INTER_2017

- 1, ESI
- 2, ESI

FGC

RESP_GC, INTER_2017

- CMV, GAG
- CMV, SSS
- EDP, CDR
- EDP, SSS
- EP, CDR
- EP, SSS
- ICNF, SSS
- REN, SSS
- FREGUESIAS

FONTES:
Instituto Geográfico Português (IGP), 2007 . Município de Valpaços, ICNF (2016)

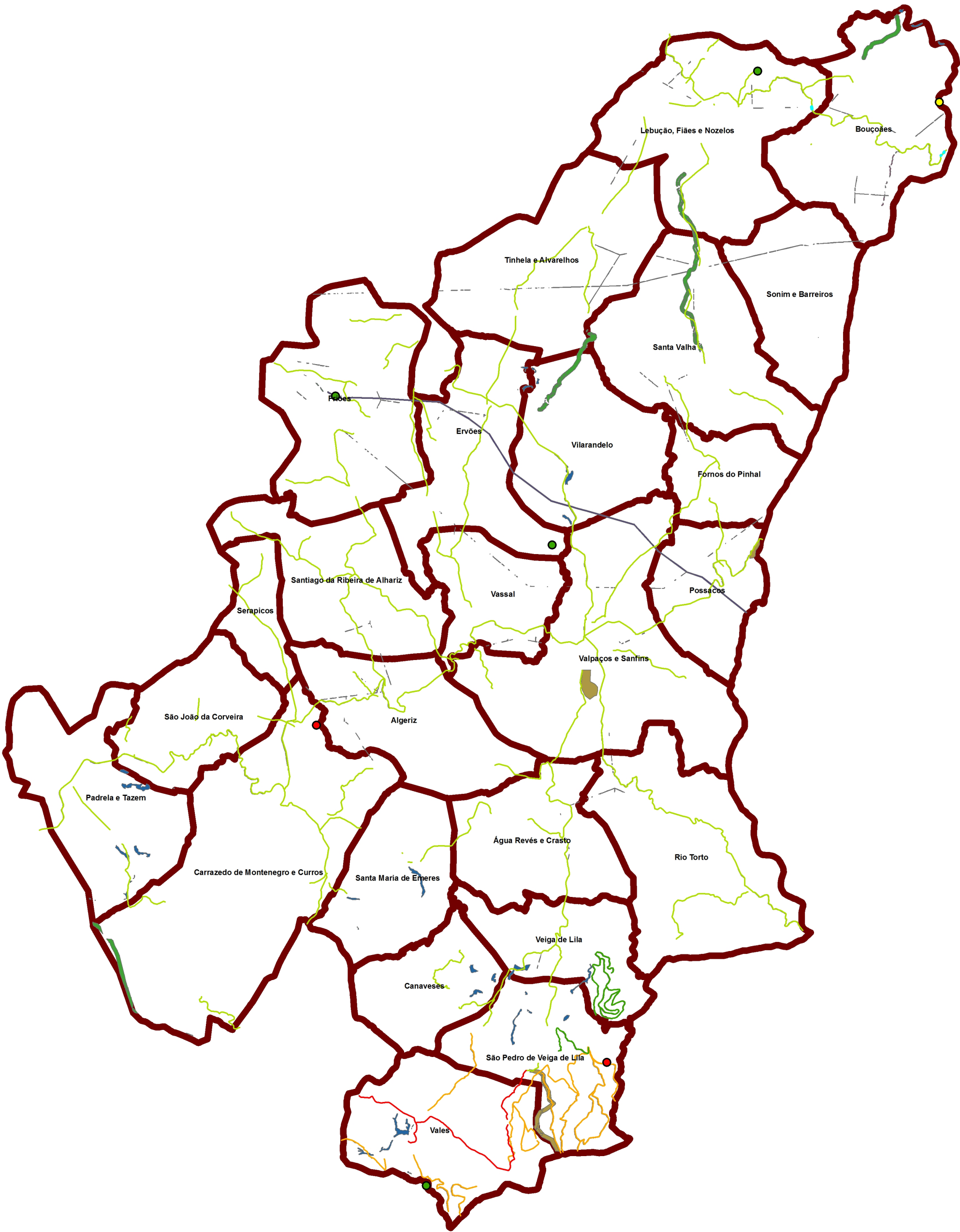


Gabinete Técnico Florestal
Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
de Valpaços

PROJECCÃO CARTOGRÁFICA:
DATUM 73, HAYFORD GAUSS IPCC

2,51,25 0 2,5 Kilometers

FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTIVEL/MOSAICO/RPA/RVF-2016



PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE VALPAÇOS

- RPA**
CLASSE_PA, INTER_2016
- A, ESI
 - M, CON
 - M, ESI

- RVF**
REDE_DFCI, EXEC_2016
- 1, 7
 - 1, 4
 - 2, 7
 - 2, 4

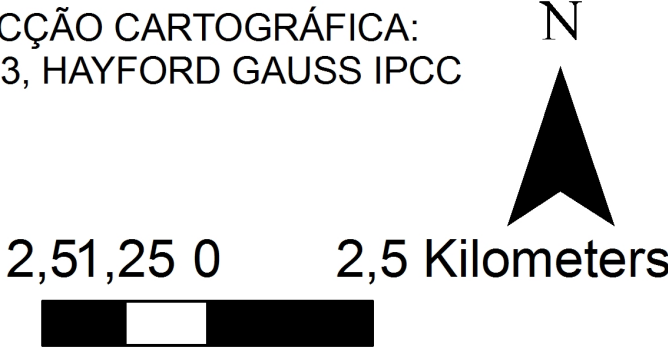
- FGC**
RESP_GC, INTER_2016
- CMV, CDR
 - CMV, SSS
 - EDP, CDR
 - EDP, MDR
 - EDP, SSS
 - EP, CDR
 - EP, SSS
 - ICNF, MDR
 - REN, CDR
 - FREGUESIAS

FONTES:
Instituto Geográfico Português (IGP), 2007 . Município de Valpaços, ICNF (2016)

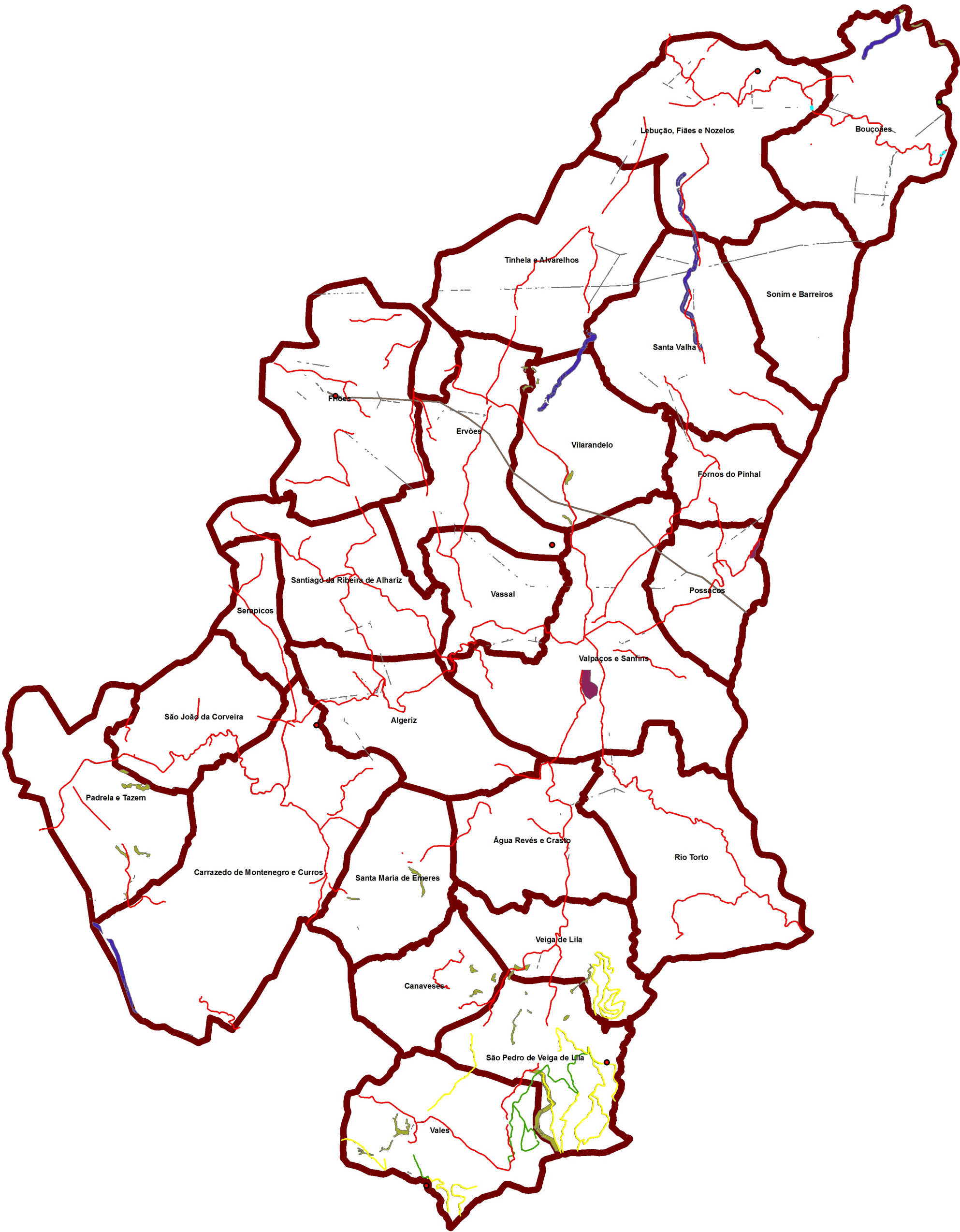


Gabinete Técnico Florestal
Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
de Valpaços

PROJECCÃO CARTOGRÁFICA:
DATUM 73, HAYFORD GAUSS IPCC



FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTIVEL/MOSAICO/RPA/RVF-2018



PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE VALPAÇOS

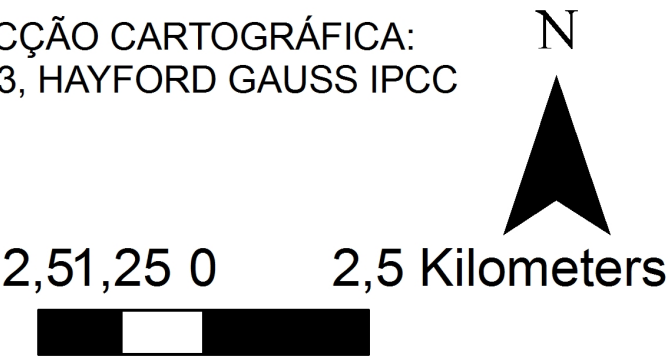
- RPA**
CLASSE_PA, INTER_2018
- A, ESI
 - M, ESI
- RVF**
REDE_DFCl, INTER_2018
- 1, ESI
 - 2, MAN
 - 2, ESI
- FGC**
RESP_GC, INTER_2018
- CMV, CDR
 - CMV, SSS
 - EDP, CDR
 - EDP, MDR
 - EDP, SSS
 - EP, CDR
 - EP, SSS
 - ICNF, MDR
 - REN, CDR
 - FREGUESIAS

FONTES:
Instituto Geográfico Português (IGP), 2007 . Município de Valpaços, ICNF (2016)

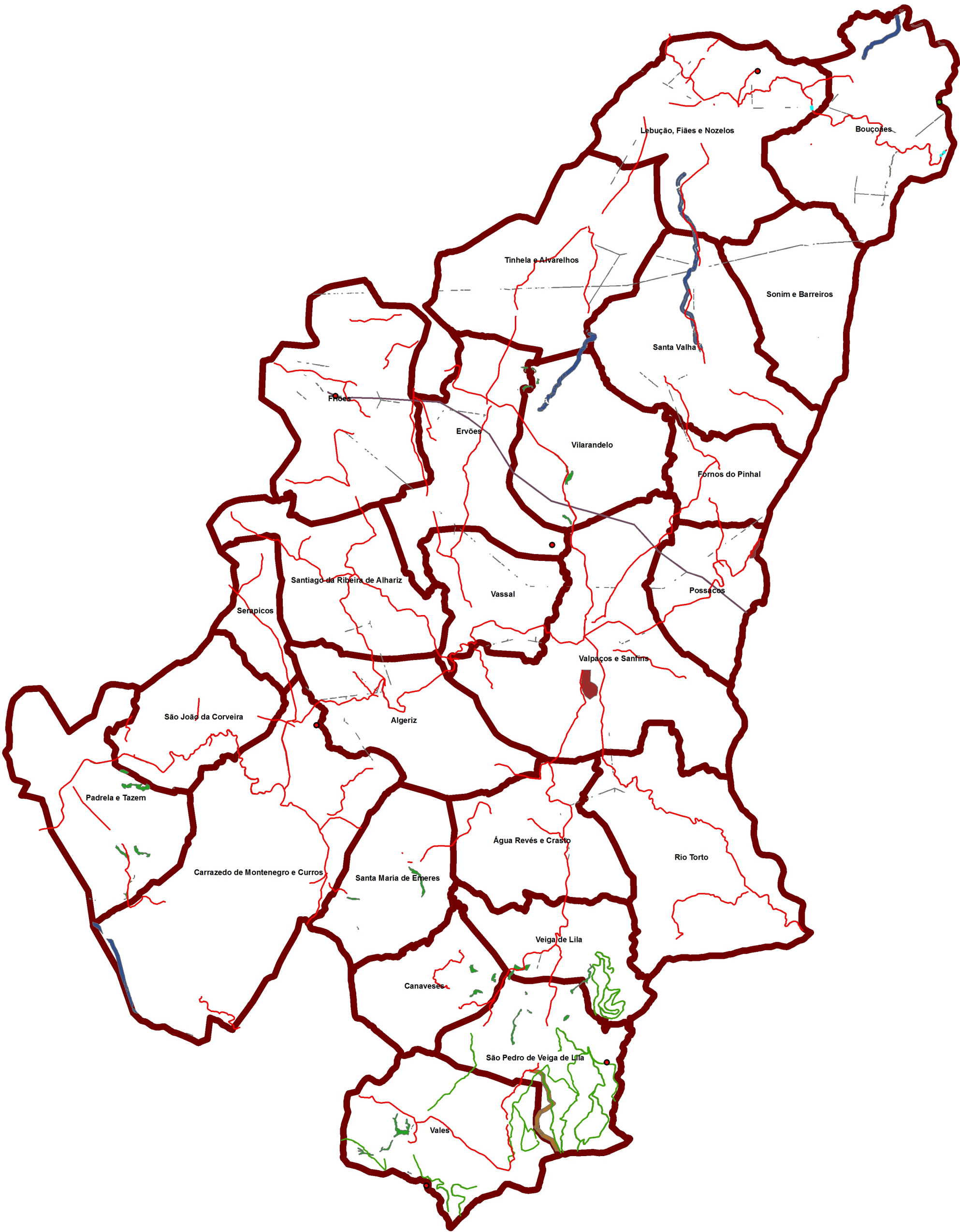


Gabinete Técnico Florestal
Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
de Valpaços

PROJECCÃO CARTOGRÁFICA:
DATUM 73, HAYFORD GAUSS IPCC



FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTIVEL/MOSAICO/RPA/RVF-2019



PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE VALPAÇOS

RPA
CLASSE_PA, INTER_2019

- A, ESI
- M, ESI

RVF
REDE_DFCI, INTER_2019

- 1, ESI
- 2, ESI

FGC
RESP_GC, INTER_2019

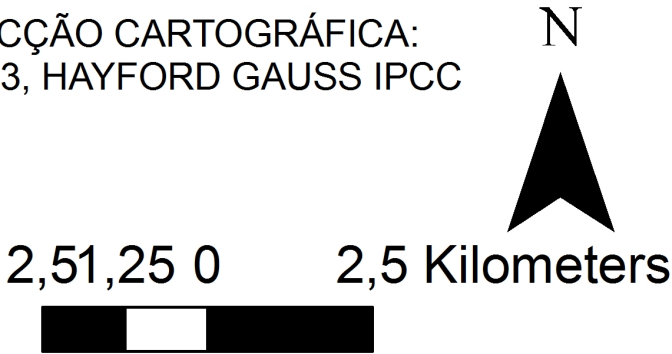
- CMV, CDR
- CMV, GAG
- CMV, SSS
- EDP, MDR
- EDP, SSS
- EP, CDR
- EP, SSS
- ICNF, SSS
- REN, SSS
- FREGUESIAS

FONTES:
Instituto Geográfico Português (IGP), 2007 . Município de Valpaços, ICNF (2016)

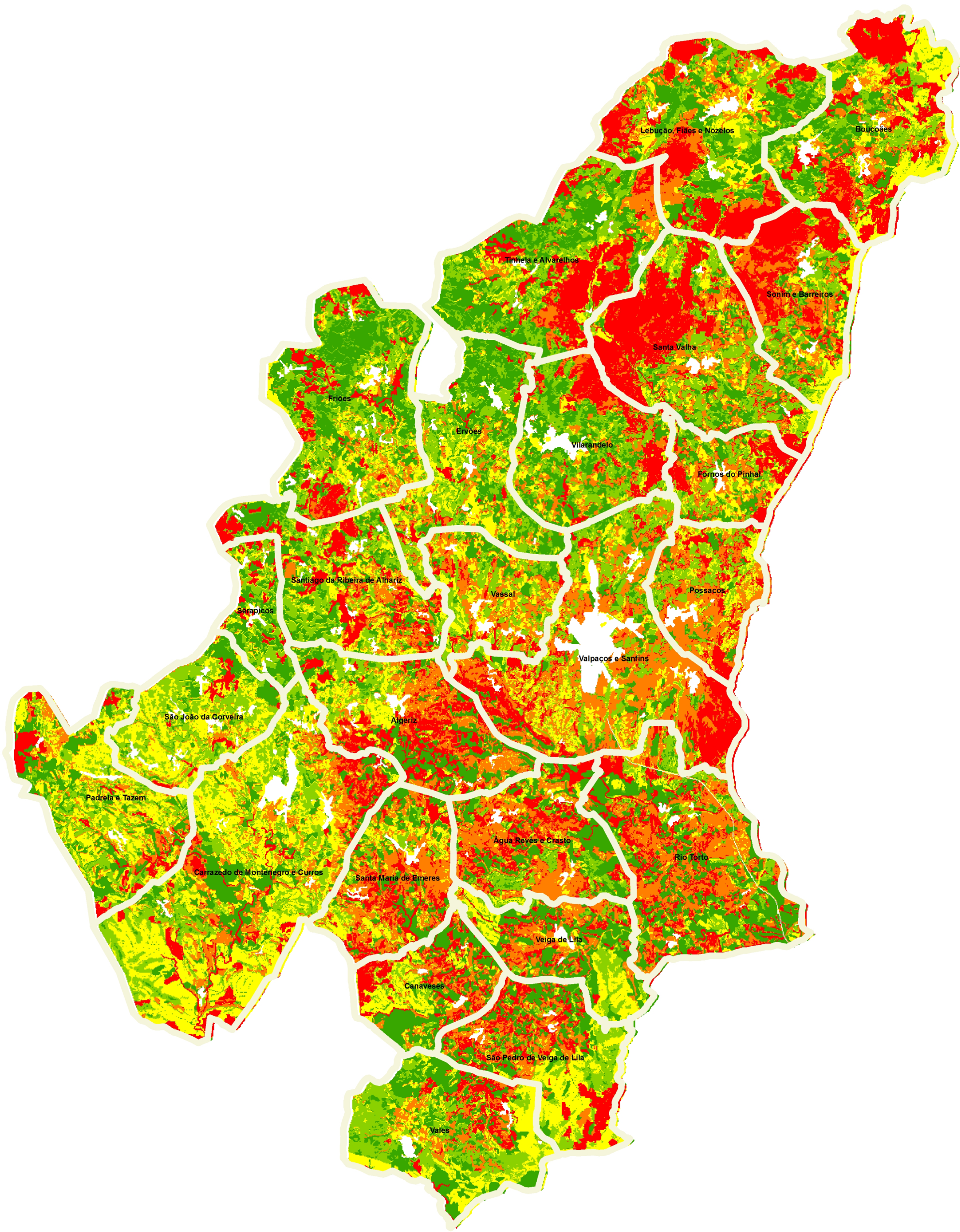


Gabinete Técnico Florestal
Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Valpaços

PROJECCÃO CARTOGRÁFICA:
DATUM 73, HAYFORD GAUSS IPCC



CARTA DE RISCO DE INCÊNDIO



PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE VALPAÇOS

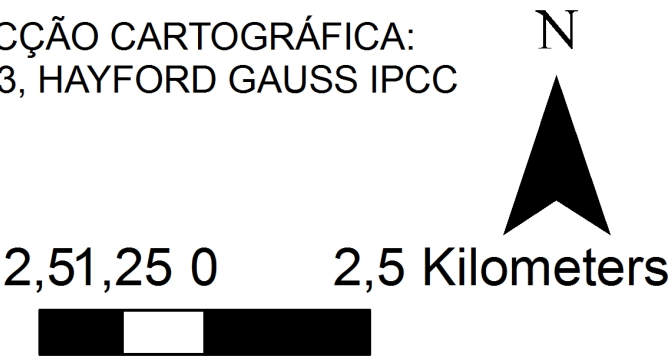
- FREGUESIAS
- MUITO BAIXO
- BAIXO
- MÉDIO
- ALTO
- MUITO ALTO

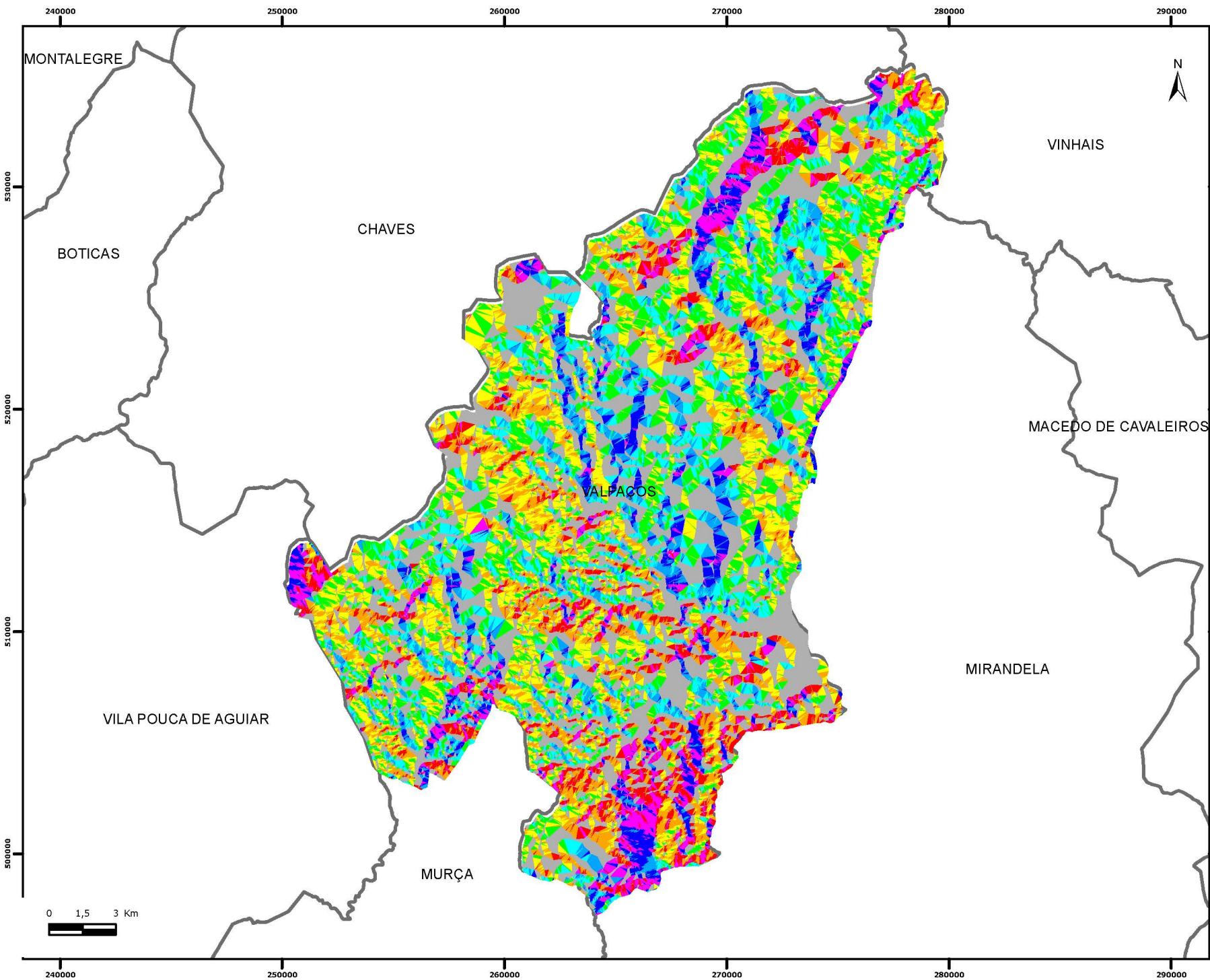
FONTES:
Instituto Geográfico Português (IGP), 2007 . Município de Valpaços, ICNF (2016)



Gabinete Técnico Florestal
Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
de Valpaços

PROJECCÃO CARTOGRÁFICA:
DATUM 73, HAYFORD GAUSS IPCC





EXPOSIÇÕES

Legend

- Flat (-1)
- North (0-22.5)
- Northeast (22.5-67.5)
- East (67.5-112.5)
- Southeast (112.5-157.5)
- South (157.5-202.5)
- Southwest (202.5-247.5)
- West (247.5-292.5)
- Northwest (292.5-337.5)
- North (337.5-360)
- CONCELHOS LIMITOFES

Datum_73_Hayford_Gauss_IPCC

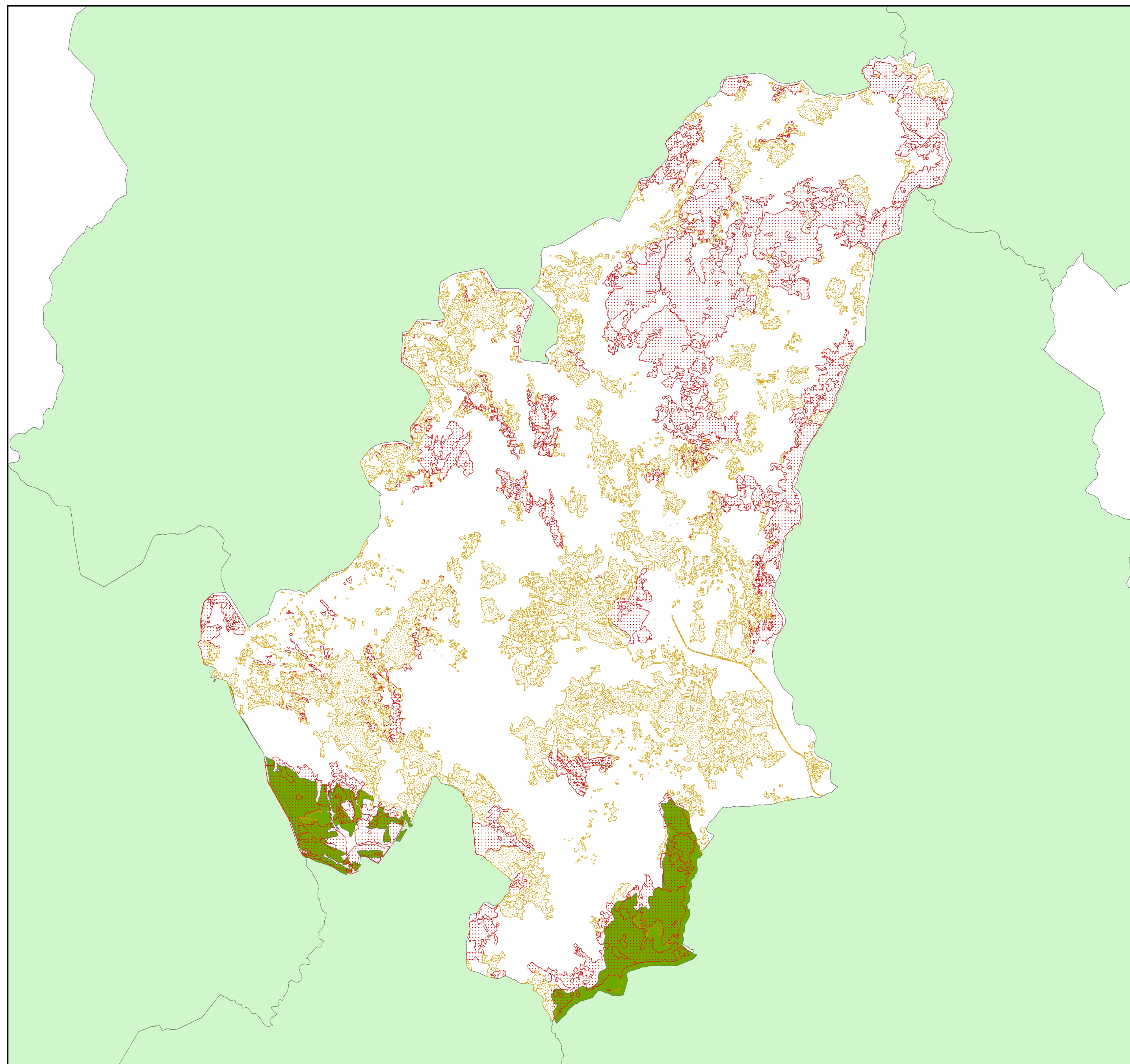
MAIO DE 2014

FONTE(S):IGOE (2014)

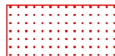
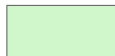
**MAPA N.º 4**

PRIORIDADES DE DEFESA

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE VALPAÇOS



risco

-  RISCO ALTO
-  RISCO MUITO ALTO
-  PERIMETRO FLORESTAL SANTA COMBA
-  CONCELHOS LIMITROFES

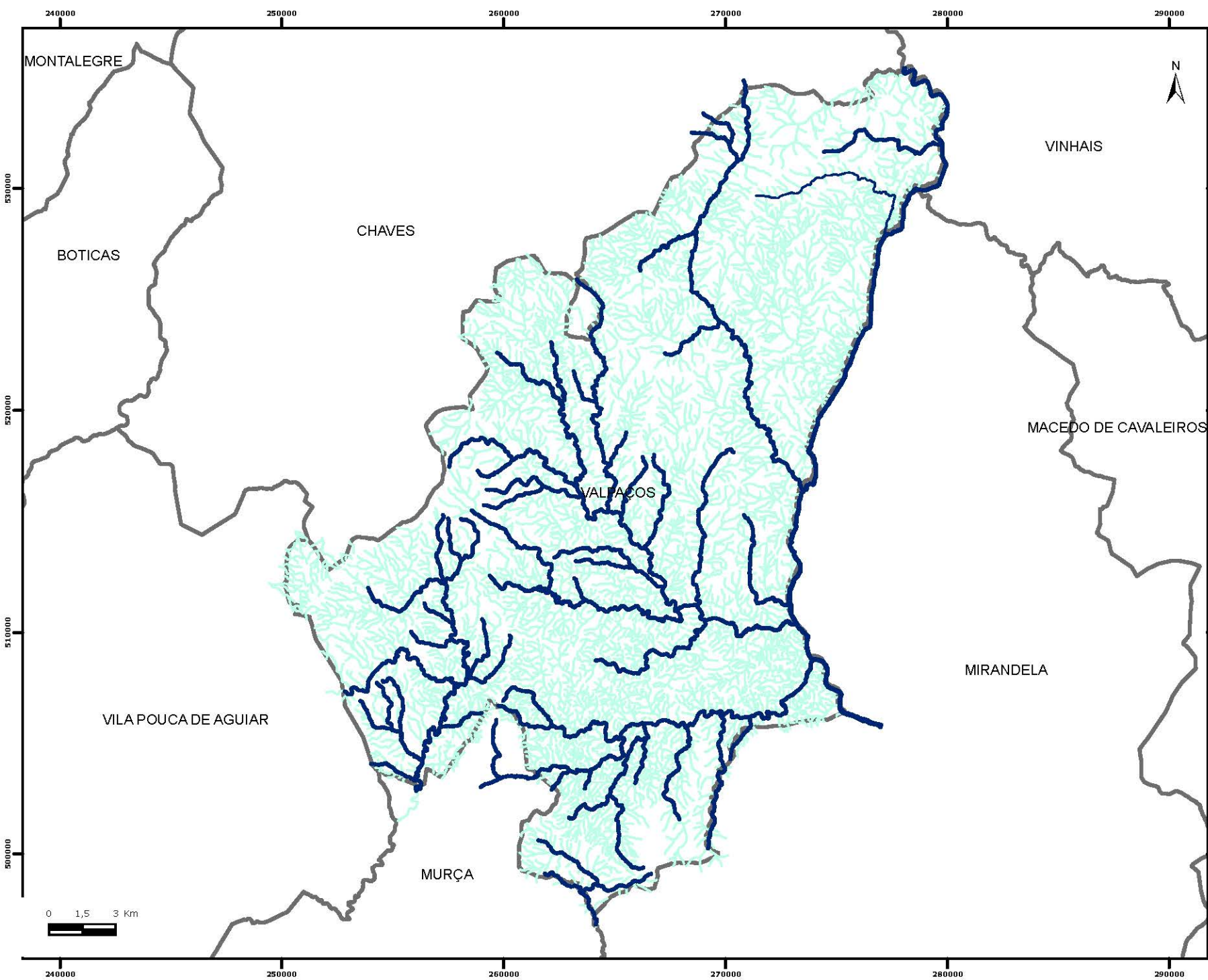
Fontes: Instituto Geográfico Português (IGP), 2007 . Município de Valpaços, ICNF (2016)



Gabinete Técnico Florestal
Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
de Valpaços

PROJEÇÃO CARTOGRÁFICA:
DATUM 73, HAYFORD GAUSS IPCC

2,5 1,25 0 2,5 Kilometers



REDE HIDROGRÁFICA

-  CURSOS DE ÁGUA PERMANENTES
-  CURSOS DE ÁGUA NÃO PERMANENTES
-  CONCELHOS LIMITOFES

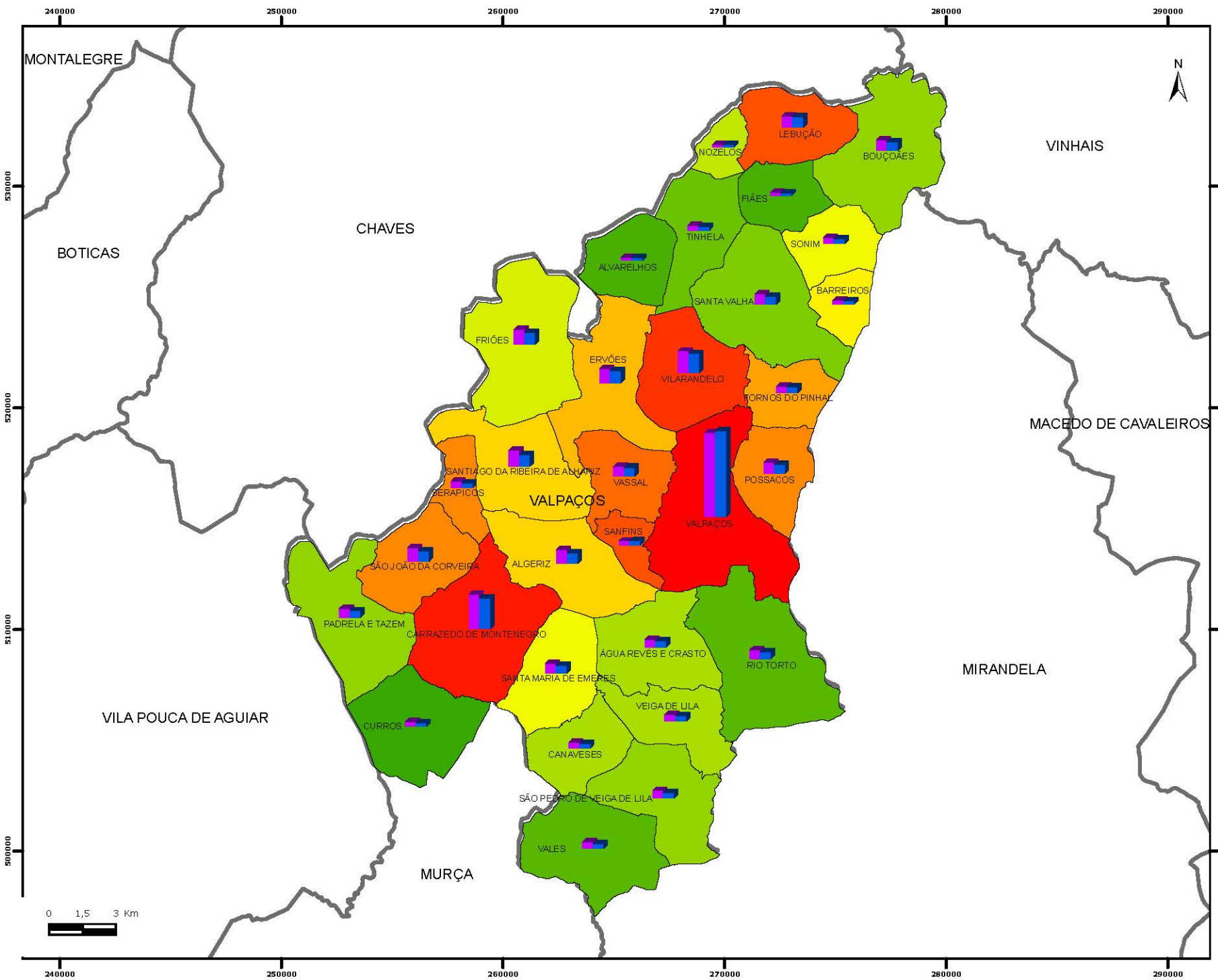
Datum_73_Hayford_Gauss_IPCC

MAIO DE 2014

FONTE(S): IGOE (2014)



MAPA N.º 5



REDE HIDROGRÁFICA

CONCELHOS LIMITOFES

POP_2001
POP_2011

DENSIDADE_

- 8
- 11
- 12
- 13
- 15
- 16
- 18
- 21
- 22
- 24
- 25
- 28
- 29
- 30
- 34
- 35
- 39
- 49
- 56
- 135

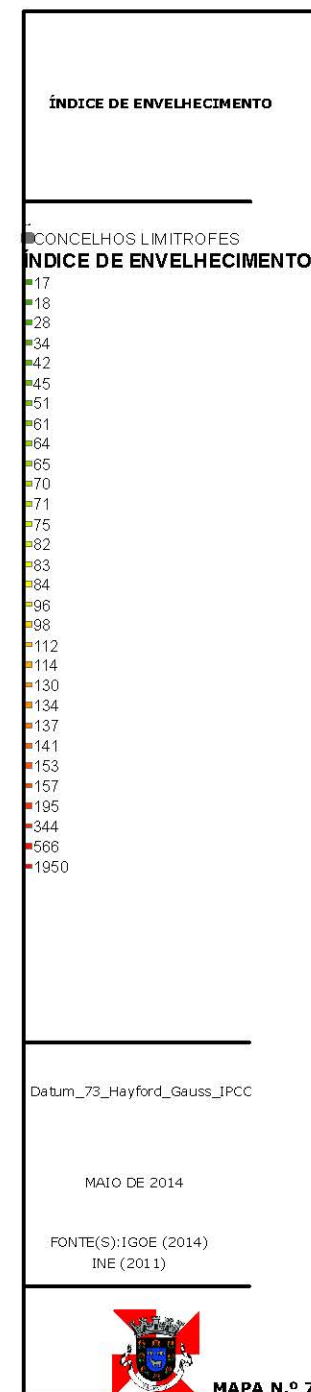
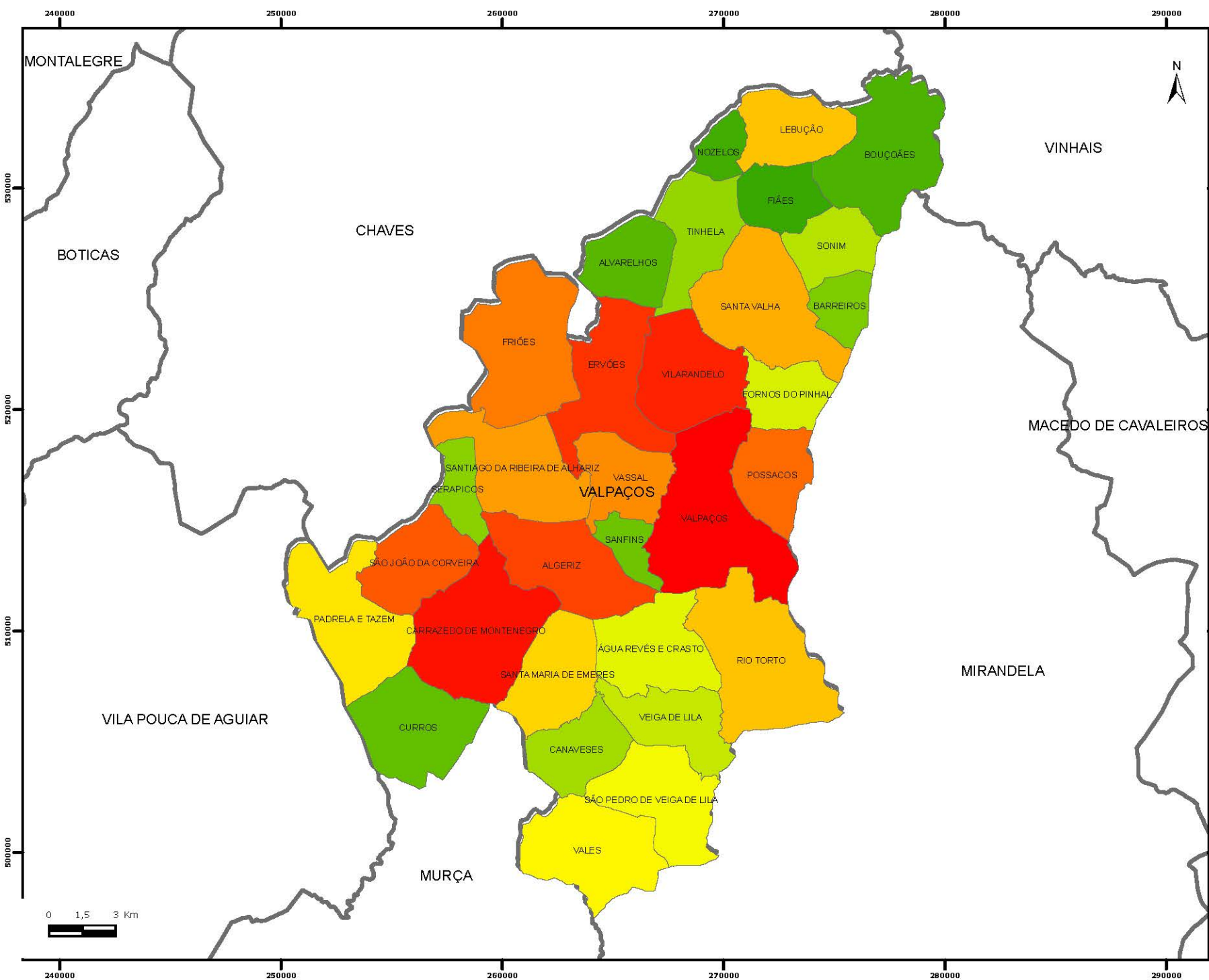
Datum_73_Hayford_Gauss_IPCC

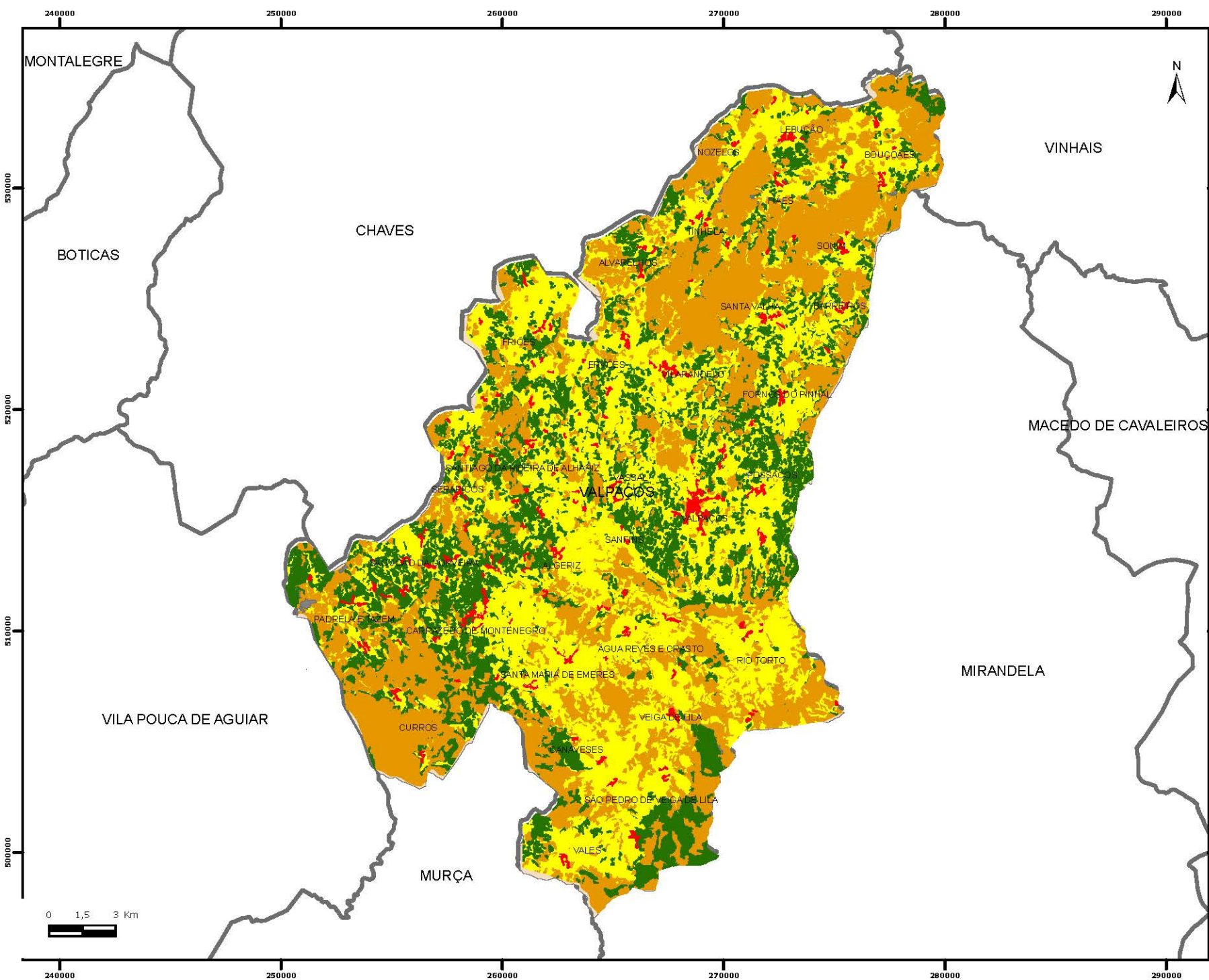
MAIO DE 2014

FONTE(S): IGOE (2014)
INE (2011)



MAPA N.º 6





OCUPAÇÃO DO SOLO

OCUPAÇÃO DO SOLO

- AREAS FLORESTAIS
- AREAS AGRICOLAS
- AREAS SOCIAIS
- IMPRODUTIVOS
- INCULTOS
- SUPREFÍCIAS AQUÁTICAS
- CONCELHOS LIMITROFES
- Freguesias_Valpacos

Datum_73_Hayford_Gauss_IPCC

MAIO DE 2014

FONTE(S): IGOE (2014)
INE (2011)

 **MAPA N.º 9**